

Liberdade de Imprensa na Europa: Hora de virar a maré



Avaliação anual da
liberdade de imprensa na Europa
pelas organizações parceiras da
Plataforma para a Segurança dos Jornalistas

2024

**safety of
journalists
platform**



COUNCIL OF EUROPE



CONSEIL DE L'EUROPE

Liberdade de Imprensa na Europa: Hora de virar a maré

Avaliação anual da
liberdade de imprensa na Europa
pelas organizações parceiras da
Plataforma para a Segurança dos Jornalistas

2024

concelho Europeu

As opiniões expressas neste trabalho são da responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a política oficial do Conselho da Europa.

É autorizada a reprodução de trechos (até 500 palavras), exceto para fins comerciais, desde que a integridade do texto seja preservada, o trecho não seja utilizado fora de contexto, não forneça informações incompletas ou não induza em erro o

leitor quanto à natureza, escopo ou conteúdo do texto. O texto fonte deve ser sempre reconhecido da seguinte forma "© Conselho da Europa, 2024".

Todos os outros pedidos relativos à reprodução/tradução de todo ou parte do documento deverão ser dirigidos à Direcção de Comunicações do Conselho da Europa (F-67075 Strasbourg Cedex ou Publishing@coe.int).

Todas as demais correspondências relativas a este documento deverão ser dirigidas à Secretaria da Plataforma de Segurança dos Jornalistas (mediafreedom@coe.int).

Capa e layout:
Documentos e Publicações
Departamento de Produção (SPDP),
Conselho da Europa.

Esta publicação não foi editada pela Unidade Editorial do SPDP para corrigir erros tipográficos e gramaticais.

Foto da capa:

© Lightspring - Shutterstock ©
Plataforma para Promover a Proteção do
Jornalismo e a Segurança dos Jornalistas /
Conselho da Europa, março de 2024.
Impresso no Conselho da Europa.

Relatório escrito pelas organizações parceiras da Plataforma do Conselho da Europa para Promover a Proteção do Jornalismo e a Segurança dos Jornalistas.

Coordenação editorial:

Jean-Paul Marthoz



Ilustrações:

Caricaturas pela Paz

A associação Cartooning for Peace
A paz foi criada em 2006 por iniciativa de Kofi Annan, Nobel
Detentor do Prêmio da Paz e ex-Secretário Geral das Nações Unidas e cartunista de imprensa Plantu.
Agora presidido pelo cartunista da imprensa francesa Kak, o Cartooning for Peace é um evento internacional
rede de cartunistas comprometidos à promoção da liberdade de expressão, dos direitos humanos e do respeito mútuo entre pessoas que defendem diferentes culturas e crenças, utilizando a linguagem universal dos cartoons da imprensa.

Organizações Parceiras da Plataforma para Promover a Proteção do Jornalismo e a Segurança dos Jornalistas

	FEDERAÇÃO EUROPEIA DE JORNALISTAS http://europeanjournalists.org
	FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE JORNALISTAS http://www.ifj.org
	ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS EUROPEUS http://www.aej.org
	ARTIGO 19.º http://www.article19.org
	REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS https://rsf.org
	O COMITÉ DE PROTEÇÃO DE JORNALISTAS https://cpj.org
	ÍNDICE DE CENSURA https://www.indexoncensorship.org
	INSTITUTO DE IMPRENSA INTERNACIONAL http://ipi.media/
	INSTITUTO INTERNACIONAL DE SEGURANÇA DE NOTÍCIAS http://newssafety.org
	A CONFIANÇA DE RORY PECK https://rorypecktrust.org
	A UNIÃO EUROPEIA DE TRANSMISSÃO https://www.ebu.ch
	PEN INTERNACIONAL http://www.pen-international.org
	CENTRO EUROPEU PARA LIBERDADE DE IMPRENSA E MÍDIA www.ecpmf.eu
	IMPRENSA GRATUITA ILIMITADA www.freepressunlimited.org
	FUNDAÇÃO DE JUSTIÇA PARA JORNALISTAS https://ifj.fund

Feliz

Recomendações prioritárias	5
Sumário executivo	8
Visão geral da liberdade dos meios de comunicação social na Europa em 2023	10
A invasão russa da Ucrânia, uma ameaça direta à ordem democrática da Europa	24
Ataques, assédio e intimidação de jornalistas	34
Impunidade, uma licença para matar	40
Detenções, prisões e processos criminais: as provações do jornalismo	44
Ações legais contra jornalistas e SLAPPs	53
Legislação restritiva ou quando a lei é usada para amordaçar o jornalismo	57
Public Service Media, um campo de batalha para o jornalismo independente	60
Captura de mídia	64
Vigilância e spyware	70
Profissão e padrões jornalísticos	75
Jornalistas no exílio	78
Boas práticas – os resultados são importantes	83
concelho Europeu	87
União Europeia	93

Recomendações prioritárias

T Os parceiros da Plataforma priorizam as seguintes questões para efeitos da sua defesa estratégica em 2024, com as recomendações abaixo. Outras recomendações às instituições e aos estados membros do Conselho da Europa e da União Europeia aparecem nas respectivas secções.

Monitoramento

1. Os Estados-membros do Conselho da Europa devem impor, sem demora, **uma moratória sobre a exportação, venda, transferência e utilização de ferramentas** de spyware altamente intrusivas, como o Pegasus, e estabelecer quadros regulamentares mais claros e mais fortes para a utilização de tecnologia de vigilância moderna.
2. Os Estados-membros do Conselho da Europa devem **abster-se da implantação ilegal de spyware contra jornalistas** e cumprir as suas obrigações ao abrigo da Convenção Europeia dos Direitos Humanos para garantir a legalidade, necessidade e proporcionalidade de cada caso de implantação.
3. As autoridades judiciais devem **investigar exaustivamente todos os alegados abusos de spyware** e os governos devem estabelecer procedimentos rigorosos para ordenar a análise, utilização e armazenamento de qualquer informação obtida.
4. Os Estados-Membros devem garantir as **garantias jurídicas** mais sólidas possíveis na legislação nacional para a protecção de jornalistas e trabalhadores dos meios de comunicação social contra spyware e escutas telefónicas, mesmo quando estes são utilizados por razões de segurança nacional, e tornar os sistemas de supervisão nacionais mais eficazes e reforçar a responsabilização.
5. Aos jornalistas deve ser concedido, integralmente, o seu direito a um **recurso efetivo** contra a vigilância ilegal.

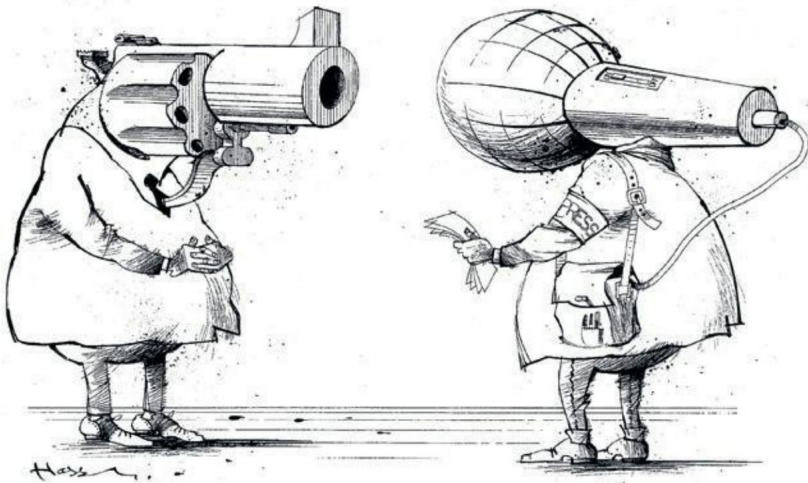
Vistos

1. Os Estados-membros do Conselho da Europa devem estabelecer **regimes de vistos humanitários** e tomar outras medidas adequadas para os jornalistas que enfrentam perigo iminente ou que necessitam de descanso devido à perseguição persistente em países terceiros, bem como facilitar a emissão de vistos de emergência, de curta duração ou de trabalho. para eles em tais situações.

2. Os Estados-membros do Conselho da Europa devem criar ou alargar os programas **de realocação** existentes ; aumentar a sensibilização dos órgãos estatais sobre a importância do trabalho, dos riscos e das necessidades dos jornalistas; e prestar apoio adequado aos jornalistas residentes no seu país, nomeadamente para lhes permitir a oportunidade de continuar o seu trabalho durante a sua estadia.

Campanha de Segurança dos Jornalistas

1. O Conselho da Europa e os Estados-Membros devem fornecer todo o apoio necessário **para designar “pontos focais” nacionais** para defender a plena implementação da Recomendação de Segurança dos Jornalistas de 2016 (incluindo a realização de autoavaliações regulares do contexto nacional); bem como construir o seu papel como interlocutores independentes para jornalistas em situação de risco.
2. Em resposta ao foco do Conselho da Europa no pilar “Protecção” no primeiro ano da campanha, os estados membros do Conselho da Europa devem levar a cabo **reformas dos sistemas policiais e judiciais** que tenham genuinamente em conta os direitos dos jornalistas de trabalharem livremente e sem medo .
3. Os Comitês Nacionais e os “pontos focais” nacionais designados devem garantir que as preocupações, conclusões e **propostas de jornalistas representativos e independentes e de organizações de comunicação social sejam tidas em conta** e contribuam para reformas e melhorias.
4. Os Estados-membros do Conselho da Europa devem utilizar a campanha para **combater o abuso e o assédio de jornalistas**; promover o envolvimento construtivo em todos os ramos e níveis de governo e organismos públicos relevantes, juntamente com jornalistas e outras partes interessadas da sociedade civil e peritos independentes; e deverá cooperar com ONG e outras instituições especializadas na monitorização e divulgação pública dos resultados das iniciativas relacionadas com a campanha. As ações no âmbito da campanha deverão contribuir para trazer melhorias em questões preocupantes destacadas pelos alertas.
5. Os estados membros do Conselho da Europa devem, como parte da campanha, considerar seriamente e responder sem demora a cada **alerta individual** publicado na Plataforma; e tomar medidas corretivas eficazes que permitam às organizações parceiras confirmar o progresso alcançado e se o alerta foi resolvido.
6. Os funcionários governamentais e as figuras políticas devem expressar **apoio inequívoco** e promover a compreensão da liberdade dos meios de comunicação social; devem abster-se de comentários hostis, insultuosos ou humilhantes sobre os jornalistas e assumir compromissos públicos para acabar com o assédio aos jornalistas.



Hassan (Irã) / Cartooning for Peace

Sumário executivo

a liberdade foi novamente um canário na mina de carvão para a Europa em 2023. Embora o ano tenha registado uma diminuição do número de assassinatos de jornalistas e da violência contra a imprensa em protestos de rua, os alertas publicados na Plataforma Segurança dos Jornalistas mostram uma crescente diversidade de ameaças, pressões e constrangimentos sob os quais os jornalistas devem cumprir a sua missão.

O ano passado foi novamente definido por guerras: na Ucrânia, em Karabakh e pelas ondas de choque globais do confronto Israel-Hamas em Gaza. Na Rússia, a guerra tem sido um pretexto para reforçar ainda mais o já duro controlo estatal sobre os meios de comunicação social e para deter jornalistas em nome da lealdade patriótica ou da segurança nacional. O regime russo também recorreu à repressão transnacional, ao perseguir jornalistas russos nos seus países de exílio, e à “diplomacia de reféns”, ao deter jornalistas estrangeiros sob acusações frágeis.

A liberdade de informar sobre questões de segurança nacional foi uma questão proeminente em 2023. Jornalistas de investigação foram convocados ou invadidos por agências de segurança do Estado; detidos e presos sob acusações de terrorismo ou extremismo; as organizações jornalísticas tiveram de travar uma longa batalha dentro das instituições da UE para garantir que a Lei Europeia da Liberdade dos Meios de Comunicação Social isentava os jornalistas da vigilância estatal, e vários países lutaram com o impacto do escândalo de spyware Pegasus exposto em 2021.

O relatório de 2024 avalia as principais questões que prejudicam a liberdade de imprensa na Europa: ameaças e intimidação, detenções, legislação restritiva, SLAPPs (acções judiciais estratégicas contra a participação pública), ou seja, processos judiciais abusivos, captura de meios de comunicação e ataques aos meios de comunicação de serviço público. Destaca a ameaça de organizações criminosas cada vez mais activas, bem como o ataque aos meios de comunicação social por parte dos políticos, o que pode ser usado como alibi para a violência contra jornalistas. Introduce as chamadas ameaças sistémicas – a difamação criminosa e os limites à independência dos reguladores dos meios de comunicação social – que afectam de forma mais ampla a liberdade de imprensa. Este ano acrescentou uma revisão da insegurança social e económica que afecta os jornalistas, bem como das “novas ameaças” que pairam sobre a profissão, em particular a inteligência artificial, o impacto das redes sociais, a desinformação, a repressão da cobertura das alterações climáticas - ou acontecimentos relacionados com o ambiente - e uma atmosfera política dominada pela radicalização e pela polarização, hostil ao exercício do jornalismo livre e independente.

O ano passado também teve uma fresta de esperança. As instituições europeias e uma série de Estados-Membros mostraram que compreenderam a gravidade da crise e reconheceram o papel crucial da imprensa livre como cão de guarda público, ajudando a informar os cidadãos e a responsabilizar os detentores do poder.

Impulsionaram diversas iniciativas ousadas para defender melhor a segurança dos jornalistas e criar um ambiente mais favorável à liberdade de imprensa. O lançamento, em outubro, da campanha Journalists Matter do Conselho da Europa, bem como o acordo político alcançado em dezembro entre as instituições da UE sobre a Lei Europeia da Liberdade dos Meios de Comunicação Social foram marcos importantes nestes esforços para fazer recuar os ataques à liberdade de imprensa. A nível nacional, projetos de proteção como o PersVeilig, nos Países Baixos, forneceram um roteiro para outros estados defenderem a liberdade de imprensa.

Os parceiros da plataforma tinham todas estas questões em mente, além da perspetiva crucial de eleições em 2024 na Europa, ao formularem as suas recomendações ao Conselho da Europa, à UE e aos seus estados membros. Sublinharam a ligação fundamental entre meios de comunicação social independentes e eleições livres e justas. Mas também colocaram uma ênfase especial este ano na vigilância, na emissão de vistos humanitários para jornalistas que desejam escapar aos governantes repressivos do seu país e na implementação da campanha de segurança de jornalistas de 5 anos do Conselho da Europa. Reiteraram o seu apelo aos Estados-Membros para que levem a sério os alertas e remediem as falhas que expõem.

Visão geral da liberdade dos meios de comunicação social na Europa em 2023

Um ano novamente definido pela guerra

Em 2024, o Conselho da Europa assinala um marco importante: o 75º aniversário da sua fundação em 1949. Nessa altura, o líder do Reino Unido em tempos de guerra, Winston Churchill, apoiou a sua criação para prevenir futuras guerras e construir o que chamou de uma "Europa unida cujos conceitos morais serão capazes de ganhar o respeito e o reconhecimento da humanidade." No entanto, hoje, a Europa é palco de um dos mais terríveis conflitos militares desde a Segunda Guerra Mundial e de "guerras de informação" perniciosas e perturbadoras. Em 2022, a Rússia, o maior país da Europa, foi expulsa do Conselho da Europa poucas semanas após o lançamento da sua invasão não provocada em grande escala da Ucrânia.

O Conselho da Europa, tal como outros organismos internacionais de direitos humanos, concluiu que a erosão das protecções à liberdade de expressão e à liberdade dos meios de comunicação social é um factor-chave no retrocesso democrático mais amplo que a Europa tem testemunhado nos últimos anos. Desde 2015, o Conselho da Europa tem cooperado num projeto inovador juntamente com as principais organizações de jornalistas e de liberdade de expressão: a Plataforma para promover a proteção do jornalismo e a segurança dos jornalistas. Acompanha todos os aspectos do ataque à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa e fornece um mecanismo através do qual os Estados-Membros são convidados a tomar medidas correctivas para enfrentar ameaças graves à liberdade dos meios de comunicação social sempre que estas ocorrem. Esta avaliação anual¹ fornece dados essenciais sobre as tendências e questões relativas à liberdade de imprensa na Europa, bem como orientações sobre como abordá-las a nível nacional e europeu.

Há sinais de uma crescente consciência da urgência de resolver o retrocesso.

Há sinais de uma crescente consciencialização a nível oficial sobre a urgência de resolver o retrocesso na liberdade de imprensa. O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos estabeleceu em muitos dos seus acórdãos que a imprensa deveria ter "o mais amplo âmbito de proteção" na lei devido ao seu papel vital de "vigilância pública"

1. As 15 organizações parceiras da Plataforma redigiram este relatório em conjunto. Cada organização parceira reserva-se o direito de fazer a sua própria avaliação de qualquer questão ou caso.

de informar as sociedades através de reportagens sobre assuntos de interesse público importante.² Em Outubro de 2023, o Conselho da Europa lançou uma campanha à escala europeia intitulada Os Jornalistas Importam, com o objectivo de reforçar as protecções dos jornalistas na lei e na prática, e aumentar a sensibilização do público para o papel desempenhado pelos meios de comunicação independentes na responsabilização dos poderosos. A mensagem mais ampla da campanha é que a liberdade de imprensa é um bem público comum que merece o apoio de todos. E em dezembro, a UE adotou a Lei Europeia da Liberdade dos Meios de Comunicação Social (EMFA), destinada a defender a liberdade, o pluralismo e a independência editorial dos meios de comunicação social nos Estados-Membros da UE.

A liberdade de imprensa determina eleições livres e justas

¶Todas estas iniciativas chegam no momento certo, pois, em 2024, terão lugar eleições em muitos países europeus e as eleições europeias para o Parlamento serão realizadas em junho.

¶A força de qualquer plano para defender a liberdade de imprensa e proteger a segurança dos jornalistas depende, em última análise, de quem governa nos Estados-Membros. A equação é clara: o grau de respeito pela liberdade dos meios de comunicação social condiciona em grande parte a justiça das eleições, o que, por sua vez - ao determinar os partidos no poder e as maiorias parlamentares - condiciona a protecção do jornalismo e a segurança dos jornalistas.

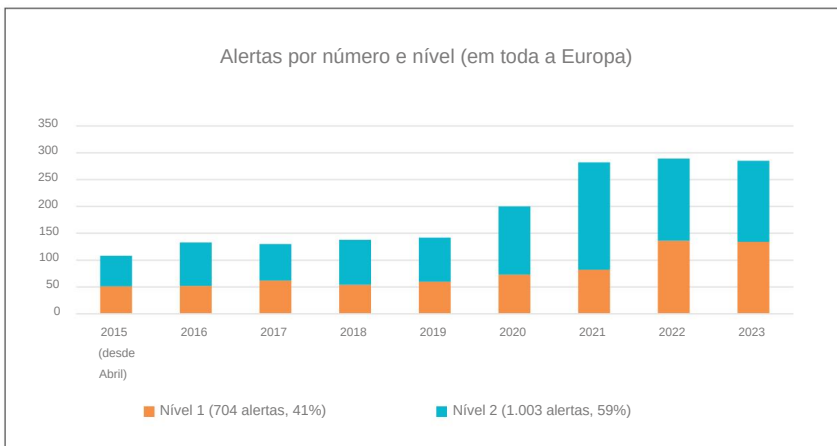
¶Os parceiros da Plataforma também se concentraram em questões que podem determinar a liberdade e a integridade dos processos eleitorais, em particular a independência e o financiamento dos meios de comunicação social de serviço público e dos reguladores dos meios de comunicação social, bem como em factores problemáticos, como a vigilância estatal e os SLAPPs (Processos Estratégicos Contra o Público) . Participação) que restringem a liberdade dos jornalistas de informar sobre assuntos de interesse público.

A Plataforma começará a apresentar em 2024 ameaças que tenham um impacto sistémico no estado da liberdade de imprensa.

¶As conclusões do relatório de 2023 ilustram a vasta gama de ataques contra a imprensa. Uma nova característica do funcionamento da Plataforma é que em breve apresentará não só alertas relativos a eventos ou casos individuais que sejam considerados como representando uma ameaça grave à liberdade dos meios de comunicação social, mas também alertas que são caracterizados como «sistémicos» pelos parceiros da Plataforma – os aqueles que têm um impacto sistémico no estado da liberdade de imprensa num país. A plataforma

2. Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, "Proteção das fontes jornalísticas", ficha informativa temática, setembro de 2022, https://www.echr.coe.int/documents/d/echr/fs_journalistic_sources_eng

os parceiros apelam aos Estados-Membros para que respondam rápida e seriamente aos alertas e para que tomem medidas corretivas que abordem e resolvam as falhas estruturais na proteção do jornalismo e na segurança dos jornalistas.



A guerra continua a ser uma grande ameaça à liberdade de imprensa

Em 2023, o estado da liberdade de imprensa foi novamente moldado e abalado pelas guerras – na Ucrânia, onde a guerra de agressão russa dura há quase dois anos, e em Karabakh, mas também, indirectamente, na repercussão global da crise de Israel -Conflito do Hamas.³

A guerra está inexoravelmente associada à censura militar e a pressões políticas ferozes, à medida que os governos se esforçam por controlar a narrativa numa guerra de informação considerada tão decisiva como as batalhas no terreno.

Dois jornalistas foram mortos em 2023 enquanto cobriam a guerra na Ucrânia – ambos por ataques russos – e vários jornalistas ficaram feridos.

Dois jornalistas foram mortos em 2023 enquanto cobriam a guerra na Ucrânia - ambos por ataques russos - e vários jornalistas ficaram feridos. Esse número de mortos caiu drasticamente em comparação com as 13 mortes do ano anterior. Esta queda é atribuída principalmente à imposição pelas autoridades ucranianas de medidas militares rigorosas.

3. Os parceiros da Plataforma abrangem os estados membros do Conselho da Europa, bem como a Rússia após a sua expulsão do Conselho da Europa em 2022, e a Bielorrússia, que não é membro do Conselho da Europa.

regras sobre o acesso às linhas de frente, o que diminuiu a exposição dos jornalistas a riscos mortais; bem como a uma maior sensibilização para a segurança graças ao apoio e formação intensivos prestados por ONGI e organizações de jornalistas a correspondentes de guerra locais e internacionais. Ainda assim, a Ucrânia continua a ser um ambiente extremamente perigoso: além do número de mortos e feridos, alguns escaparam por pouco da morte, um “desapareceu” em circunstâncias inexplicáveis, e outros, que permaneceram ou se perderam em territórios temporariamente ocupados pela Rússia, foram detidos, presos e em alguns casos maltratados. Os ataques russos também atingiram instalações da comunicação social, como em Kharkiv, a 30 de Dezembro, com um ataque à Casa da Rádio da cidade.⁴

Na Rússia, não houve trégua para os jornalistas no olhar atento e punitivo do governo. O número de alertas russos (perto de 15% de todos os alertas publicados na Plataforma em 2023) demonstrou a rápida deterioração do estado da liberdade de imprensa num país atolado num mar de propaganda e sujeito a um regime cada vez mais intolerante e autocrático. A imprensa russa foi orientada a reportar sobre a guerra utilizando apenas fontes de informação oficiais,⁵ e numerosos jornalistas foram detidos e vários condenados a penas de prisão por “distribuírem informações falsas sobre o exército russo”.

Correspondentes de meios de comunicação estrangeiros também foram visados. Em 29 de Março, o correspondente do Wall Street Journal, Evan Gershkovich, foi preso em Yekaterinburg sob falsas acusações de espionagem,⁶ e em 18 de Outubro, Alsu Kurmasheva, um jornalista russo-americano do serviço Tatar-Bashkir da Radio Free Europe/Radio Liberty, foi detido por “falhar registar-se como agente estrangeiro”.⁷ Ambos os casos são actos cínicos de “diplomacia de reféns”.

A máquina repressiva do Estado russo não se limitou às fronteiras da Rússia. Os jornalistas russos no exílio eram rotineiramente rastreados, assediados e ameaçados online, enquanto as autoridades russas recorriam à repressão transnacional. Andrei Soldatov e Irina Borogan, dois jornalistas russos bem conhecidos pela sua investigação dos serviços de inteligência, foram alvo de uma liminar na Alemanha por um financista russo baseado em Berlim⁸ em relação ao livro

4. Alerta “Ataque de mísseis russos danifica vários escritórios de mídia em Kharkiv” <https://go.coe.int/h3N1c>

5. Alerta “O cão de guarda russo Roskomnadzor exige que os meios de comunicação cubram a guerra na Ucrânia Usando apenas fontes oficiais russas” <https://go.coe.int/XOKJU>

6. Alerta “Evan Gershkovich, correspondente do Wall Street Journal, preso na Rússia sob acusação de espionagem” <https://go.coe.int/OB6jU>

7. Alerta “Autoridades russas detêm jornalista da Rádio Europa Livre, Alsu Kurmasheva” <https://go.coe.int/zOvXL>

8. Informações de acesso/Artigo 19/Coalition For Women In Journalism et al., “Alemanha: Solidariedade com autores dissidentes russos enfrentando uma liminar”, declaração, 24 de novembro de 2023, <https://www.article19.org/resources/germany-solidarity-with-russian-dissident-authors-facing-an-injunction/>

Os Compatriotas: A História Brutal e Caótica dos Exilados, Emigrados e Agentes no Exterior da Rússia, eles haviam publicado três anos antes. Um tribunal de Moscou condenou Marina Ovsyannikova a 8,5 anos de prisão por interromper uma transmissão de TV ao vivo para protestar contra a guerra na Ucrânia em 14 de março de 2022. Ovsyannikova foi exfiltrada com sucesso para a França em outubro de 2022, com a ajuda da RSF.⁹

Muitos jornalistas russos exilados, bem como as suas famílias que permaneceram na Rússia, foram ameaçados ou colocados sob vigilância.¹⁰ De acordo com um inquérito,¹¹ perto de metade dos jornalistas russos enfrentaram ameaças mesmo nos seus novos países de origem.

Também foi aplicada pressão a jornalistas estrangeiros baseados no estrangeiro, como ilustrado pela decisão da Rússia de colocar na lista negra 14 executivos e jornalistas britânicos dos meios de comunicação social.¹²

Na Bielorrússia, a repressão desencadeada após os protestos de 2020 exigindo a demissão do Presidente Lukashenko não diminuiu. Em 31 de dezembro de 2023, pelo menos 37 jornalistas estavam presos na Bielorrússia pelo seu trabalho.¹³

A segurança nacional e a vigilância estatal pairam sobre o jornalismo ind

Os jornalistas e o jornalismo legítimo em toda a Europa foram rotulados como ameaças à segurança nacional. Na Turquia, a segurança nacional foi invocada para justificar a prisão de jornalistas, inclusive sob a acusação de extremismo ou terrorismo de jornalistas com alegadas ligações ao banido Partido dos Trabalhadores Curdos (PKK).

Mesmo em países com uma forte tradição de liberdade de imprensa, alegadas preocupações de segurança nacional justificaram o assédio judicial de jornalistas.

Mesmo em países com uma forte tradição de liberdade de imprensa, alegadas preocupações de segurança nacional justificaram o assédio judicial de jornalistas. Na Finlândia, o Tribunal Distrital de Helsínquia condenou os jornalistas da Helsingin Sanomat, Tuomo Pietiläinen

9. Alerta "Jornalista de TV russa Marina Ovsyannikova condenada a 8 anos e meio de prisão" <https://go.coe.int/ZdwEc> 10. Alerta "Jornalistas do iStories Alesya Marokhovskaya e Irina Dolinina ameaçadas e vigiadas em Praga" <https://go.coe.int/pdDaT>; Alerta "Jornalista russa exilada Marfa Smirnova e sua família ameaçada" <https://go.coe.int/ZkoGY>

11. Justiça para Jornalistas, "Pesquisa com trabalhadores da mídia exilados revela que metade ainda se sente ameaçada em seus novos países de origem", declaração, 4 de outubro de 2023, <https://jfj.fund/writing-statement-by-justice-for-journalists> Fundação/

12. Alerta "Rússia coloca na lista negra 14 executivos e jornalistas da mídia britânica" <https://go.coe.int/gELy7>

13. <https://fom.coe.int/en/listejournalistes/detentions>

e Laura Halminen por divulgarem informações classificadas como de segurança do Estado.¹⁴ Em França, agentes da Direcção-Geral de Segurança Interna (DGSI) revistaram a casa de Ariane Lavrilleux, jornalista do meio de investigação francês Disclose, e levaram-na sob custódia para interrogatório. , como parte de uma investigação sobre “o comprometimento dos segredos de defesa nacional”.¹⁵

A vigilância elimina a protecção necessária das fontes confidenciais dos jornalistas, intimidando-os e pode dissuadi-los de investigar histórias sensíveis. O escândalo Pegasus, exposto pelo projeto colaborativo jornalístico Forbidden Stories em 2021,¹⁶ revelou que quase 200 jornalistas em todo o mundo foram alvo de spyware Pegasus. O spyware foi utilizado para vigiar jornalistas no Azerbaijão, França, Grécia, Hungria, Espanha, Turquia e Reino Unido. Não só as respostas do governo a estas revelações careceram de transparência, como também surgiram novos casos em 2023. O telefone de Galina Timchenko, chefe do site de notícias em língua russa Meduza, foi alegadamente infectado pelo Pegasus enquanto ela estava em Berlim, em Fevereiro de 2023.¹⁷ O spyware foi também usado contra jornalistas na Arménia no meio do conflito com o Azerbaijão.¹⁸

O relatório da PEGA sobre a utilização do Pegasus e de spyware de vigilância equivalente na UE, que foi adotado pelo Parlamento Europeu em 2023, demonstrou inequivocamente que a segurança nacional tem sido usada como pretexto para os estados membros da UE justificarem medidas ilegais e intrusivas contra jornalistas.¹⁹

Violência contra jornalistas, uma importante ferramenta de (a

O número de alertas sobre ataques violentos diminuiu em comparação com 2022. Houve um caso de um trabalhador da comunicação social, na Albânia, morto fora de uma zona de guerra. Contudo, uma diminuição da violência criminal não significa que os jornalistas estejam seguros. Os grupos criminosos estão cada vez mais activos na Europa e a ameaça da violência do tipo mafioso paira como nuvens escuras sobre os jornalistas na área do crime, especialmente relacionada com o tráfico de droga.

14. Alerta “Três jornalistas da Sanomat de Helsingim acusados de revelar segredos de Estado” <https://go.coe.int/Hm0xa>

15. Alerta “Divulgar jornalista Ariane Lavrilleux revistada e levada sob custódia” <https://go.coe.interno/72tOv>

16. Histórias Proibidas, Projeto Pegasus <https://forbiddenstories.org/about-the-pegasus-project/>

17. Alerta “Investigação encontra jornalista russa Galina Timchenko alvo de spyware Pegasus” <https://go.coe.int/vHNn4>

18. Alerta “Jornalistas e membros da imprensa na Arménia visados pelo spyware Pegasus” <https://go.coe.int/ucWCb>

19. Fórum Global para o Desenvolvimento dos Meios de Comunicação Social, “EMFA: 80 organizações instam o Parlamento Europeu a proteger os jornalistas contra vigilância e spyware”, carta aberta, 5 de julho de 2023, <https://gfmd.info/emfa-carta-aberta-para-proteger-jornalistas-da-vigilância-e-spyware/>

•No caso de assassinatos previamente documentados, os esforços policiais e judiciais para identificar os responsáveis, garantir uma condenação e sentenciá-los são muitas vezes demasiado lentos para evitar o efeito inibidor mais amplo sobre a liberdade dos meios de comunicação social. A impunidade pelo assassinato de jornalistas continua a ser uma grande preocupação, uma vez que a falta de investigação, acusação e condenação eficazes dos assassinos – e especialmente dos instigadores ou mentores – ainda é a norma.²⁰

•Até ao final de 2023, 30 casos de impunidade por homicídio relativos a 49 trabalhadores da comunicação social assassinados estavam activos na Plataforma.²¹ Apenas um caso foi encerrado pelas organizações parceiras em 2023. Os parceiros da Plataforma ficaram particularmente indignados quando, em Novembro de 2023, souberam que Sergei Khadzhikurbanov, um ex-policial russo que cumpre uma pena de 20 anos de prisão pelo seu papel na organização do assassinato da jornalista investigativa Anna Politkovskaya, foi perdoado por decreto presidencial depois de completar um contrato militar de seis meses de combate na Ucrânia. A Novaya Gazeta e a família de Politkovskaya descreveram a decisão como uma injustiça monstruosa.²² A persistência dos ataques²³ sublinha a necessidade de a polícia proteger melhor a imprensa no exercício da sua missão.

•Vários estados que, em anos anteriores, foram alvo de alertas relacionados com a violência policial contra jornalistas durante os protestos, não figuraram nas estatísticas de 2023 da Plataforma. Isto deveu-se, em parte, à defesa dos grupos de liberdade de imprensa junto das autoridades estatais e à adopção de medidas em países como a Áustria, a Alemanha e a França, melhorando as práticas e os protocolos de aplicação da lei.

•**Ameaças e intimidação**, especialmente online, incluindo ameaças de morte, fazem agora parte de um "novo normal". Esses incidentes são tão comuns que muitos nem sequer são relatados. Em 2020, um inquérito da UNESCO sublinhou como as mulheres jornalistas são especialmente visadas online devido ao seu género.²⁴ Tais ameaças têm um forte efeito inibidor, causando danos psicológicos significativos e potencialmente levando os jornalistas à autocensura. Em resposta a estas ameaças, vários países

20. Os casos Hrant Dink ou Anna Politkovskaya, entre outros, sublinham em particular a dificuldade de processar aqueles que dão ordens para matar jornalistas, Alerta "Mestres ainda não condenados, dez anos após o assassinato do jornalista Hrant Dink" <https://go.coe.int/BE0ua>

21. Ver tabela na página 42

22. Alerta "Os mentores ainda não levados à justiça, dez anos após o assassinato da jornalista Anna Politkovskaya da Novaya Gazeta" <https://go.coe.int/T23Fq>

23. Alerta "Jornalista da Novaya Gazeta Elena Milashina atacada brutalmente na Chechênia" <https://go.coe.int/nV2ZX>

24. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, "Pesquisa Global da UNESCO sobre Violência Online contra Mulheres Jornalistas", 10 de dezembro de 2020, <https://www.unesco.org/en/articles/unescos-global-survey-online-violence- contra-mulheres-jornalistas>

proporcionaram protecção especial aos jornalistas por parte das autoridades judiciais e da polícia. Este é particularmente o caso de Itália, onde os jornalistas são confrontados há anos com ameaças da máfia.



Murphy (Irlanda) / Cartooning for Peace

Os jornalistas também foram confrontados com abusos verbais e campanhas difamatórias por parte dos políticos. Tais tentativas por parte de figuras de autoridade para minar a credibilidade dos jornalistas, que sofrem em alguns países com **baixos níveis de confiança pública**, muitas vezes têm o efeito de comprometer a segurança dos jornalistas, pois contribuem para uma atmosfera hostil onde as autoridades, os magistrados e até a opinião pública podem sentir-se justificados para tratar os jornalistas como criminosos, mentirosos ou traidores. Poderá também dissuadir os parlamentares de adoptarem medidas de protecção para a imprensa, uma vez que temem ser vistos como apoiantes de uma "profissão impopular".

25. Euronews, "Quanto você confia nos jornalistas europeus?", Inquérito, 28 de março de 2023, <https://www.euronews.com/2023/03/28/how-much-do-you-trust-european-journalists>

Em alguns Estados-Membros, **as detenções e os processos penais foram novamente utilizados indevidamente em 2023** como uma ferramenta para impedir a denúncia independente. Os jornalistas foram arbitrariamente acusados de crimes graves ao abrigo das leis de segurança do Estado, com cláusulas vagas sobre extremismo, terrorismo, espionagem, notícias falsas ou “descrédito” das forças armadas ou de outras instituições estatais. A cobertura de protestos sobre questões ambientais também levou a prisões e detenções de curta duração. Os jornalistas devem ser autorizados a informar sobre protestos e distúrbios públicos em nome do público em geral.

SLAPPs são uma grande preocupação e um obstáculo, especialmente para jornalistas que investigam corrupção, conflitos de interesses e crimes financeiros. A maioria dos processos judiciais baseia-se em alegada difamação ou danos à reputação²⁶ e o seu impacto é agravado pelo facto de, em muitos países, a difamação ainda ser, pelo menos nominalmente, um crime. Em 2022, no Reino Unido, um país há muito considerado um refúgio para a indústria global de difamação, a Autoridade Reguladora de Solicitadores definiu SLAPPs como “um alegado uso indevido do sistema jurídico e a instauração ou ameaça de processo, para assediar ou intimidar (...) desencorajando assim o escrutínio de questões de interesse público”. Também lembrou aos advogados a sua obrigação de integridade, desencorajando-os de aceitar casos que pareçam ser SLAPPs.²⁷

As iniciativas tomadas em 2023 demonstraram uma consciência crescente por parte dos governos sobre a ameaça à democracia que os SLAPPs representam.

Em 2023, foram tomadas várias iniciativas positivas que demonstraram uma consciência crescente por parte dos governos sobre a ameaça à democracia que os SLAPPs representam. De particular importância foi a adopção, no Reino Unido, da Lei sobre Crime Económico e Transparência Empresarial, que introduziu a primeira disposição anti-SLAPP em Inglaterra e no País de Gales. No entanto, os grupos de defesa da liberdade de imprensa mostraram-se cautelosos quanto às suas limitações apenas a casos de crime económico ou corrupção. A directiva anti-SLAPP da UE, embora limitada a casos transfronteiriços, aumentou a pressão sobre os Estados-Membros para adoptarem legislação mais forte contra litígios abusivos.

Os parceiros da Plataforma acompanham de perto o trabalho do Conselho da Europa para preparar uma Recomendação do Comité de Ministros sobre o Combate aos SLAPPs para

26. Rafał Maýko, “Strategic Legales against Public Participation (SLAPPs)”, Serviço de Estudos do Parlamento Europeu, julho de 2023, [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI\(2022\)733668](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI(2022)733668)

27. Autoridade Reguladora de Solicitadores, “Aviso de advertência: Ações judiciais estratégicas contra a participação pública (SLAPPs)”, 28 de novembro de 2022, https://www.sra.org.uk/solicitors/guidance/aviso_de_aviso_de_tapa/

adoção em 2024. Espera-se que a recomendação forneça orientações e valores de referência valiosos aos Estados-Membros sobre a forma como devem cumprir as normas europeias nas regras que estabelecem para prevenir, restringir e penalizar o recurso a processos judiciais abusivos contra jornalistas e outros.

Legislação restritiva, camisa de força para o jornalismo

O arsenal jurídico e judicial em muitos estados membros do Conselho da Europa contém uma série de disposições que os grupos de liberdade de imprensa consideram ser restrições importantes à liberdade de expressão e de imprensa, tais como a criminalização da difamação. Apesar deste fardo já pesado que pesa sobre a imprensa, em 2023 vários governos introduziram - ou tentaram impor - legislação mais restritiva contra os meios de comunicação social, reduzindo o espaço para o jornalismo independente e a dissidência.

Na Hungria, um projecto de lei que visa "proteger a soberania nacional" pode afectar os meios de comunicação social, uma vez que o Gabinete de Protecção da Soberania irá monitorizar "tentativas de desinformação";²⁸ na Croácia, o governo tentou impedir o direito dos meios de comunicação social de criticar o tribunal ou proteger fontes, e no Reino Unido, foi proposto alargar a definição de "extremismo",²⁹ um termo altamente carregado e vago que pode restringir o relato legítimo e a liberdade de expressão. Exemplos na Bielorrússia, na Rússia, mas também na Turquia, mostram como tais fundamentos jurídicos vagos, uma vez adoptados, podem facilmente ser transformados em armas para censurar formas legítimas de expressão e debate público.

Foram também utilizados meios administrativos contra o jornalismo independente através da recusa de acreditação, da não renovação de licenças de radiodifusão e de outras formas de discriminação contra críticas ou meios de comunicação independentes.

Meios de comunicação de serviço público, pilares de democracias fo

Os meios de comunicação social de serviço público independentes (PSM) são uma característica central de uma democracia pluralista e que funciona bem. Contudo, a pressão governamental ou política tornou-se a norma em alguns Estados-Membros. Às vezes, isto ocorre através da negação de financiamento adequado para o PSM, o que muitas vezes põe em risco as operações noticiosas e enfraquece a sua capacidade de se envolverem em atividades desafiadoras e investigativas.

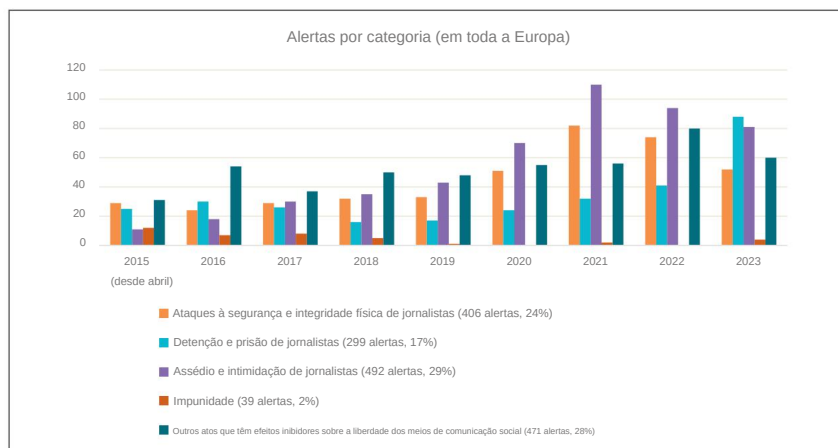
28. Editar Inotai, "Hungary's Government Submits 'Sovereignty' Bill Seen Aimed at Opposition, NGO Funding", Balkan Insight, 22 de novembro de 2022, <https://balkaninsight.com/2023/11/22/Hungria-governo-envia-projeto-de-soberania-visto-visto-ao-oposicao-ngo-financiamento/>

29. John Crace, "Revealed: plan to brand any 'undermining' UK as extremist", The Guardian, 4 de novembro de 2023, <https://www.theguardian.com/uk-news/2023/nov/04/plans-to-redefinir-o-extremismo-incluiria-minar-os-valores-do-Reino-Unido>

jornalismo.³⁰ Os governos também comprometeram a independência do PSM ao substituir membros da administração e do conselho de administração e demitir jornalistas ou editores. Na Polónia, onde ocorreu uma mudança de governo em Dezembro, constituirá um teste fundamental para a defesa de meios de comunicação públicos plurais, livres e independentes. (ver caixa sobre a Polónia na página 32)

OS PSM independentes são particularmente importantes em tempos eleitorais. As eleições não podem ser livres ou justas se os governos dominarem o cenário mediático. A captura dos meios de comunicação social, que significa um controlo governamental eficaz ou uma influência indevida sobre os principais meios de comunicação social públicos e privados, é especialmente prejudicial para a liberdade de imprensa. Muitas vezes envolve transformar os meios de comunicação de serviço público em porta-vozes dos partidos no poder político. Outras alavancas incluem controlos partidários sobre as agências reguladoras, atribuição arbitrária de publicidade estatal e limites severos ao tempo de palavra atribuído às vozes da oposição nos meios de comunicação públicos. Este factor foi particularmente preocupante antes e durante as eleições gerais na Polónia, em Outubro, e na Turquia, em Maio. Lá, os partidos no poder teriam usado as suas prerrogativas governamentais para privar os seus oponentes do acesso justo aos meios de comunicação públicos.

A autocensura é muitas vezes a consequência de todas estas formas de pressão sobre os jornalistas. O artigo não escrito, a investigação não concluída, o cartoon não desenhado, a fotografia não tirada ou publicada – tais casos não poderiam ser abrangidos por alertas, mas são um reflexo significativo da “falta de liberdade” dos meios de comunicação social na Europa e são ainda mais perniciosos quando tais assuntos não relatados são de importante interesse público.



30. Alerta “Tentativas de alterar o financiamento da emissora pública da Geórgia” <https://go.coe.int/Fm6Ot>; Alerta “Governo reduz orçamentos da emissora pública eslovaca RTVS em 30%” <https://go.coe.int/ItlP6>

A independência editorial é crucial para um jornalismo de qualidade

γA independência editorial dos jornalistas – definida como o direito de realizar o seu trabalho de acordo com a sua ética profissional, sem pressões indevidas de dentro e de fora das redações – teve uma jornada difícil em 2023, quando os jornalistas entraram em conflito com os proprietários dos meios de comunicação em vários países, especialmente por causa da nomeação de seus editores-chefes ou outros cargos editoriais de alto nível. De acordo com o Centro para o Pluralismo e a Liberdade dos Meios de Comunicação Social (CMPF) do Instituto Universitário Europeu, a independência editorial dos proprietários dos meios de comunicação social corria sério risco em 65% dos Estados-Membros da UE. Em termos de pluralidade de fornecedores de meios de comunicação social e de mercados digitais, “nenhum país (da UE) está no nível de baixo risco”,³¹ escreveu a CMPF. Este nível de distorção é um sinal claro de um panorama mediático dominado por forças motivadas, em demasiados casos, por interesses partidários.

γA insegurança económica e social que afecta o jornalismo exerceu pressão sobre a capacidade dos jornalistas para desempenharem as suas missões de acordo com os mais elevados padrões profissionais e éticos. “Juntamente com o setor jornalístico – cujo declínio é duradouro – o setor audiovisual parece ter sido particularmente atingido pela diminuição das despesas publicitárias. As condições de emprego e salário dos jornalistas deterioraram-se, especialmente para os que são freelancers”, concluiu a CMPF.

Uma imprensa livre precisa de um ambiente propício

γNovos desafios estão a tornar a luta pela liberdade de imprensa mais complexa. A inteligência artificial pode transformar todo o ecossistema de notícias, tendo impacto no pessoal das redações, mas também na “fabricação de notícias”, com os seus riscos de aumento da desinformação e de queda da confiança do público.³² As controvérsias e a polarização relacionadas com a crise climática, um aumento repentino no voto, o apoio aos partidos iliberais nos países europeus, bem como a resposta lenta e ineficaz das plataformas à desinformação também contribuem para sentimentos de desconfiança contra a grande imprensa. Tais tendências representam uma ameaça existencial à forma como os jornalistas podem fornecer reportagens de interesse público aos cidadãos da região do Conselho da Europa. A “atmosfera moral” – como lhe chamou o escritor austríaco Stefan Zweig na década de 1930 – que prevalece em alguns países europeus não é um bom presságio para a liberdade de imprensa.

31. Centro para o Pluralismo e a Liberdade dos Meios de Comunicação Social, “Media Pluralism Monitor 2023,” <https://cmpf.eui.eu/media-pluralism-monitor-2023/>

32. O Comité de Inteligência Artificial (CAI) do Conselho da Europa tem trabalhado num projeto de convenção-quadro sobre Inteligência Artificial, Direitos Humanos, Democracia e Estado de Direito, ver https://www.coe.int/en/web/inteligencia_artificial/cai

¶Para contrariar estas tendências, os parceiros da Plataforma emitiram recomendações ao Conselho da Europa, à UE e aos seus estados membros.

Destacaram questões relacionadas com a vigilância, vistos humanitários para jornalistas e a necessidade de apoiar pontos focais nacionais e planos de acção como parte da campanha de 5 anos do Conselho da Europa para a segurança dos jornalistas.

Os grupos de defesa da liberdade de imprensa esperam que uma mudança de governo na Polónia irá reverter a captura estatal dos meios de comunicação.

¶Também houve notícias positivas. Os grupos de defesa da liberdade de imprensa expressaram grandes esperanças após a posse de um novo governo na Bulgária, em Junho de 2023. Da mesma forma, esperam que uma mudança de governo na Polónia torne possível reverter a captura estatal dos meios de comunicação e as SLAPPs contra jornalistas independentes, e o desprezo pelo Estado de direito por parte do antigo governo.

¶2023 também foi marcado por várias iniciativas encorajadoras - o lançamento da campanha Journalists Matter do Conselho da Europa, a elaboração da recomendação anti-SLAPP do Conselho da Europa, a adoção da Lei Europeia da Liberdade dos Meios de Comunicação Social e da Diretiva anti-SLAPP no UE - que testemunham o compromisso de um número significativo de governos em reforçar a liberdade de imprensa e proteger os jornalistas, mesmo que os frutos desse compromisso público sejam, em demasiados casos, ainda aguardados.

¶A Plataforma para a Segurança dos Jornalistas desempenhou, sem dúvida, um papel fundamental no aumento da consciencialização sobre o papel crucial da liberdade de imprensa numa democracia. Colocados directamente sob o olhar dos Estados-membros, os seus alertas produzem uma imagem abrangente do estado da liberdade de imprensa em todo o continente e sublinham que os ataques contra a imprensa devem ser firmemente combatidos e condenados. Na verdade, para além das respostas oficiais aos alertas, os Estados-Membros e outras partes interessadas têm o dever de criar um ambiente propício que permita aos jornalistas e outros intervenientes nos meios de comunicação social exercerem a sua missão sem medo ou interferência arbitrária, em linha com a Recomendação CM/Rec(2016)4 de o Comité de Ministros sobre a protecção do jornalismo e a segurança dos jornalistas,³³ bem como o mandato acordado por unanimidade pelos governos europeus para a campanha Journalists Matter.³⁴

33. Recomendação CM/Rec(2016)4 do Comité de Ministros aos Estados-Membros sobre a protecção do jornalismo e a segurança dos jornalistas e outros intervenientes nos meios de comunicação social, 13 de abril de 2016, https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?Objectid=09000016806415d9#_ftn1

34. Conselho da Europa, "Journalists Matter": Council of Europe lança campanha para a segurança dos jornalistas", comunicado de imprensa, 5 de outubro de 2023, <https://www.coe.int / pt/web/portal/-/ -jornalistas-matéria-conselho-da-europa-lança-campanha-pela-segurança-d>

ÿO Grupo de Amigos sobre a Segurança dos Jornalistas e a Liberdade dos Meios de Comunicação Social em Estrasburgo pode desempenhar um papel proactivo, nomeadamente exercendo pressão dos pares sobre os Estados-membros recalcitrantes para agirem de boa fé, de acordo com as suas obrigações vinculativas ao abrigo da Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

ÿOs parceiros da plataforma prestam muita atenção às iniciativas específicas adotadas em vários estados membros para fortalecer a segurança dos jornalistas, como o PersVeilig projeto que foi criado em 2019 na Holanda ou o plano de Defesa da Liberdade de Expressão estabelecido em 2018 na Suécia. A identificação e divulgação de boas práticas são essenciais para o sucesso da campanha Journalists Matter, incluindo os Planos de Acção Nacionais para a segurança dos jornalistas que foram anunciados (no Reino Unido, por exemplo, em Outubro de 2023),³⁵ ou que estão a ser desenvolvidos por outros Estados-membros.

ÿNo entanto, como os parceiros da Plataforma têm afirmado constantemente, a prova do valor destas diversas iniciativas estará no impacto no mundo real que eventualmente venham a demonstrar ter. A vontade política ainda é escassa. O compromisso dos Estados-membros do Conselho da Europa na campanha Journalists Matter e a adopção de Planos de Acção Nacionais serão um teste crítico ao seu compromisso.

35. Sindicato Nacional de Jornalistas, "NUJ acolhe o Plano de Ação Nacional atualizado para a Segurança dos Jornalistas", 31 de outubro de 2023 , <https://www.nuj.org.uk/resource/nuj-welcomes-updated-national-action- planeje -para-a-segurança-dos-jornalistas.html>

Invasão russa da Ucrânia, uma ameaça direta à ordem democrática da Europa



Bénédicte (Suíça) / Cartooning for Peace

¶A guerra de agressão russa contra a Ucrânia teve efeitos importantes na liberdade de imprensa e na segurança dos jornalistas. Em 2023, dois jornalistas foram mortos na Ucrânia. Em 26 de Abril, Bohdan Bitik, um jornalista ucraniano que trabalhava como intermediário para dois repórteres do jornal italiano La Repubblica, foi morto a tiro nos arredores de Kherson, provavelmente por um atirador russo.³⁶ Em 9 de Maio, Arman Soldin, um jornalista com a agência de notícias francesa Agence France-Presse (AFP) foi morto em um ataque de foguete russo enquanto estava integrado a soldados ucranianos em Chasiv Yar, perto de Bakhmut, na região de Donetsk.³⁷

36. Alerta "Jornalista Bohdan Bitik morto a tiros na Ucrânia, seu colega Corrado Zunino ferido" <https://go.coe.int/4skhD>

37. Alerta "Jornalista da AFP Arman Soldin morto enquanto cobria a guerra na Ucrânia" <https://go.coe.int/OcLQ2>

As autoridades de ocupação tentaram forçar os jornalistas locais a cooperar através de pressão física e psicológica, e os seus familiares e amigos foram alvo de represálias.

À medida que a Rússia ocupava territórios da Ucrânia, os trabalhadores da comunicação social independentes foram cercados pelos primeiros alvos de perseguição, detenção ilegal e desaparecimento . As autoridades de ocupação tentaram forçar os jornalistas locais a cooperar através de pressão física e psicológica. Em alguns casos, mesmo quando os jornalistas conseguiram escapar de um território ocupado, os seus familiares e amigos foram alvo de represálias.

Em Maio de 2023, as forças russas em Melitopol detiveram a jornalista Iryna Levchenko³⁸ e o seu marido, Oleksandr. Os familiares de Iryna Levchenko perderam contacto com eles em 5 de maio de 2023. Iryna Levchenko trabalhou durante anos como repórter para vários meios de comunicação ucranianos e aposentou-se do jornalismo depois que as forças russas ocuparam Melitopol no final de fevereiro de 2022.

Dmytro Khilyuk,³⁹ repórter da agência noticiosa independente ucraniana UNIAN, foi raptado pelas forças russas na Ucrânia no início de março de 2022. Em julho de 2023, soube-se que Khilyuk estava detido numa prisão na região de Vladimir, na Rússia. De acordo com Repórteres Sem Fronteiras, é a prisão IK-6 ou IK-7, que mantém prisioneiros ucranianos.

Outro alerta diz respeito ao desaparecimento da jornalista freelance Victoria Roshchina, 40 anos, que planeava viajar para os territórios ocupados do leste da Ucrânia através da Rússia para informar sobre a situação naqueles locais. Ela deixou a Ucrânia com destino à Polónia em 27 de julho de 2023 e esperava-se que chegasse aos territórios ocupados três dias depois. Ela está desaparecida desde 3 de agosto e seu local de aluguel atual é desconhecido.

Em 6 de outubro de 2023, um tribunal controlado pela Rússia em Simferopol condenou o jornalista e escritor ucraniano Serhiy Tsyhipa a 13 anos de colónia penal sob a acusação de espionagem. Originário de Nova Kakhovka, uma cidade na região temporariamente ocupada de Kherson, na Ucrânia, Tsyhipa foi detido pelas autoridades de ocupação russas, após o que estas autoridades usaram a informação do jornalista

38. Alerta "Soldados russos detêm a ex-jornalista Iryna Levchenko no sudeste da Ucrânia" <https://go.coe.int/qc7hN>

39. Alerta "Jornalista ucraniano Dmytro Khilyuk detido pelas forças russas desde o início de março" <https://go.coe.int/aBEQE>

40. Alerta "Jornalista Ucraniana Victoria Roshchina Desaparecida em Territórios Ocupados" <https://go.coe.int/ljwIP>

telefone para fazer contato com outros jornalistas e ativistas ucranianos em Nova Kakhovka.⁴¹ O jornalista Oleh Baturin foi uma das vítimas dessa tática, quando em março de 2022 foi a uma rodoviária após receber uma mensagem do telefone de Tsyhipa pedindo-lhe para se encontrar lá e foi então sequestrado pelas forças de ocupação russas.⁴²

Vários jornalistas ficaram feridos na guerra. Em 2 de janeiro de 2023, um bombardeio russo em Druzhkivka feriu Björn Stritzel, um repórter do diário alemão Bild, e um jornalista ucraniano não identificado.⁴³ Em 19 de julho, a jornalista ucraniana Yuliya Kiriienko sofreu uma leve concussão devido à explosão do bombardeio russo enquanto reportava perto Lyman, na região de Donetsk.

Em 24 de julho de 2023, Dylan Collins, jornalista norte-americano da AFP, foi ferido num ataque de drone enquanto fazia uma reportagem numa posição de artilharia ucraniana perto da cidade de Bakhmut, na linha da frente. Todos os jornalistas da AFP presentes no local usavam marcas de imprensa e dois outros jornalistas da AFP que estavam presentes escaparam ilesos. Collins sofreu ferimentos por estilhaços e foi evacuado para um hospital próximo. Em 22 de julho, um bombardeio russo feriu levgen Shylko, operador de câmera da emissora alemã Deutsche Welle (DW), enquanto fazia uma reportagem com o correspondente da DW, Mathias Bölinger, na região de Donetsk.

Eles foram atacados enquanto filmavam soldados treinando em um campo de tiro em terreno do exército ucraniano.⁴⁴ Em 19 de agosto de 2023, as forças russas dispararam um míssil que atingiu a cidade de Chernihiv, no norte da Ucrânia, ferindo Arsen Chepurnyi,⁴⁵ um jornalista ucraniano freelance do noticiário local. site Chas Chernihivskyi.

Em 19 de Setembro, Oleksandr Pavlov, um produtor ucraniano do canal sueco TV4, ficou ferido quando um drone atingiu o carro da sua equipa em Stepanivsk, perto da linha da frente na região de Zaporizhzhya, na Ucrânia. Os membros da sua equipa disseram que tinham sido deliberadamente alvejados depois de saírem do carro para falar com a população local.⁴⁶ Em 22 de Dezembro, a repórter fotográfica ucraniana Vlada Liberova foi ferida por fogo russo enquanto fazia uma reportagem perto de Avdiivka, no Região de Donetsk.⁴⁷ Em 30 de Dezembro, Svitlana Dolbysheva, uma ucraniana

41. Alerta "Jornalista ucraniano Serhiy Tsyhipa condenado a 13 anos de colônia penal por acusações de espionagem" <https://go.coe.int/Q83B4>

42. Alerta "Jornalista Oleg Baturin desaparecido na região de Kherson" <https://go.coe.int/GL1rl>

43. Alerta "Pelo menos 2 jornalistas feridos por bombardeios russos no leste da Ucrânia" <https://go.coe.int/sLztC>

44. Alerta "Bombardeio fere pelo menos 3 jornalistas no leste da Ucrânia" <https://go.coe.int/5Rdy9>

45. Alerta "Jornalista Arsen Chepurnyi ferido em ataque com mísseis russos na Ucrânia" <https://go.coe.interno/FPK07>

46. Alerta "Jornalista ucraniano Oleksandr Pavlov ferido em ataque de drone" <https://go.coe.int/WvMxh>

47. Alerta "Fotografando Vlada Liberova ferida por fogo russo" <https://go.coe.int/tW8bf>

tradutora e produtora do canal de TV alemão ZDF foi ferida em Kharkiv após um bombardeio russo no albergue onde ela estava.⁴⁸

A lei "Sobre os Meios de Comunicação Social", que entrou em vigor na Ucrânia em 31 de março de 2023, foi geralmente bem recebida, embora tenha provocado debates entre organizações de liberdade de imprensa e meios de comunicação ucranianos. A lei melhora a legislação ucraniana com a introdução de mecanismos de co-regulação entre o regulador dos meios de comunicação social e os meios de comunicação social, e uma maior transparência sobre os proprietários dos meios de comunicação social. No entanto, foram levantadas preocupações sobre a verdadeira independência do regulador dos meios de comunicação social. Em caso de violação da lei pelos meios de comunicação, o Conselho Nacional de Televisão e Radiodifusão pode proibir temporariamente o trabalho dos meios de comunicação de massa online e exigir que os provedores de Internet bloqueiem o acesso a publicações online sem audiência judicial, emitam ordens vinculativas às redações dos meios de comunicação, regulamentar o trabalho das operadoras de televisão a cabo e online e cancelar o registro da mídia impressa.

Em 12 de outubro de 2023, o Parlamento da Ucrânia registou um projeto de lei sobre alterações à lei "Sobre os Meios de Comunicação Social" relativa à produção e difusão de produtos sociais contendo informações destinadas a promover o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, a popularização de ideias de humanidade, justiça, valores familiares e garantia da soberania do Estado. O Sindicato Nacional de Jornalistas da Ucrânia, o principal sindicato de jornalistas da Ucrânia, manifestou preocupações sobre esta iniciativa como sendo uma tentativa de influenciar a política editorial dos meios de comunicação independentes e uma tentativa de exercer pressão financeira sobre eles. O projecto ainda está em estudo, foi proposto por um único deputado da maioria e não parece ter amplo apoio parlamentar.

O acesso dos jornalistas às sessões plenárias, aos bastidores e às comissões do Parlamento ucraniano, Verkhovna Rada, foi restringido desde a invasão em grande escala da Rússia em 2022. Em 8 de novembro de 2023, o programa de investigação Schemes informou que um documento que listaria todos os as restrições de acesso "não foram criadas" pela Verkhovna Rada. O presidente da Câmara, Ruslan Stefanchuk, disse a Schemes que a decisão de restringir o acesso dos jornalistas às instalações foi tomada no início da invasão em grande escala da Rússia na Ucrânia, com base nas recomendações dos serviços de segurança da Ucrânia e que o acesso seria restaurado "assim que o nível de perigo cai". Não foi dada qualquer explicação por que a Verkhovna Rada não foi capaz de fornecer a base jurídica e os fundamentos para estas restrições de acesso.⁴⁹

48. Alerta "Tradutor ucraniano e conselheiro de segurança britânico da ZDF ferido no ataque russo a Kharkiv" <https://go.coe.int/0mGUt>

49. Alerta "Parlamento Ucraniano Incapaz de Fornecer Documentos que Prevejam as Restrições Legais sobre a entrada de jornalistas no Parlamento" <https://go.coe.int/htlXb>

Rússia leva censura e restrições à mídia a novos níveis

¶A guerra tem sido uma oportunidade para as autoridades russas reforçarem ainda mais a legislação e aumentarem o controlo estatal sobre os meios de comunicação social e deterem jornalistas em nome da segurança nacional.

¶Em 19 de outubro de 2023, a Duma Estatal adotou alterações ao Artigo 207.3 do Código Penal sobre a divulgação de informações falsas que estendeu a pena criminal para a divulgação de informações falsas sobre a Guarda Nacional da Rússia (uma força militar interna que se reporta diretamente ao Presidente Putin). Alterações semelhantes foram introduzidas no artigo 280.3 do Código Penal sobre o repetido "descrédito" dos militares russos. A pena máxima prevista no primeiro artigo é de até 15 anos de prisão e no segundo - reclusão até sete anos. Além disso, foram introduzidas alterações ao artigo 284.3 do Código Penal sobre "assistência na execução de decisões" do Tribunal Penal Internacional de Haia e outros mecanismos internacionais em que a Rússia não participa, o que pode levar a até cinco anos de prisão. Em 25 de dezembro de 2023 a lei foi assinada pelo Presidente Russo e entrou em vigor.

¶Vários meios de comunicação foram rotulados como "indesejáveis"50 organizações - Project Media, Open Press, The Insider, Bellingcat (Reino Unido), Important Stories, TVR Studios (entidade legal do canal de TV Dozhd registado nos Países Baixos), SIA TV Rain (pessoa jurídica do canal Dozhd TV registrada na Letônia), Meduza51 e Novaya Gazeta Europe.

52 Além disso, um total de 239 meios de comunicação social e jornalistas são agora considerados "agentes estrangeiros".

¶A repressão aos meios de comunicação estrangeiros continuou. Pelo menos 83 trabalhadores da comunicação social do Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos, Austrália, Canadá e Ucrânia foram proibidos de entrar na Rússia. Meios de comunicação como BBC, Deutsche Welle, Euronews, Voice of America, France 24 e outros, não são acessíveis no país.

¶O governo russo controla a Internet com mais de 300 meios de comunicação bloqueados dentro do país. As plataformas de mídia social Twitter, Facebook, Instagram e muitos serviços VPN também estão bloqueados. Além disso, a partir de 1º de março de 2024, entrará em vigor um despacho, segundo o qual os serviços VPN

50. Inoteka, "Agentes estrangeiros", 1º de outubro de 2023, <https://inoteka.io/ino/foreign-agents-en>

51. Alerta "Procurador-Geral rotula Meduza como organização indesejável" <https://go.coe.int/oGulY>

52. Alerta "Vários meios de comunicação adicionais designados como organizações indesejáveis" <https://go.coe.interno/P9WRG>

que fornecem acesso a sites proibidos na Rússia serão bloqueados pela agência reguladora estatal Roskomnadzor.

Em 2 de Novembro de 2023, o Presidente Vladimir Putin assinou uma lei que expandiu significativamente os poderes do Gabinete do Procurador-Geral para bloquear informações relacionadas com "financiar o inimigo no contexto de conflito armado". Foram feitas alterações nas leis federais nº 149-FZ "Sobre Informação, Tecnologias da Informação e Proteção da Informação" e nº 125-FZ "Sobre Liberdade de Consciência e Associações Religiosas".

Em 2023, o número de processos criminais ao abrigo do artigo 207.3 do Código Penal (divulgação de informações falsas sobre o exército) aumentou significativamente.⁵³ De acordo com o OVD-Info, um grupo independente de direitos humanos, pelo menos 42 jornalistas enfrentaram repressões criminais pelas suas ações anti- -postura de guerra. 13 jornalistas foram condenados à revelia por divulgarem informações falsas: Alexander Nevzorov;⁵⁴ Veronika Belotserkovskaya;⁵⁵ Michael Nacke;⁵⁶ Ruslan Leviev; Ilya Krasilshchik; Apresentadora de TV ucraniana Maria Efrosinina;⁵⁷ Sergey Podsytnik;⁵⁸ Evgeny Domozhirov; Dmytro Gordon; Marina Ovsyannikova; Evgenia Baltatarova; Alexandra Garmazhapova e Pyotr Verzilov.⁵⁹ Não só a posição sobre a guerra, mas também as críticas às autoridades podem levar a processos criminais.

Dez jornalistas cumprem penas de prisão ou aguardam o veredicto ao abrigo do Artigo 207.3: Maria Ponomarenko⁶⁰ foi condenada a seis anos de prisão, juntamente com uma proibição de cinco anos de actividades jornalísticas; Dmitry Ivanov, 61 anos, blogueiro do canal Telegram Protest MSU, foi condenado a oito anos e meio de prisão, além de uma proibição de quatro anos de administração de sites; Andrey Novashov⁶² foi condenado a oito meses de trabalho correcional e a um ano de suspensão

53. OVD-Info, "Repressão criminal para postura anti-guerra na Rússia", página web, <https://repression.info/pt/ocupações/jornalistas>

54. Alerta "Jornalista russo Alexander Nevzorov condenado a 8 anos de prisão" <https://go.coe.interno/T1G61>

55. Alerta "Blogger Veronika Belotserkovskaya condenada a 9 anos de prisão" <https://go.coe.int/6Qoq5>

56. Alerta "Dois jornalistas russos exilados acusados de disseminar informações falsas sobre Forças Armadas Russas" <https://go.coe.int/q17F5>

57. Alerta "Apresentadora de TV ucraniana Maria Efrosinina condenada a sete anos de prisão" <https://go.coe.int/JzgYD>

58. Alerta "Jornalista russo Sergey Podsytnik acusado de disseminar "notícias falsas" sobre o exército russo" <https://go.coe.int/mU3Zm>

59. Alerta "Fundador da Mediazona, Pyotr Verzilov, aparentemente envenenado" <https://go.coe.int/oU4O6>

60. Alerta "Jornalistas russos Ilya Krasilshchik e Maria Ponomarenko acusados de disseminar informações falsas sobre as Forças Armadas" <https://go.coe.int/WvGsn>

61. Alerta "Blogger russo Dmitry Ivanov preso e detido sob acusação de espalhar "falsificações" sobre o "Exército" russo" <https://go.coe.int/hr1wV>

62. Alerta "Jornalista russo Andrey Novashov detido, acusado de espalhar "falsificação" Informações" <https://go.coe.int/a610V>

nas atividades jornalísticas; Ruslan Ushakov, 63 anos, que dirige o canal Telegram Real Crime, foi condenado a 8 anos de prisão e proibido de administrar recursos da Internet por três anos; o ativista e jornalista Vladimir Kara-Murza⁶⁴ está cumprindo 25 anos de prisão; o blogueiro Alexander Nozdrinov⁶⁵ foi condenado a 8 anos e 6 meses; o editor-chefe da revista online Novy Fokus Mikhail Afanasyev⁶⁶ foi condenado a cinco anos e meio de prisão na colônia do regime geral e proibido de publicar materiais na Internet e nos meios de comunicação social durante dois anos e meio após a sua libertação; o jornalista da RusNews Roman Ivanov⁶⁷, o editor do Listok Sergey Mikhaylov⁶⁸ e o jornalista da RFE/RL Alsu Kurmasheva⁶⁹ estão atualmente detidos e aguardando o veredicto final.

63. Alerta "Ruslan Ushakov, administrador do canal de telegrama russo, condenado a 8 anos em Prisão" <https://go.coe.int/P3C7r>

64. Alerta "Jornalista e ativista da oposição Vladimir Kara-Murza condenado a 25 anos de prisão" <https://go.coe.int/t6m5h>

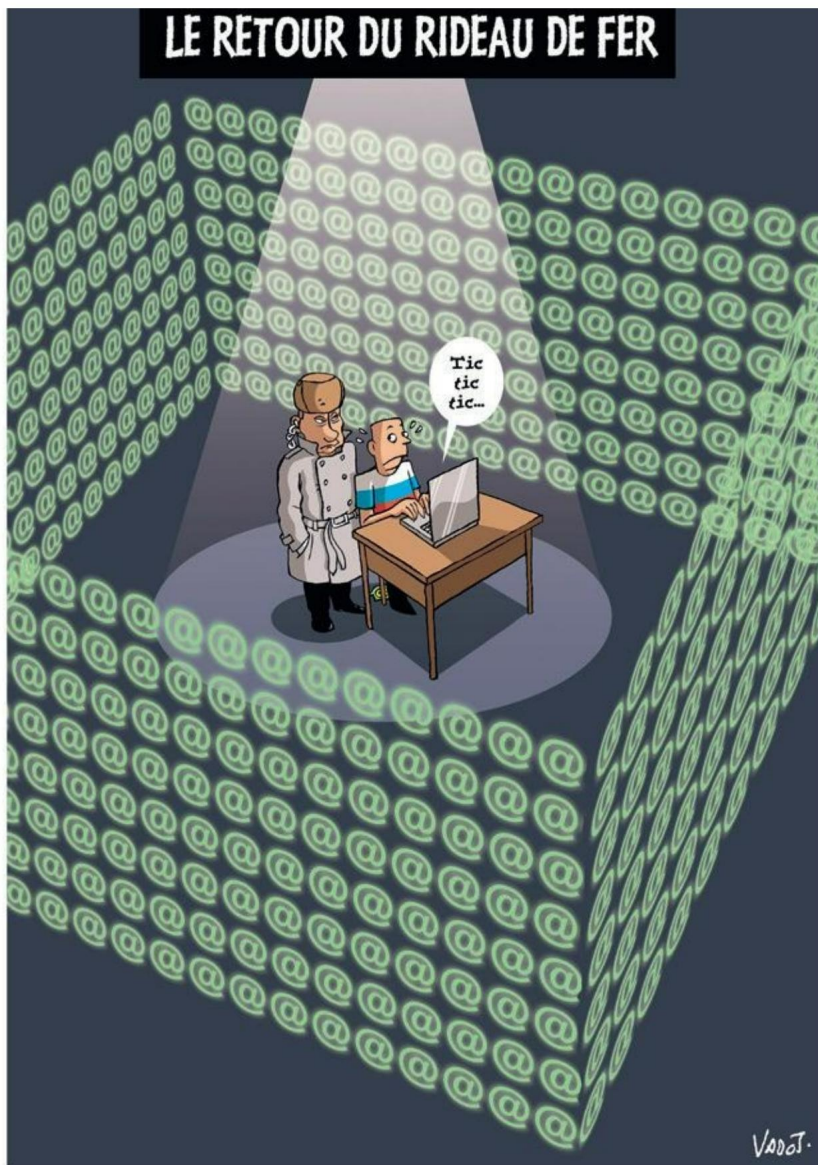
65. Alerta "Blogger Alexander Nozdrinov acusado de disseminar 'informações falsas' sobre Forças Armadas Russas" <https://go.coe.int/ab4rb>

66. Alerta "Veículos de notícias da Sibéria, administração acusada de disseminar 'falsificações' sobre o russo Exército" <https://go.coe.int/t9Qo1>

67. Alerta "Jornalista da RusNews Roman Ivanov detido sob acusação de espalhar 'falsificações' sobre o exército russo" <https://go.coe.int/b9bHX>

68. Alerta "Veículos de notícias da Sibéria, administração acusada de disseminar 'falsificações' sobre o russo Exército" <https://go.coe.int/t9Qo1>

69. Alerta "Autoridades russas detêm jornalista da Rádio Europa Livre, Alsu Kurmasheva" <https://go.coe.int/zOvXL>



"O retorno da cortina de ferro"

Vadot (Bélgica) / Cartooning for Peace

Foco no país: Polónia – necessidade de reformas sustentáveis e apartidárias no sector dos meios de comunicação social

Durante os seus oito anos de governo do país até ao início de Dezembro de 2023, o Partido Lei e Justiça (PiS) conseguiu converter os meios de comunicação públicos em instrumentos de propaganda governamental. Comprometeu o pluralismo dos meios de comunicação social e criou um ambiente hostil ao jornalismo independente, através da captura de meios de comunicação social, de ações judiciais abusivas contra jornalistas e meios de comunicação social, bem como através de reguladores que aplicaram sanções arbitrárias e pressão financeira sobre os meios de comunicação social. O novo governo de coligação pretende acabar com esta situação, mas deve evitar perpetuar a politização dos meios de comunicação públicos e dos reguladores.

No momento da redação do relatório, em janeiro de 2024, a luta entre a nova coligação governamental, o Presidente e a oposição sobre os meios de comunicação públicos polacos estava acirrada. O novo Ministro da Cultura demitiu a gestão da emissora pública TVP, da rádio pública e da Agência de Imprensa Polaca, que era dominada por jornalistas aliados do PiS, e substituiu-os pelos seus próprios nomeados. O presidente aliado do PiS respondeu recusando-se a assinar um projecto de lei orçamental que incluía 3 mil milhões de zloty (aproximadamente 690 milhões de euros) para os canais públicos. Para garantir a continuidade orçamental nos meios de comunicação públicos, o novo governo colocou as três empresas - televisão pública, rádio e agência noticiosa - em insolvência e nomeou liquidatários para assumirem a sua gestão quotidiana.

Não há dúvida de que devem ser tomadas medidas decisivas para abordar as questões nos meios de comunicação públicos. São um exemplo manifesto de como o PSM não deveria ser – propagandistas e apoiantes de um partido político, usados para obter vantagem eleitoral. No entanto, especialistas em meios de comunicação social e parceiros da Plataforma70 71 expressaram reservas sobre os métodos utilizados, encorajando o governo a adoptar mudanças jurídicas e institucionais sustentáveis e abrangentes para remediar a situação, envolvendo simultaneamente especialistas e a sociedade civil na tomada de decisões.

O Conselho Nacional de Radiodifusão (KRRiT), o regulador nacional dos meios de comunicação social, politizado pelo Governo PiS e despojado de algumas das suas competências, deve ser afastado do partidarismo e do preconceito político e ter a sua função funcional

70. Instituto Internacional de Imprensa, "Upheaval at Polish public broadcaster must lead to abrangente reform to restore and salvaguarda independent", declaração, 22 de dezembro de 2023, <https://ipi.mídia/revolta-na-emissora-pública-polaca-deve-levar-a-reforma-abrangente-para-restaurar-e-salvaguardar-independência/>

71. Federação Europeia de Jornalistas, "Polónia: o governo colocou os meios de comunicação social em estado de liquidação", 29 de dezembro de 2023, <https://europeanjournalists.org/blog/2023/12/29/polónia-o-governo-colocou-a-mídia-de-serviço-público-em-estado-de-liquidação/>

independência restaurada. Os políticos não deveriam ter um voto decisivo nos **conselhos de administração** dos meios de comunicação públicos. É necessária nova legislação que estabeleça regras justas e transparentes sobre a distribuição de **publicidade estatal** aos meios de comunicação social. **A difamação** deve ser descriminalizada e **anti-SLAPP** deveria ser introduzida legislação.

A empresa estatal Orlen deverá alienar o seu investimento na rede de **meios de comunicação regionais Polska Press**. As autoridades devem adotar, em cooperação com a comunidade jornalística, medidas para proteção dos repórteres durante protestos e online.

Embora reconhecendo a necessidade de mudanças rápidas, a Plataforma Parceiros para a Segurança dos Jornalistas apela **ao estabelecimento de salvaguardas legais e institucionais contra interferências políticas**. Existe uma riqueza de análises e estudos sobre o sector dos meios de comunicação polaco e até projectos de reformas abrangentes dos meios de comunicação já foram preparados pela sociedade civil, pelas organizações de jornalistas e pela comunidade académica, que podem servir de base para esta reforma.

Só a separação efectiva dos meios de comunicação social públicos da interferência política e o financiamento estável a longo prazo garantirão o pluralismo, a fiabilidade e a objectividade, bem como a capacidade de implementar a sua missão. O governo deve dar prioridade à independência dos meios de comunicação social e aos direitos dos jornalistas no seu programa, assegurar o diálogo com a sociedade civil, ter uma estratégia clara e comunicar as medidas que pretende tomar para garantir a independência, a imparcialidade e o pluralismo dos meios de comunicação social.

Ataques, assédio e intimidação de jornalistas



Carrilho (Portugal) / Cartooning for Peace

Em 2023, a Plataforma registou o assassinato de dois jornalistas que cobriam a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, Bohdan Bitik e Arman Soldin (ver o capítulo sobre a invasão russa da Ucrânia). Alertas também documentaram o assassinato do segurança Pal Kola em um ataque com arma de fogo no Top Channel edifício de escritórios em Tirana, Albânia, em 27 de março.

41 alertas denunciaram ataques à segurança física e à integridade dos jornalistas, uma diminuição em relação aos anos anteriores. O maior número de casos foi registado nos territórios ucranianos ocupados pela Rússia (11), França (4), Turquia (4), Itália (3) e Sérvia (3). Os jornalistas também são regularmente sujeitos a assédio e intimidação pelo seu trabalho: foram publicados 68 alertas nesta categoria na Plataforma, em comparação com 94 em 2022, com o maior número de casos registado na Rússia.

Excluindo os actos de guerra na Ucrânia, a maioria dos ataques físicos ocorreu durante a cobertura de eventos públicos, sublinhando preocupações de longa data sobre o policiamento inadequado do espaço público para proteger a capacidade dos jornalistas de reportar eventos

de interesse público. 16 alertas relataram agressões a jornalistas e outros representantes da mídia por parte de manifestantes e membros do público, enquanto outros três registraram insultos, ameaças, equipamentos danificados ou obstrução.

Alguns Estados-Membros tomaram medidas para resolver o problema dos ataques físicos aos trabalhadores dos meios de comunicação social.

Alguns Estados-membros tomaram medidas para resolver o problema.

Após um aumento nos ataques a jornalistas durante os protestos na capital austríaca, a Polícia de Viena adotou medidas robustas para aumentar a proteção dos jornalistas – foram criados agentes de contacto com os meios de comunicação social como pontos de contacto para jornalistas, bem como para o registo inicial de crimes; treinamento de desescalada também foi oferecido aos jornalistas. Na Albânia, a polícia prendeu e acusou dois suspeitos do ataque violento contra o jornalista Elvis Hila e a sua esposa.⁷²

15 alertas documentaram obstrução por parte da polícia, dos serviços de segurança, de 73 autoridades judiciais e religiosas, que usaram poderes para negar acesso, parar, questionar, apreender, multar ou deter jornalistas e outros representantes dos meios de comunicação social. Foram apresentados oito alertas para denunciar agressões cometidas pela polícia durante eventos públicos no Azerbaijão, Bulgária,⁷⁴ França,⁷⁵ Geórgia, Polónia, Espanha⁷⁶ e Turquia, uma diminuição desde 2020, que está parcialmente ligada ao menor número de protestos públicos relacionados com a Covid-19.

Embora o policiamento do espaço público continue a ser um problema, alguns países tomaram medidas para o resolver. Em França, por exemplo, a última versão do regulamento "Plano Nacional de Aplicação da Lei" incluía várias recomendações sobre a protecção dos jornalistas, relacionadas com a violência por parte dos agentes responsáveis pela aplicação da lei. A polícia de Viena adoptou medidas específicas para proteger os jornalistas durante comícios públicos. Estes e outros exemplos relativos à protecção policial de jornalistas em eventos públicos, incluindo disposições legais contra a obstrução dos trabalhadores dos meios de comunicação social, mecanismos de desanuiamento e procedimentos de reclamação, devem ser multiplicados em todos os Estados-Membros.

72. Alerta "Jornalista albanês Elvis Hila e sua esposa atacados em Lezha" <https://go.coe.int/WoHwN>

73. Alerta "Jornalista russa Farida Kurbangaleeva expulsa da imprensa do presidente Zelenskyy Conferência em Praga" <https://go.coe.int/nwbcU>

74. Alerta "Pelo menos nove jornalistas agredidos fisicamente, detidos ou obstruídos pela polícia enquanto Cobrindo o protesto em Sófia" <https://go.coe.int/rTVUP>

75. Alerta "Violência, intimidação e obstrução a jornalistas que cobrem protestos contra a reforma das pensões" <https://go.coe.int/zRiw4>

76. Alerta "Jornalistas e operadores de câmara assediados durante a cobertura de protestos em toda a Espanha" <https://go.coe.int/dJx49>

730 alertas denunciaram ações contra jornalistas não relacionadas com a cobertura de eventos públicos. A jornalista da Novaya Gazeta Elena Milashina⁷⁷ e o advogado Alexander Nemtsov foram brutalmente atacados na Chechênia em 4 de julho. A cabeça de Milashina foi raspada e seu rosto coberto de tinta verde. Ela foi posteriormente diagnosticada com um trauma craniocerebral fechado. Na Dinamarca, o presidente e todos os membros da direcção do sindicato nacional de jornalistas foram ameaçados na rede social X, ex-Twitter.⁷⁸

7Vários Estados-Membros tomaram medidas, incluindo a Eslováquia, a Bulgária e a Itália, onde foi concedida protecção policial aos jornalistas na sequência de ameaças de morte. Na Eslováquia, o então Ministro da Cultura condenou publicamente as ameaças de morte, tortura e violação contra a jornalista da RTVS, Marta Janýkrová,⁷⁹ declarando que a interferência política nos meios de comunicação social era inaceitável. Em Abril, a Suíça anunciou a adopção de um Plano de Acção Nacional para a Segurança dos Jornalistas⁸⁰ elaboradas em consulta com os empregadores dos meios de comunicação social e as organizações de jornalistas e centrando-se na melhoria da protecção física, no reforço da protecção contra ameaças online, no aumento do reconhecimento do papel dos jornalistas e na melhor compreensão dos desafios relacionados com as SLAPP.

7Embora estas respostas ressaltem os esforços contínuos para salvaguardar os jornalistas e a liberdade dos meios de comunicação social, as autoridades são instadas a implementar sistematicamente medidas eficazes de protecção quando os jornalistas estão sujeitos a ameaças iminentes e a estabelecer canais de comunicação para os jornalistas denunciarem essas ameaças.

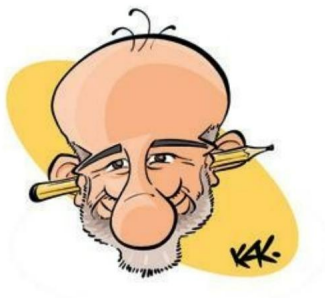
77. Alerta "Jornalista da Novaya Gazeta Elena Milashina atacada brutalmente na Chechênia" <https://go.coe.int/nV2ZX>

78. Alerta "Discurso privado e apelo a ataques contra o presidente do Sindicato Dinamarquês de Jornalistas publicado em X" <https://go.coe.int/WblrZ>

79. Alerta "A apresentadora da RTVS Marta Janýkrová recebe ameaças de morte, tortura e estupro" <https://go.coe.int/hO2kO>

80. Escritório Federal de Comunicações, "Plano de Acção Nacional para a segurança dos profissionais de mídia na Suíça", página web, 25 de abril de 2023, https://www.bakom.admin.ch/bakom/en/homepage/mídia_eletrônica/política_de_mídia/plano_de_ação_nacional.htm

Por convite. **Cartunistas em jogo**



"Auto-retrato"

Kak (França) / Cartooning for Peace

Fiéis ao ditado de Heráclito "A crise é a mãe das oportunidades", os tiranos deste mundo aproveitaram o período turbulento de 2020-2023 para reforçar o seu controlo sobre os meios de comunicação e sobre os cartunistas.

Pandemias, guerras, tensões diplomáticas, desinformação digital... Todas estas são oportunidades para legitimar novas regulamentações que, a pretexto de proteger a população, fornecerão os meios legais para amordaçar os dissidentes, acusados por sua vez de "tentar desestabilizar o Estado", "terrorismo digital" ou "pactuação com potências estrangeiras".

O último relatório do Cartooning for Peace and Cartoonists Rights⁸¹ sobre a "Situação dos cartoonistas sob ameaça em todo o mundo" mostra um aumento acentuado no número de alertas e apresenta tendências globais que estão a normalizar-se. As duas organizações observam que, além da lista de países historicamente repressivos fora da Europa, como a China, o Irão e Cuba, existem agora alguns países onde os cartunistas estão sob ameaça: Argélia, Afeganistão, Jordânia, Bangladesh, Malásia, Filipinas. .. E, claro, a Rússia do Senhor Putin, onde os últimos cartunistas críticos tiveram que largar o lápis ou fugir do país, seguindo o exemplo de Denis Lopatin e Viacheslav Shilov, ambos refugiados em França. Ou muito recentemente na Tunísia, onde, depois de fazer uma piada sobre o novo chefe de governo nomeado por Kais Saied, o cartunista Tawfiq Omrane foi preso e interrogado durante várias horas antes de ser imediatamente levado a tribunal.

81. Cartooning for Peace/Cartoonists Rights, "Cartoonists on the line: Report on the location of ameaçados cartunistas ao redor do mundo 2020-2022", novembro de 2023, https://www.cartooningforpeace.org/wp-content/uploads/2023/11/CFP_Rapport2023_ENG_DIGITAL.pdf

Alguns avisos foram mesmo emitidos em países mais próximos de casa. Na Hungria, um membro da UE, o cartunista Gábor Pápai, provocou a ira dos lobbies religiosos com a bênção do partido de Orbán. A caricatura do primeiro-ministro húngaro rendeu ao cartunista Béla Weisz uma campanha mediática de denúncia que levou ao seu ostracismo. O cartooning atravessa tempos difíceis em muitos países europeus, onde os processos judiciais contra os meios de comunicação social e os cartoonistas estão a tornar-se cada vez mais comuns.

Exemplos incluem o caso movido contra Nik Titanik e o seu jornal por difamação na Croácia, e contra a revista satírica espanhola Mongólia, acusada de blasfémia. Há também o caso da cartunista portuguesa Cristina, que é alvo de denúncia de um sindicato policial por causa de um cartoon sobre a polícia francesa. A denúncia segue-se a uma enxurrada de mensagens de ódio e ameaças online e serve como um lembrete da dificuldade cada vez maior, especialmente para as cartunistas do sexo feminino, de iniciar o diálogo, a reflexão e a crítica construtiva, especialmente online. Isto é confirmado pela extrema polarização de opiniões no conflito no Médio Oriente, que não separou a comunidade de cartoonistas, que são frequentemente criticados pelos seus cartoons, quando não são simplesmente censurados ou rejeitados pelos meios de comunicação social.

Os Estados Unidos não são exceção no que diz respeito à polarização de ideias e à frieza mediática. Tem havido inúmeras controvérsias que levaram jornais e grupos de imprensa a pedir desculpas, ou mesmo a demitir seus cartunistas, como é o caso dos jornais McClatchy, que demitiram em julho de 2023 três vencedores do Prêmio Pulitzer por cartoons de imprensa, sob o pretexto de mudar de leitor. ' hábitos, o que reflete antes uma crescente falta de interesse pela profissão. Em 2021, a Associação Americana de Cartunistas Editoriais estimou que restariam menos de 30 cargos em tempo integral para cartunistas de jornais.

O exemplo mais marcante é a Índia. Narendra Modi e os seus capangas juntaram-se à família de censores declarados, apoiados por correntes fundamentalistas hindus. O país caiu para o 161º lugar entre 180 no "Índice Mundial de Liberdade de Imprensa" da Repórteres Sem Fronteiras, e os cartunistas se veem cercados por medidas repressivas e hordas de usuários de redes sociais, coordenados por um governo que é bem versado no uso adequado do digital. assédio.

Com a maior democracia do mundo agora posta em causa, a maioria dos seres humanos vive agora em países que praticam a censura. Este é mais um aviso a todos nós para não só valorizarmos a liberdade de imprensa e o direito à irreverência, mas também para os defendermos a todo o custo face às conquistas do despotismo e aos avanços desastrosos das campanhas de desinformação online.

Kak, cartunista, presidente do Cartooning for Peace

QUE DEVIENT LE MÉTIER DE CARICATURISTE ?



“O que está acontecendo com a profissão de cartunista?”

Côté (Canadá) / Cartooning for Peace

Impunidade, uma licença para matar

TO assassinato de um jornalista é a forma definitiva de censura e tem sido chamado de "o crime mais seguro do mundo". Em 9 em cada 10 assassinatos, o autor intelectual nunca é levado à justiça.⁸² A falta de responsabilização agrava ainda mais o efeito inibidor sobre os jornalistas e a sociedade como um todo, encorajando os perpetradores e levando a mais assassinatos.

Em 2023, quatro casos de impunidade foram acrescentados à Plataforma, incluindo o do jornalista grego Sokratis Giolias,⁸³ que foi morto por dois agressores uniformizados da polícia em frente à sua casa, em 19 de julho de 2010. Giolias era um antigo jornalista de rádio e televisão. editor que iniciou o popular blog de notícias Troktiko. No entanto, depois de treze anos, ninguém foi preso pelo assassinato. Um relatório de 2023⁸⁴ da Iniciativa Um Mundo Mais Seguro para a Verdade concluiu que nenhuma autoridade alguma vez foi responsabilizada pelas suas falhas de investigação num contexto de impunidade contínua no caso.

O assassinato mais recente do jornalista grego Giorgos Karaivaz⁸⁵ foi assinalado como um caso de impunidade pelos parceiros da Plataforma. Dois anos após o assassinato em abril de 2021, houve pouco progresso na investigação do assassinato. O veterano repórter grego foi morto a tiros do lado de fora de sua casa, em um subúrbio de Atenas, quando voltava de um turno de um programa diurno da Star TV. A Divisão de Segurança da Ática iniciou uma caçada humana e a Direcção de Investigações Forenses abriu uma investigação para estabelecer o motivo do ataque e se estava relacionado com o trabalho jornalístico. Em Abril de 2023, os meios de comunicação social informaram que dois suspeitos tinham sido detidos.

Outro revés para a liberdade de imprensa foi a absolvição na Eslováquia, em Maio de 2023, de Marián Koýner, o alegado mentor do assassinato, em 21 de Fevereiro de 2018, dos jornalistas de investigação Ján Kuciak (e da sua noiva Martina Kušnírová),⁸⁶ por falta de provas. A família de Kuciak e as organizações da sociedade civil expressaram profunda decepção com o veredicto.

82. Free Press Unlimited/Comitê para a Proteção de Jornalistas/Repórteres Sem Fronteiras, site "Um mundo mais seguro para a verdade", <https://www.saferworldforthetruth.com/>

83. Alerta "Impunidade no assassinato do jornalista investigativo e locutor grego Sokratis Giolias" <https://go.coe.int/cP9ZN>

84. A Safer World For The Truth, "Impunity in Europe: Uninvestigated Murder of Greek Journalist Sokratis Giolias", página web, setembro de 2023, <https://www.saferworldforthetruth.com/investigacoes/sokratis-giolias.html>

85. Alerta "Impunidade por Assassinato do Veterano Repórter Criminal Giorgos Karaivaz" <https://go.coe.int/gCFX1>

86. Alerta "Impunidade pelo Assassinato do Jornalista Investigativo Eslovaco Ján Kuciak" <https://go.coe.int/tdcox>

Até ao final do ano, 30 casos de impunidade por homicídio, relativos a 49 trabalhadores dos meios de comunicação social mortos, estavam activos na Plataforma.

¶No final do ano, 30 casos de impunidade por homicídio, relativos a 49 trabalhadores da comunicação social mortos, estavam activos na Plataforma. Um caso, o assassinato do jornalista ucraniano Viacheslav Veremii, foi declarado encerrado em 2023. Em 6 de outubro de 2023, considerando a pena de prisão proferida a Yuriy Krysin, as organizações parceiras declararam este caso resolvido, concluindo que já não era um caso ativo. ameaça à liberdade dos meios de comunicação social.⁸⁷

¶Os assassinatos de jornalistas são galopantes, inclusive em países formalmente democráticos. Para piorar a situação, a impunidade é a norma. O assassinato de um jornalista e a subsequente impunidade enviam uma mensagem sinistra às redações, editores e repórteres: mantenham a boca fechada. Em vez de meras injustiças individuais, a impunidade generalizada representa uma ameaça fundamental à democracia e a necessidade de uma acção governamental determinada nunca foi tão grande.



Meddy (Tanzânia) / Cartooning for Peace

⁸⁷. Alerta "Jornalista Viacheslav Veremii morto em Kiev" <https://go.coe.int/QKdeY>

Casos na Plataforma relativos à impunidade por assassinato de jornalistas⁸⁸

Giorgos KARAIVAZ – Grécia - 2021
Ján KUCIAK – Eslováquia – 2018
Jamal KHASHOGGI – Consulado da Arábia Saudita em Türkiye – 2018
Daphne CARUANA GALIZIA – Malta – 2017
Saaed KARIMIAN – Turquia – 2017
Pavel SHEREMET – Ucrânia – 2016
Rohat AKTAÿ – Turquia – 2016
Naji Jerf – Turquia – 2015
Timur KUASHEV – Rússia – 2014
Andrea ROCCELLI e Andrei MIRONOV – Ucrânia – 2014
Oleksandr KUCHYNSK – Ucrânia – 2014
Mikhail BEKETOV – Rússia – 2013
Akhmednabi AKHMEDNABIYEV – Rússia – 2013
Nikolai POTAPOV – Rússia – 2013
Rafiq TAGI – Azerbaijão – 2011
Gadzhimurad KAMALOV – Rússia – 2011
Sokratis GIOLIAS – Grécia – 2010
Aleh BYABENIN – Bielorrússia – 2010
Hrant DINK – Turquia – 2007
Anna POLITKOVSKAYA – Rússia – 2006
Elmar HUSEYNOV – Azerbaijão – 2005
Dusko JOVANOVIÿ – Montenegro – 2004
Yuri SHCHEKOCHIKHIN – Rússia – 2003
Milão PANTIÿ – Sérvia - 2001
Martin O'HAGAN – Reino Unido – 2001
Georgiy GONGADZE – Ucrânia – 2000
Kutlu ADALI – Chipre – 1996
Dada VUJASINOVIÿ – Sérvia – 1994
Uÿur MUMCU – Turquia – 1993

Impunidade pelos assassinatos, sequestros e desaparecimentos de jornalistas em Kosovo* entre 1998 e 2005:

Senol ALIT (1999), Bardhyl AJETI (2005), Ismail BËRBATOVCİ (1998), Vladimir DOBRIÿÿ (1998), Gabriel GRÜNER (1999), Bekim KASTRATI (2001), Volker KRÄMER (1999), Xhemajl MUSTAFA (2000), Shefki POPOVA (2000), Marian MELONAŠI (2000), Momir STOKUÿA (1999), Krist GEGAJ (1999), Aleksandar SIMOVIÿ (1999), Ljubomir KNEŽEVIÿ (1999), Enver MALOKU (1999), Afrim MALIQI (1998), Nebojša RADOŠEVIÿ (1998), Duro SLAVUJ e Ranko PERENIÿ (1998)

88. Conselho da Europa, canal de Direitos Humanos, [https://human-rights-channel.coe.int/end-](https://human-rights-channel.coe.int/end-impunidade-para-crimes-contr-jornalistas-pt.html)

* [impunidade-para-crimes-contr-jornalistas-pt.html](https://human-rights-channel.coe.int/end-impunidade-para-crimes-contr-jornalistas-pt.html)
Todas as referências ao Kosovo, quer sejam ao território, às instituições ou à população, neste texto serão entendidas em total conformidade com a Resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e sem prejuízo do estatuto do Kosovo.



Pakman (França) / Cartooning for Peace

Detenções, prisões e processos criminais: as provações do jornalismo



Semih Poroy (Türkiye) / Desenhos animados pela Paz

Mais de três anos após a repressão aos meios de comunicação social que se seguiu aos protestos de 2020 que exigiam a demissão de Aleksandr Lukashenko, as autoridades da Bielorrússia continuam a reprimir qualquer reportagem independente. Em 2023, mais de 20 jornalistas bielorrussos foram detidos, metade dos quais já foram condenados a penas de prisão sob diversas acusações: apoio a atividades extremistas;⁸⁹ disseminação de conteúdos extremistas;⁹⁰ operações para desacreditar a Bielorrússia;⁹¹ participação numa organização terrorista ; preparação de ações que violem gravemente a ordem pública, ou participação ativa nas mesmas.

89. Alerta "Cinegrafista bielorrusso Vyacheslau Lazarau detido por acusações não reveladas" <https://go.coe.int/NHjzm>; Alerta "Jornalista bielorrusso Andrei Tolchyn detido sob acusações de extremismo" <https://go.coe.int/L9tp5>

90. Alerta "Jornalistas da TV Ranak e trabalhadores da mídia detidos e multados" <https://go.coe.int/OifHh>

91. Alerta "Vários jornalistas presos em toda a Bielorrússia" <https://go.coe.int/8VB2Z>

As vítimas e suas famílias foram frequentemente confrontadas com o mesmo modus operandi: uma invasão domiciliar repentina e desproporcional conduzida pela polícia ou pela KGB, o serviço de segurança do país; o confisco de equipamento profissional (colocando assim as fontes em perigo); confissões forçadas diante de uma câmera;⁹² a imposição aos advogados de assinarem acordos de confidencialidade⁹³, um julgamento à porta fechada;⁹⁴ e depois o silêncio da prisão ou prisão domiciliar.

A purga dos meios de comunicação social afectou até o aparelho de propaganda bielorrusso e os meios de comunicação social até agora considerados neutros ou acomodatórios. A autocensura já não protege os jornalistas. Nos meios de comunicação estatais, basta uma fonte "má" ou uma palavra errada para provocar a ira das autoridades. A lista de conteúdos extremistas aumenta a cada dia, muitas vezes sem explicação.⁹⁵

As autoridades russas mantiveram detidos pelo menos 27 jornalistas em dezembro de 2023, além de 17 profissionais da comunicação social ucranianos dos territórios ocupados. Embora jornalistas tenham sido detidos durante alguns dias por tentarem cobrir julgamentos ou reuniões políticas,⁹⁶ ou deportados por motivos não revelados,⁹⁷ as acusações de divulgação de informações falsas contra as forças armadas constituem a maior parte das acusações.

Em 23 de abril, a jornalista Maria Ponomarenko foi condenada a seis anos de prisão por publicar as chamadas "informações falsas" sobre um ataque aéreo russo a um teatro em Mariupol, na Ucrânia, pelo qual as autoridades russas negam responsabilidade.⁹⁸ Em agosto de 2023, o Supremo Tribunal da Rússia manteve a pena de 22 anos de prisão para o jornalista Ivan Safronov, condenado por traição estatal pelas suas reportagens.⁹⁹ O editor-chefe do jornal online local Novy Fokus, Mikhail Afanasyev, foi condenado a cinco anos e meio de prisão por

92. Alerta "Os jornalistas da NEXTA Raman Pratasevich, Stsiapan Putsila e Yan Rudzik tentaram em uma miríade de acusações criminais" <https://go.coe.int/cLvqw>

93. Comité para a Proteção dos Jornalistas, "Jornalista bielorrusso Yauhen Merkis condenado a 4 anos de prisão", 30 de maio de 2023, <https://cpj.org/2023/05/belarusian-journalist-yauhen-merkis-sentenced-to-4-anos-de-prisao/>

94. Alerta "Iryna Slaunikava, correspondente da TV Belsat, condenada a cinco anos de prisão" <https://go.coe.int/Ry4V0>

95. Repórteres Sem Fronteiras, "Belarus media expurga agora alcançando o aparelho de propaganda", 8 de agosto de 2023, <https://rsf.org/en/belarus-media-purge-now-reaching-propaganda-apparatus>

96. Alerta "Jornalistas da Sota.Vision Ilya Makarov e Maksim Litvinchuk detidos por 15 dias" <https://go.coe.int/EovwL>

97. Alerta "Autoridades russas deportam o jornalista cazaque Vladislav Ivanenko antes da audiência" <https://go.coe.int/WBz7p>

98. Alerta "Jornalistas russos Ilya Krasilshchik e Maria Ponomarenko acusados de disseminar informações falsas sobre as Forças Armadas" <https://go.coe.int/WvGsn>

99. Alerta "Jornalista russo Ivan Safronov preso sob acusação de traição; Jornalistas detidos nos protestos por sua libertação" <https://go.coe.int/ooNLK>

“espalhar informações falsas” em 7 de Setembro.¹⁰⁰ Ele informou que 11 membros da polícia de choque de Khakassia se recusaram a ir lutar na Ucrânia. Isto fez dele um dos primeiros jornalistas a receber uma pena de prisão ao abrigo do artigo 207.3.2 do Código Penal, por publicar “informações falsas” sobre as forças armadas russas.

Desde a anexação da Crimeia em 2014, as autoridades russas têm reprimido os meios de comunicação independentes na península, nomeadamente os jornalistas que cobrem questões de direitos humanos que afectam os tártaros da Crimeia. Em 2023, a perseguição continuou, como ilustrado pela detenção dos jornalistas Lutfiye Zudiyeva e Kulamet Ibraimov em Julho,¹⁰¹ a sentença do jornalista e escritor Serhiy Tsyhipa a 13 anos numa colónia penal sob acusação de espionagem em Outubro,¹⁰² e a repetida negação das autoridades de tratamento médico adequado à jornalista Irina Danylovych, condenada a 6 anos e 11 meses sob acusações forjadas de manuseamento de explosivos.¹⁰³ Em Dezembro de 2023, pelo menos 17 jornalistas ucranianos foram detidos pela Rússia na Crimeia e noutros territórios ocupados da Ucrânia.

O ano também foi marcado pelo regresso da prática de tomada institucionalizada de reféns na Rússia.

O ano também foi marcado pelo regresso da prática de tomada institucionalizada de reféns na Rússia, com as detenções de Evan Gershkovich¹⁰⁴ no final de Março, e de Alsu Kurmasheva¹⁰⁵ em meados de Outubro, ambos cidadãos e jornalistas dos Estados Unidos, vistos pelo russo autoridades como potenciais moedas de troca.

Em 2023, as autoridades russas também foram julgadas à revelia e condenadas à prisão¹⁰⁶ numerosos jornalistas, principalmente acusados de espalhar “informações falsas” sobre o exército russo, criminalizando assim o jornalismo para além das suas fronteiras.

Türkiye deu continuidade à onda de detenções iniciada em 2022 contra pessoas com reputação de serem pró-curdas: em 25 de Abril, no período que antecedeu as eleições parlamentares e presidenciais, 13 profissionais da comunicação social foram detidos numa operação em grande escala

100. Alerta “Veículos de notícias da Sibéria, administração acusada de disseminar ‘falsificações’ sobre o russo Exército” <https://go.coe.int/t9Qo1>

101. Alerta “Jornalistas Lutfiye Zudiyeva e Kulamet Ibraimov detidos na Crimeia” <https://go.coe.int/KtnaH>

102. Alerta “Jornalista ucraniano Serhiy Tsyhipa condenado a 13 anos de colónia penal por acusações de espionagem” <https://go.coe.int/Q83B4>

103. Alerta “Cidadão Jornalista Iryna Danilovich desaparecida na Crimeia” <https://go.coe.int/t3cOb>

104. Alerta “Evan Gershkovich, correspondente do Wall Street Journal, preso na Rússia sob acusação de espionagem” <https://go.coe.int/OB6jU>

105. Alerta “Autoridades russas detêm jornalista da Rádio Europa Livre, Alsu Kurmasheva” <https://go.coe.int/zOvXL>

106. Alerta “Dois jornalistas russos exilados acusados de disseminar informações falsas sobre as forças armadas russas” <https://go.coe.int/ql7F5>; Alerta “Apresentadora de TV ucraniana Maria Efrosinina condenada a sete anos de prisão” <https://go.coe.int/JzgYD>

operação policial visando círculos pró-curdos em Diyarbakir e 20 outras cidades turcas, incluindo Istambul, Ancara e Izmir¹⁰⁷, por alegada adesão ao ilegal Partido dos Trabalhadores Curdos (PKK). A maioria deles foi libertada após vários dias sob custódia policial, vários aguardam julgamento arriscando longas sentenças de prisão.

Em 6 de junho de 2023, um juiz do Supremo Tribunal do Reino Unido rejeitou o recurso contra a extradição de Julian Assange.¹⁰⁸ O recurso alegou que o tratado de extradição EUA-Reino Unido exclui a extradição por crimes políticos e que Assange estava a ser processado por liberdade de expressão protegida.

Em muitos casos, jornalistas detidos pela polícia, embora por curtos períodos de tempo, cobriam movimentos sociais e manifestações, especialmente contra as alterações climáticas e os combustíveis fósseis. Entre outros, os jornalistas cuja detenção foi objecto de um alerta documentavam o bloqueio de uma auto-estrada (Holanda),¹⁰⁹ um protesto do movimento Just Stop Oil no Reino Unido,¹¹⁰ uma manifestação contra a remoção forçada de activistas que tinham estabelecido estabelecer um bloqueio contra a exploração madeireira intensiva nos Cárpatos, na Polónia,¹¹¹ e um projecto mineiro numa aldeia sitiada pelas autoridades no Azerbaijão.¹¹² Em todas as ocasiões, os jornalistas identificaram-se como membros da imprensa. Após o duplo terramoto de 6 de Fevereiro que atingiu a Turquia e a Síria, os jornalistas enviados para as cidades devastadas do sul da Turquia foram interrogados, intimidados e - para alguns - detidos por motivos espúrios, apenas por fazerem o seu trabalho, em circunstâncias em que o acesso a informação fiável pode ser uma questão de vida ou morte.¹¹³

No Azerbaijão, jornalistas das autoridades foram condenados a detenções “administrativas” com a duração de um mês, em retaliação pelo seu trabalho. Os jornalistas Vugar Mammadov e Nurlan Gahramanli foram presos durante 30 dias sob acusações vagas de “divulgação de informação proibida”, enquanto Vali Shukurzade recebeu a mesma sentença sob acusações duvidosas de “vandalismo” e “resistência à polícia”.

107. Alerta “Polícia Turca Detém Pelo Menos 10 Jornalistas na Repressão de Diyarbakır” <https://go.coe.int/eizFh>

108. Alerta “Detenção Continuada do Fundador e Editor do WikiLeaks Julian Assange” <https://go.coe.int/2OXis>

109. Alerta “Três jornalistas que cobrem protestos são detidos e removidos à força pela polícia” <https://go.coe.int/EWboS>

110. Alerta “Jornalista britânico Rich Felgate preso enquanto cobria protesto de coroação” <https://go.coe.int/llydb>

111. Alerta “Jornalista polonês Maciej Piasecki que cobre protesto foi removido à força” <https://go.coe.interno/3pWHD>

112. Alerta “Jornalistas do Azerbaijão detidos, espancados e obstruídos pela polícia por causa da cobertura de protestos” <https://go.coe.int/Z87Qg>

113. Alerta “Jornalistas que cobrem terremoto detidos, assediados e obstruídos” <https://go.coe.interno/5O5fG>

114. Alerta “Fotojornalista do Azerbaijão Vali Shukurzade condenado à detenção administrativa” <https://go.coe.int/2NCjq>

com Abzas Media, Ulvi Hasanli, Sevinc Vaqifqizi e Nargiz Absalamova, foram detidos no final de Novembro. Todos foram condenados à prisão preventiva enquanto se aguarda a investigação sob a acusação de "contrabando de moeda estrangeira".¹¹⁵

¶Numa boa notícia na Geórgia, no dia 22 de Junho, o Presidente Salome Zourabichvili perdoou Nika Gvaramia, directora da emissora Mtavari Arkhi, e o único jornalista preso no país.¹¹⁶

Processo crimina

¶A cada trimestre, durante os últimos 20 anos, uma média de 200 jornalistas foram levados perante os tribunais ao abrigo da legislação anti-terrorismo ou do Código Penal de Türkiye, em conexão com o seu trabalho. As disposições de "lesa-majestade" também foram utilizadas para processar jornalistas sob a acusação de insultar o Presidente.¹¹⁷

Novos fundamentos para acusação foram promulgados com a lei de 18 de Outubro de 2022, que introduziu penas de prisão para a divulgação de "informações enganosas" sobre segurança, ordem pública e saúde geral do país que causem preocupação, medo ou pânico. Em Novembro de 2023, a polícia prendeu os jornalistas Tolga Yıldan e Cengiz Erdinç por estas acusações devido a uma coluna e publicações nas redes sociais sobre um alegado relatório em que a Organização Turca de Inteligência (MİT) chamou a atenção da Presidência para uma alegada corrupção no sistema judiciário turco, após a Presidência A Direcção de Comunicações negou a existência de tal relatório.¹¹⁸

¶Em alguns casos, a detenção paira durante anos como uma espada de Dâmocles sobre as cabeças dos jornalistas. Em outubro, o jornalista e representante da RSF em Türkiye, Erol Önderoğlu, teve de comparecer pela 19ª vez numa audiência novamente adiada, numa saga judicial que remonta a junho de 2016, que o viu alternadamente preso, indiciado, inocentado e depois viu a sua absolvição ser anulada. em Outubro de 2020, e julgado novamente desde Fevereiro de 2021 pelas mesmas acusações.¹¹⁹ Uma nova audiência está marcada para Fevereiro de 2024.

¶Na França, a casa da jornalista do Disclose, Ariane Lavrilleux, foi revistada, seguida de sua colocação sob custódia policial por 39 horas por agentes

115. Alerta "Diretor executivo e editor-chefe da Abzas Media detidos, redação invadida" <https://go.coe.int/3U9v4>

116. Alerta "Canal de TV georgiano Rustavi 2 enfrenta medidas judiciais incapacitantes em processos civis" <https://go.coe.int/jwtBY>

117. Repórteres Sem Fronteiras, "Erdoğan usou seu controle da mídia para fraudar as eleições de Türkiye", 25 de maio de 2023, <https://rsf.org/en/erdo%C4%9Fan-has-used-his-control-m%C3%99dia-rig-turkiye-s-elections>

118. Alerta "Jornalistas presos e investigados por suspeita de 'desinformação'" <https://go.coe.int/RU7kU>

119. Repórteres Sem Fronteiras, "Rejulgamento do representante da RSF Türkiye: seis anos de perseguição judicial", 13 de junho de 2022, <https://rsf.org/en/retrial-rsf-turkey-representative-six-years-judicial-persecution>

da Direção Geral de Segurança Interna (DGSI). Este tipo de procedimento, integrado numa investigação "por comprometer o sigilo da defesa nacional e revelar informação que possa levar à identificação de um agente protegido", é percebido por muitos observadores como um método de intimidação que visa identificar as fontes dos jornalistas que revelaram informações confidenciais casos e evitando outras revelações semelhantes.¹²⁰

• Também em França, três jornalistas do Libération que investigavam a morte de um jovem morto por um membro da Brigada Anti-Crime (BAC) no norte de França foram convocados para interrogatório como suspeitos de "quebra do segredo de investigação", "ocultação para quebra de sigilo de investigação" e "difamação pública em razão da função ou status de funcionário público".¹²¹

• Em 31 de outubro, um tribunal de recurso rejeitou pedidos para anular a acusação de outro jornalista francês, Alex Jordanov, que tinha sido indiciado em junho de 2022 por acusações que incluíam apropriação e divulgação de informações militares secretas, na sequência da sua investigação sobre o funcionamento da DGSI. ¹²²

• Desde julho de 2023, o fotógrafo freelance Yoan Sthul-Jäger está sob investigação por "deterioração organizada" e "associação criminosa" por cobrir uma ação militante de um grupo ambientalista numa fábrica de cimento Lafarge, no sul de França. Permaneceu sob custódia durante 80 horas e o seu equipamento profissional foi apreendido pela polícia da Subdireção Antiterrorista (SDAT) durante uma busca à sua casa, mas ainda não lhe foi devolvido, o que o impede de retomar o seu trabalho. ¹²³

• Na Grécia, em Outubro, o jornalista franco-canadense Romain Chauvet foi condenado a seis meses de prisão suspensa, sob a acusação de "divulgar informações falsas". O jornalista estava no aeroporto de Atenas para entrevistar passageiros de um avião fretado pelo Ministério das Relações Exteriores do Canadá para evacuar cidadãos canadenses de Israel. Após as perguntas a um funcionário sobre o avião, a polícia do aeroporto apareceu e informou Chauvet de que ele havia emitido um aviso falso sobre uma bomba no avião e o deteve.¹²⁴

120. Alerta "Divulgar jornalista Ariane Lavrilleux revista e levada sob custódia" <https://go.coe.interno/72tOv>

121. Alerta "Três jornalistas do Libération convocados para interrogatório" <https://go.coe.int/M8ITL>

122. Alerta "Jornalista Alex Jordanov acusado de divulgação de segredos de defesa" <https://go.coe.interno/1mWbJ>

123. Repórteres Sem Fronteiras, "As autoridades francesas devem abandonar a investigação sobre o fotógrafo ambiental", 14 de setembro de 2023, <https://rsf.org/en/french-authorities-must-drop-investigation-environmental-photo-journalist>

124. Alerta "Jornalista Romain Chauvet condenado à prisão por suposta disseminação de informações falsas" <https://go.coe.int/UJFux>

¶No início de Novembro, o editor do Documento, Kostas Vaxevanis, e um dos jornalistas do diário, Vangelis Triantis, foram intimados como suspeitos no âmbito de uma investigação criminal sobre uma alegada 'violação do segredo oficial' devido a um artigo que revelava detalhes de um relatório sobre a auditoria realizada pela Agência de Repressão aos Crimes Económicos (SDOE) aos contratos de fornecimento e serviços celebrados pelo Secretariado-Geral da Política Anticrime para combater a propagação da COVID-19 nas prisões, descrevendo como o Estado teria alegadamente perdido 2 euros milhões para empresas. Após a publicação, o Procurador-Adjunto do Supremo Tribunal e antigo chefe da Procuradoria dos Crimes Económicos solicitou à Procuradoria de Atenas que investigasse como o relatório SDOE chegou à posse do Documento.¹²⁵

¶O poder judicial e as agências responsáveis pela aplicação da lei continuam a utilizar legislação abusiva ou redigida de forma vaga ou a interpretar o seu mandato de formas que contradizem os direitos fundamentais dos jornalistas de informar sobre questões de interesse público. Estes casos trazem um nível de arbitrariedade que questiona a realidade do Estado de direito e mina, pelas suas incertezas, a missão do jornalismo.



“O risco do jornalismo de guerra... - ele pegou uma caneta, me assustei”

Urbs (França) / Cartooning for Peace

¹²⁵. Alerta “Editor do Documento Kostas Vaxevanis e Jornalista Vangelis Triantis Convocados como ‘suspeitos’ em investigação criminal”<https://go.coe.int/qjypD>

Jornalistas e outros profissionais da comunicação social detidos

Estados-Membros (55)

Azerbaijão

- | | | |
|------------------------------|----------------------|----------------------|
| 1. Arshad Ibrahimov | 2. Aslan Gurbanov | 3. Avaz Zeynalli |
| 4. Aziz Orujov | 5. Elnur Shukurov | 6. Hafiz Babali |
| 7. Ibrahim Humbatov | 8. Mahamad Kekalov | 9. Nargiz Absalamova |
| 10. Osman Narimanoglu Rzayev | 11. Polad Aslanov | 12. Rashad Ramazanov |
| 13. Rufat Muradli | 14. Sevinc Vaqifqizi | 15. Shamo Emin |
| 16. Ulvi Hasanli | | |

Polônia

Pablo González

Turquia

- | | | |
|----------------------------|-----------------------|-------------------------|
| 1. Ahmet Metin Sekizkardey | 2. Ali Ahmet Böken 5. | 3. Ali Unal |
| 4. Dicle Müftüoğlu 7. | Erdal Süsem | 6. Erol Zavar |
| Furkan Karabay 10. | 8. Gültekin Avcı | 9. Hatice Duman |
| Hidayet Karaca 13. | 11. Ismail Çoban | 12. Kenan Karavil |
| Mehmet Baransu | 14. Miktat Algül | 15. Murat Çapan |
| 16. Mustafa Gok | 17. Nazli Ilicak | 18. Selahattin Kaygusuz |
| 19. Yeref Yılmaz | 20. Ziya Ataman | |

Ucrânia (territórios temporariamente ocupados pela Rússia)

- | | | |
|------------------------|------------------------|-----------------------|
| 1. Amet Suleymanov | 2. Asan Akhtemov | 3. Dmytro Khilyuk |
| 7. Marlen Asanov | 5. Iryna Danilovich 8. | 6. Irina Levchenko |
| 10. Rustem Sheikhaliev | Osman Arifmetmetov 11. | 9. Remzi Bekirov |
| 13. Seyran Saliev | Serhiy Tsyhipa 14. | 12. Garçom Mustafayev |
| 16. Vilen Temeryanov | Timur Ibragimov 17. | 15. Victoria Roschina |
| | Vladislav Yesypenko | |

Reino Unido

Julian Assange

Outros países e regiões europeias (65)

Bielorrússia

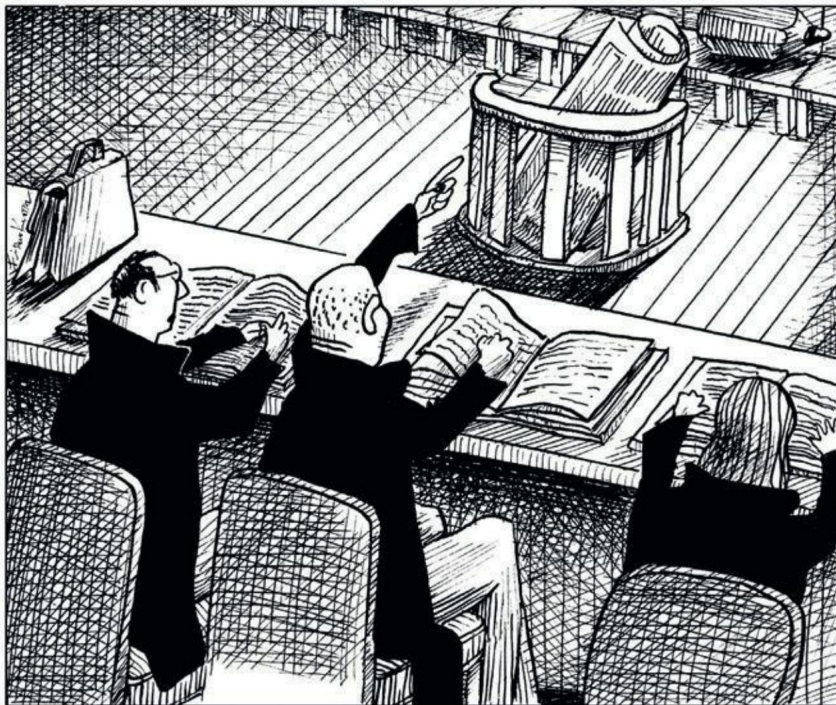
- | | | |
|------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1. Ales Lyubyanchuk | 2. Ales Sabaleuski | 3. Aliaksander Ziankou |
| 4. Aliaksei Batsiukou | 5. Alyksandr Mantsevich | 6. Andrei Aliaksandrau |
| 7. Andrey Famin | 8. Andrei Kuznechyk | 9. Andrey Tolchin |
| 10. Andrzej Poczubut | 11. Dzianis Ivashyn | 12. Dmitry Harbunou |
| 13. Dzmitry Luksha | 14. Dzmitry Navazhylau | 15. Dmitry Semchanka |
| 16. Henadz Mazheyka | 17. Ihar Karnei | 18. Ihar Losik |
| 19. Ina Mozhchanka | 20. Iryna Leushyna | 21. Iryna Slaunikava |
| 22. Ivan Murauyou | 23. Kanstantsin Zalatykh | 24. Katsiaryna Andreeva |
| 25. Ksenia Lutskina | 26. Larysa Shchyryakova | 27. Ludmila Andenka |
| 28. Lyudmila Chekina | 29. Maryna Zolatava | 30. Pavel Mazhejka |
| 31. Pavel Padabed | 32. Siarhei Satsuk | 33. Valerija Kastsiuhova |
| 34. Vyacheslau Lazarau | 35. Yauhen Merkis | 36. Julia Dovletova |
| 37. Yuri Hantsarevich | 38. Yuri Hladchuk | |

Federação Russa*

- | | | |
|---------------------------|-------------------------|--------------------------|
| 1. Abdulmumin Gadzhiev | 2. Aleksandr Dorogov | 3. Alexandra Bayazitova |
| 4. Aleksei Slobodenyuk | 5. Alexander Nozdrinov | 6. Alsu Kurmasheva |
| 7. Andrei Novashov | 8. Andrey Pyzh | 9. Denis Shakin |
| 10. Dmitry Ivanov | 11. Eduard Shmonin | 12. Evan Gershkovich |
| 13. Igor Kuznetsov | 14. Ivan Safronov | 15. Maria Ponomarenko |
| 16. Mikhail Afanasyev | 17. Mikhail Lebedev | 18. Nika Novak |
| 19. Parvinakhan Abuzarova | 20. Roman Ivanov | 21. Ruslan Ushakov |
| 22. Sergey Mikhaylov | 23. Vladimir Kara-Murza | 24. Vladislav Malushenko |
| 25. Yan Katelevskiy | 26. Yevgeny Kurakin | 27. Evgeny Moskvina |

* Expulso do Conselho da Europa em 16 de março de 2022

Ações legais contra jornalistas e SLAPPs



Firuz Kutal (Türkiye) / Cartooning for Peace

meios de comunicação a liberdade e a liberdade de expressão continuaram a ser prejudicadas por ações judiciais, incluindo ações judiciais estratégicas contra a participação pública (SLAPPs), iniciadas por políticos, empresários e outras entidades poderosas. Jornalistas e meios de comunicação foram processados por difamação, os seus bens foram congelados e enfrentaram multas por parte dos órgãos reguladores. As iniciativas destinadas a regular estes procedimentos vexatórios, dentro da UE ou no Reino Unido, foram, portanto, monitorizadas de perto por grupos de defesa da liberdade de imprensa.

Alguns casos se destacaram. No Reino Unido, o antigo Ministro dos Recursos Naturais do Curdistão Iraquiano, Ashti Hawrami, cidadão e residente no Reino Unido, processou jornalistas pelas suas reportagens sobre um negócio petrolífero.¹²⁶ Na Sérvia, o presidente da Câmara de Belgrado, Aleksandar Šapić, processou a Balkan Investigative Reporting Network (BIRN) depois de terem revelado que ele não tinha registado uma casa no valor de 820.000 euros.¹²⁷ Na Eslováquia, o partido político Sociálna Demokracia (SMER) processou três comentadores políticos depois de terem criticado o partido e o seu presidente, Robert Fico.¹²⁸

Vários alertas continham características de SLAPPs. Nos Países Baixos, o jornal Het Financieele Dagblad (FD) recebeu uma intimação de Willem Blijdorp, fundador e acionista maioritário da empresa grossista B&S, devido a dois artigos. O requerente solicitou a remoção de ambos os artigos, uma correcção e 150.000 euros de indemnização por considerar, entre outras coisas, que o FD abordou demasiadas pessoas com perguntas sobre o caso, que eram alegadamente "sugestivas e parcialmente incorrectas".¹²⁹ Búlgaro a seguradora Lev Ins processou a Mediapool na Bulgária pedindo meio milhão de euros por danos à reputação.¹³⁰

A Mediapool escreveu sobre uma questão de interesse público, nomeadamente sobre problemas na Bulgária com o certificado de seguro internacional para condutores (Green Card). Os danos solicitados poderiam levar a mídia à falência. O mesmo poderá acontecer com La Lettre A, processada pelo retalhista francês Casino por 13,7 milhões de euros em indemnizações devido a relatórios sobre a má situação financeira do grupo;¹³¹ e Zielone Wiadomości, processada pela empresa estatal polaca Gaz System devido a relatórios sobre uma manifestação ambiental contra os planos de construção de um terminal de GNL.¹³²

Os alertas mostram que a base jurídica utilizada para enviar ameaças legais e iniciar ações legais contra jornalistas e meios de comunicação social varia, sendo as leis nacionais sobre proteção da reputação (difamação criminal e civil, insulto, difamação) as mais utilizadas. Isto corresponde às conclusões de um relatório recente¹³³

da Coligação Contra SLAPPs na Europa (CASE), que concluiu que "a grande maioria dos processos judiciais baseia-se em leis nacionais de difamação ou disposições semelhantes sobre insulto ou honra".

126. Alerta "Will Jordan, Daniel Balint-Kurti e Journalism Development Network Processados por Difamação sobre relatório investigativo" <https://go.coe.int/kmL5x>

127. Alerta "BIRN Sérvia processada pelo prefeito de Belgrado por causa de relatórios" <https://go.coe.int/OQxoU>

128. Alerta "Jornalistas eslovacos Michal Havran, Marián Leško e Tomáš Hudák enfrentam queixas por difamação" <https://go.coe.int/RfH2J>

129. Alerta "Het Financieele Dagblad processado por difamação por denúncias" <https://go.coe.int/jn5Mh>

130. Alerta "Mediapool processado por registro de € 500.000 pela companhia de seguros búlgara" <https://go.coe.int/so10G>

131. Alerta "Casino Retail Group processa 'La Lettre A' por difamação e pede 13,7 milhões de euros em danos" <https://go.coe.int/F3zXH>

132. Alerta "Gaz System processa Zielone Wiadomości por difamação" <https://go.coe.int/R1yQX>

133. Coligação contra SLAPPs na Europa: "SLAPPs: A Threat to Democracy Continues to Grow: A 2023 report", agosto de 2023, <https://www.the-case.eu/latest/how-slapps-increasingly-threaten-democracy-na-europa-novo-relatório-de-caso/>

Os jornalistas também enfrentaram processos judiciais. Num caso de difamação italiano, o procurador ordenou a apreensão de uma cópia impressa do artigo indiciado no jornal Domani, apesar de o artigo contestado estar disponível online. Numa reacção conjunta, as organizações internacionais de defesa da liberdade dos meios de comunicação afirmaram que: "Tais processos atípicos levados a cabo pelo Tribunal de Roma representam um abuso alarmante de acções legais nas mãos das autoridades italianas e de funcionários públicos".¹³⁴

A difamação criminal continua a ser uma preocupação séria em vários países.

Na Polónia, a polícia iniciou uma investigação criminal relacionada com um artigo publicado pela Nowa Gazeta Trzebnicka e pela Gazeta Wyborcza. O artigo alegava que Anna Morawiecka, irmã do Primeiro-Ministro, ocupava um cargo fictício na Câmara Municipal de Trzebnica.¹³⁵ Na Arménia, o Tribunal de Jurisdição Geral ordenou o congelamento de 9 milhões de Dram (21 890 euros) dos bens do jornalista Davit Sargsyan, além de outros 9 milhões de Dram dos bens do seu empregador, 168 horas depois de uma acção civil por difamação ter sido movida em 31 de março pelo vice-prefeito de Yerevan, Tigran Avinyan.¹³⁶

A Plataforma registou pelo menos três casos em que foram iniciados processos regulatórios contra meios de comunicação social, alguns deles resultando em multas. Na Polónia, o Presidente do Conselho Nacional de Radiodifusão (KRRiT)

Maciej ħwirski iniciou um processo contra a rede TVN e TOK FM

nos termos do artigo 18, secção 1, da Lei de Radiodifusão. Esta disposição permite ao KRRiT investigar e sancionar "a promoção de acções contrárias à lei e ao interesse nacional da Polónia, e de atitudes e pontos de vista contrários à moralidade e ao bem social".¹³⁷ Em Türkiye, o Conselho Superior de Rádio e Televisão (RTÜK), o departamento de telecomunicações de Türkiye autoridade reguladora, multou Halk TV e TELE1

cinco por cento de sua receita anual e a FOX TV Türkiye três por cento em cobranças vagas. RTÜK também suspendeu os próximos cinco episódios da Halk TV e TELE1 programas que criticaram a preparação do governo para o terremoto e os esforços de resgate.¹³⁸

Apesar dos esforços para reduzir os seus efeitos, os processos judiciais vexatórios continuam a ser uma das principais ameaças ao jornalismo no interesse público. Eles continuam

134. Artigo 19/Artículo 21/Centro Europeu para a Liberdade de Imprensa e Meios de Comunicação Social et al.,

"Itália: Liberdade de imprensa sob ameaça enquanto o jornal Domani enfrenta ordem de apreensão", declaração, 14 de março de 2023, <https://www.article19.org/recursos/italia-ordem-de-apreensao-artigo-domani/>

135. Alerta "Investigação Criminal contra Nowa Gazeta Trzebnicka e Gazeta Wyborcza encerrada Artigo" <https://go.coe.int/FP7h1>

136. Alerta "Ativos do jornalista Davit Sargsyan e do Outlet 168 horas congelados em processos de difamação" <https://go.coe.int/ptXGv>

137. Alerta "Procedimentos Regulatórios contra TOK FM e Radio Zet" <https://go.coe.int/l8mJM>

138. Alerta "Três canais de televisão turcos multados por veicularem críticas ao governo" <https://go.coe.int/7qWmQ>

intimidar jornalistas e, por vezes, dissuadi-los de cobrir abusos e falhas que contribuem para o retrocesso democrático na Europa.

Progresso contra SLAPPs no Reino Unido

Devido ao seu papel no mercado financeiro global e a um legado de elevadas indemnizações concedidas pelos tribunais, o Reino Unido tem desempenhado um papel proeminente nas SLAPPs, tanto no Reino Unido como em toda a Europa.

Na sequência de uma consulta pública, o Governo do Reino Unido assumiu o compromisso em julho de 2022 de apresentar medidas legislativas para erradicar os SLAPPs. Um projeto de lei anti-SLAPP independente ainda não está disponível, mas algumas medidas para combater os SLAPPs foram, no entanto, tomadas pelo Parlamento e pelos reguladores.

A Autoridade Reguladora de Solicitadores (SRA) estabeleceu um Aviso de Advertência para garantir que os solicitadores e as suas firmas evitem comportamentos que permitam SLAPP, ao mesmo tempo que realiza uma revisão temática para mapear o panorama jurídico e compreender o conhecimento da profissão jurídica sobre SLAPPs.

Em 26 de outubro de 2023, a Lei do Crime Económico e da Transparência Empresarial recebeu aprovação real. Este ato inclui a primeira disposição anti-SLAPP na Inglaterra e no País de Gales. No entanto, não proporciona protecção universal contra SLAPPs, uma vez que apenas protege a denúncia de crimes económicos, exige que o tribunal identifique a intenção do autor da denúncia e carece de quaisquer meios de compensar o arguido ou punir o requerente.

O Governo do Reino Unido também formou um grupo de trabalho composto por funcionários do Estado e representantes da sociedade civil - incluindo vários parceiros da Plataforma - para explorar medidas não legislativas para abordar SLAPPs e colaborar com o Comité Nacional para a Segurança dos Jornalistas.

Legislação restritiva ou quando a lei é usada para amordaçar o jornalismo



ADENE

Adene (França) / Cartooning for Peace

T O arsenal jurídico e judicial em muitos estados membros do Conselho da Europa contém uma série de disposições que os grupos de liberdade de imprensa consideram ser restrições importantes à liberdade de expressão e de imprensa, tais como a criminalização da difamação. Apesar deste fardo já pesado que pesa sobre a imprensa, em 2023 vários governos introduziram - ou tentaram impor - legislação mais restritiva contra os meios de comunicação social, reduzindo o espaço para o jornalismo independente e a dissidência. Foram também utilizados meios administrativos contra o jornalismo independente através da recusa de acreditação, da não renovação de licenças de radiodifusão e de outras formas de discriminação contra críticas

meios de comunicação independentes. A Hungria aprovou uma lei sobre a Lei de Defesa da Soberania Nacional que, segundo os vigilantes, ameaçava colocar o último prego no caixão dos meios de comunicação independentes.¹³⁹ A lei estabelece um órgão com um mandato de investigação para exigir documentos ou testemunhos – tanto físicos como digitais – de qualquer organização ou pessoa na Hungria no prazo de 15 dias. O alvo de tal investigação pode incluir jornalistas, organizações de comunicação social, sociedade civil e qualquer pessoa ou entidade envolvida em “advocacia”. O início de uma investigação não exige qualquer suspeita criminal ou revisão judicial, e o não cumprimento pode levar à censura pública e ao encaminhamento de informações a outras agências. Esta amplitude é inteiramente intencional; o próprio comentário da Lei afirma claramente que ela concede “amplos poderes de investigação em relação às organizações sob investigação, órgãos governamentais estaduais e locais e outras organizações e pessoas envolvidas no caso”.

Em Julho de 2023, a Republika Srpska da Bósnia e Herzegovina recriminalizou a difamação e o insulto, apesar da grande oposição das organizações internacionais e nacionais de liberdade de imprensa, cuja análise indica que a lei viola as normas internacionais de direitos humanos.¹⁴⁰ A lei faz parte de um pacote de leis, incluindo a chamada lei do “agente estrangeiro”, que foi aprovada na primeira votação na Assembleia Nacional, destinada a estigmatizar vozes críticas.

Na Bielorrússia, as alterações à lei dos meios de comunicação social aprovadas em Julho de 2023 autorizam o Ministério da Informação a proibir os meios de comunicação estrangeiros “no caso de acções hostis por parte de estados estrangeiros contra os meios de comunicação social bielorrussos” e a sua distribuição, actividade e acreditação no país. As alterações também alargam a base para o bloqueio de websites e agregadores de notícias e autorizam as autoridades a cancelar o registo de meios de comunicação envolvidos em atividades consideradas “extremistas” ou “terroristas”. As alterações legalizaram em grande parte as práticas que estão atualmente em uso.¹⁴¹

As autoridades de vários países apresentaram propostas de lei que, se aprovadas, ameaçariam ainda mais a liberdade dos meios de comunicação social.

O Cantão de Sarajevo, na Federação da Bósnia e Herzegovina, apresentou um projecto de lei que autoriza a polícia e os tribunais a multar os fornecedores de informações falsas que perturbem gravemente a ordem pública. Esta lei amplia a definição de local público para a internet. Grupos de defesa da liberdade de imprensa apelaram à revogação desta peça legislativa, uma vez que inclui definições vagas que deixariam a porta aberta a abusos e prejudicariam gravemente a liberdade de expressão.¹⁴²

139. Artigo 19, “Hungria: A Lei de Defesa da Soberania Nacional deve ser revogada”, 8 de janeiro de 2024, <https://www.article19.org/resources/hungary-defence-of-national-sovereignty-act-must-be-repealed/>

140. Alerta “Projeto de lei para recriminalizar a difamação e o insulto na Republika Srpska” <https://go.coe.int/Cz3Xs>

141. Alerta “Emendas à Lei de Mídia permitem proibições de mídia estrangeira” <https://go.coe.int/hyt3W>

142. Alerta “Projeto de lei para multar fornecedores de ‘notícias falsas’ no cantão de Sarajevo” <https://go.coe.int/oeCIf>

Na Croácia, um novo projeto de lei sobre os meios de comunicação social, se for adotado, obrigaria os jornalistas a registarem-se; proibir os jornalistas de criticarem o trabalho dos tribunais e dos procuradores públicos; obrigar os jornalistas a divulgar as suas fontes ao seu editor-chefe, mediante pedido; introduzir um direito a indemnização para pessoas cujo nome seja publicado nos meios de comunicação social onde a informação foi obtida "ilegalmente" e introduzir regulamentação por um Conselho de Comunicação Social eleito pela maioria no Parlamento. Os críticos afirmaram que, se aprovado, o projeto de lei poderá acabar com o jornalismo independente na Croácia e moldar uma nova era da comunicação social controlada pelo Estado, em desacordo com os padrões europeus.¹⁴³

Outro projecto de lei na Arménia daria poderes às autoridades sob lei marcial para bloquearem temporariamente websites, aplicações e redes de redes sociais e restringirem o acesso à Internet. De acordo com o projeto, o governo estaria autorizado a intervir na transmissão televisiva e na Internet para divulgar informações e garantir que os filmes e programas apresentem "conteúdo exclusivamente militar-patriótico". Estes poderes amplos e irrestritos, juntamente com a falta de transparência nas decisões, podem levar a decisões com motivação política.¹⁴⁴

O governo do Reino Unido propôs alargar a definição de "extremismo" para incluir qualquer pessoa que "mina" as instituições do país e os seus valores, um termo altamente carregado e vago que pode restringir o relato legítimo e a liberdade de expressão.

143. Alerta "Alarme sobre projeto de lei na mídia" <https://go.coe.int/4q4UI>

144. Alerta "Propostas para fornecer bloqueio em tempo de guerra e poderes intervenientes" <https://go.coe.int/2HSeh>

Public Service Media, um campo de batalha para o jornalismo independente

A mídia de serviço público independente (PSM) mais uma vez ficou sob pressão em 2023,¹⁴⁵ com vários estados membros da UE mencionados na 4ª Regra anual da UE

relatório do Tribunal de Justiça por não garantir a protecção dos organismos de radiodifusão contra a influência política. Do lado positivo, a Eslovénia, na sequência de uma mudança de governo, tomou medidas para implementar as recomendações da UE sobre o Estado de Direito para garantir a governação democrática do seu PSM.¹⁴⁵

As garantias legais de independência editorial devem ser acompanhadas por um financiamento estável e adequado para permitir que o PSM cumpra o seu papel esperado. Os cortes no financiamento colocam em risco a viabilidade dos organismos de radiodifusão públicos em vários países europeus. A emissora pública BHRT da Bósnia e Herzegovina viu a sua situação financeira deteriorar-se ao longo dos anos e corre o risco de enfrentar um colapso financeiro¹⁴⁶ em 2024 devido à falta de uma solução de financiamento sustentável para as emissoras públicas do país.¹⁴⁷ Na Eslováquia, um dos primeiros movimentos de o novo governo, em Dezembro de 2023, reduziria o orçamento do PSM em 30%. O governo anterior já tinha enfraquecido a independência financeira do PSM ao abandonar o sistema de taxas de licença e a sua substituição por uma subvenção governamental.¹⁴⁸ Uma medida semelhante foi discutida na Croácia.

Após anos de estagnação, o governo checo anunciou o primeiro aumento das taxas de licença em 15 anos, com início em janeiro de 2025.¹⁴⁹

Sem recursos suficientes para cumprir o seu serviço de interesse público, os PSM ficam fragilizados, não conseguem produzir conteúdos de qualidade e inovar; o seu público fica desiludido, levando a menos relevância e a ainda menos financiamento.

145. Comissão Europeia, "Relatório sobre o Estado de Direito de 2023", 5 de julho de 2023, https://commission.europa.eu/publications/2023-rule-law-report-communication-and-country-chapters_en

146. "O destino da BHRT ainda é incerto", Sarajevo Times, 29 de dezembro de 2023, <https://sarajevotimes.com/o-destino-de-bhrt-ainda-e-incerto/>

147. União Europeia de Radiodifusão, "As autoridades devem proteger a liberdade dos meios de comunicação social na Bósnia e Herzegovina", 17 de março de 2023, <https://www.ebu.ch/news/2023/03/authorities-must-protect-media-freedom-in-Bosnia-and-Herzegovina>

148. Alerta "Governo reduz orçamentos da emissora pública eslovaca RTVS em 30%" <https://go.coe.int/t1tP6>

149. Public Media Alliance, "Česká Televize's licence fee: up or down?", 13 de novembro de 2023, <https://www.publicmediaalliance.org/ceska-televizes-licence-fee-up-or-down/>

O subfinanciamento também ameaça o jornalismo de investigação da PSM, que exige um investimento significativo em tempo, pessoal e revisão jurídica. A colaboração entre PSM em histórias de interesse público ajudou, até certo ponto, a superar as dificuldades. Exemplos são as investigações coordenadas pela EBU sobre as crianças desaparecidas na Ucrânia e sobre a russificação na Ucrânia ocupada.

¶A independência dos meios de comunicação social públicos é particularmente crucial para a integridade das eleições, como ilustrado pela campanha duramente travada em Outubro passado na Polónia. Uma missão de observação conjunta do Gabinete das Instituições Democráticas e dos Direitos Humanos (ODIHR) da OSCE, da Assembleia Parlamentar da OSCE e da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa concluiu que “a televisão pública, (...) exibiu uma política editorial para distorcer e apresentar deliberadamente políticas sociopolíticas através da promoção do partido no poder, do governo e das suas políticas, ao mesmo tempo que ataca fortemente o seu principal rival político e o seu líder, aprofundando ainda mais a polarização política na sociedade”.¹⁵⁰ O Partido Lei e Justiça (PiS) teve de admitir a derrota a uma oposição. coligação que se comprometeu a restabelecer a independência do PSM. Em Dezembro, o novo governo colocou em liquidação as empresas públicas (rádio, televisão e agências noticiosas), uma medida que lhes permitiria continuar a operar enquanto ocorria a reestruturação. Estas decisões, descritas como necessárias para restabelecer uma comunicação social pública independente e pluralista, foram denunciadas pelo PiS e contestadas pelo Presidente, que foi eleito com o apoio do PiS. (ver caixa sobre a Polónia na página 32)

A pressão política exercida sobre as emissoras públicas levou a um número crescente de alertas na Plataforma.

¶A pressão política exercida sobre as emissoras públicas levou a um número crescente de alertas na Plataforma. A mudança de governo em Itália viu a saída abrupta, em Maio de 2023, de Carlo Fuortes, CEO da emissora pública RAI, que se demitiu alegando interferência do governo no conselho e esforços para impor mudanças de programação.¹⁵¹ Isto abriu caminho para nomeações de membros aliados do governo. jornalistas e executivos para cargos importantes na RAI, comprometendo a sua independência. Também levou a mudanças de programa, incluindo o cancelamento de um novo programa de TV da RAI que deveria ser apresentado pelo jornalista e crítico ferrenho do governo, Roberto Saviano.¹⁵²

150. Gabinete para as Instituições Democráticas e os Direitos Humanos, “ Missão Internacional de Observação Eleitoral, República da Polónia, Eleições Parlamentares, 15 de Outubro de 2023”, Declaração de Resultados Preliminares e Conclusões, <https://www.osce.org/files/f/documents/2/4/555048.pdf>

151. Alerta “Mudança na liderança da RAI e uma subsequente cascata de nomeações de liderança revelam o domínio do governo sobre a radiodifusão pública” <https://go.coe.int/JzQ5j>

152. Alerta “Programa RAI cancelado após solicitação de partidos políticos” <https://go.coe.int/bs83r>

Na Letónia, o 'Conceito de Segurança Nacional' que foi aprovado pelo Parlamento, estabeleceu que todos os conteúdos criados pelo PSM após 1 de janeiro de 2026 deveriam ser apenas em língua letã ou outras línguas "pertencentes ao espaço cultural europeu", ou seja, , UE, países candidatos e Espaço Económico Europeu. A medida proibiria essencialmente a televisão e a rádio letãs de produzir conteúdos em língua russa a partir de 2026 e privaria a população de língua russa, a maior minoria nacional, dos serviços PSM em língua russa. As ONG internacionais emitiram uma declaração pública denunciando o plano como contraproducente.¹⁵³ O governo respondeu ao alerta afirmando que não foi tomada uma decisão sobre o futuro das emissões em língua russa.

Na Geórgia, o Parlamento adoptou alterações à Lei da Radiodifusão em Novembro, tentando alterar o mecanismo de financiamento da Emissora Pública da Geórgia de uma parte do PIB para uma dotação anual no orçamento do Estado. As alterações foram adotadas sem avaliação prévia, sem consultas ao organismo público de radiodifusão e sem um debate público aberto com as partes interessadas e os peritos. Várias organizações de defesa da liberdade dos meios de comunicação afirmaram que a mudança poderá minar os padrões do Conselho da Europa para um financiamento independente e adequado.

Um clima de crescente desconfiança em relação aos jornalistas que trabalham para os meios de comunicação públicos e um ambiente político polarizado em alguns países europeus levaram a ataques físicos a repórteres do PSM, especialmente durante os protestos, bem como a frequentes ataques físicos e online por parte da extrema-direita ou grupos de extrema esquerda . Na Áustria, por exemplo, um repórter musical e um operador de câmara da ORF, a emissora pública, foram agredidos enquanto cobriam protestos na sequência de uma transmissão que transmitia alegações de abuso de uma cantora pelo líder da banda Rammstein, Till Lindeman.¹⁵⁴ Na Eslováquia, Marta Janackova, um apresentador de TV da emissora pública RTVS, recebeu ameaças de agressão sexual e ameaças de morte depois que a emissora se recusou a entrevistar um político do partido SMER.¹⁵⁵

Estudos recentes, como os produzidos pela UER,¹⁵⁶ mostram a extensão que o PSM pode ter na saúde das democracias e a sólida correlação entre um PSM forte e independente e a cultura democrática, elevada participação pública, confiança social e instituições responsáveis. Espera-se que os Estados-Membros renovem os seus compromissos de fornecer financiamento estável, transparente e adequado ao PSM, garantam a sua independência editorial e autonomia institucional e garantam a acessibilidade do PSM ao público em geral.

153. Alerta "Proposta para Proibir Conteúdo em Língua Russa nos Meios de Comunicação Públicos da Letónia" <https://go.coe.int/dnd58>

154. Alerta "Equipe de TV da ORF atacada em Viena após um concerto" <https://go.coe.int/TDILY>

155. Alerta "A apresentadora da RTVS Marta Janýkárová recebe ameaças de morte, tortura e estupro" <https://go.coe.int/hO2kO>

156. European Broadcasting Union, "Democracy and Public Service Media", relatório, 17 de outubro de 2023, https://www.ebu.ch/publications/research/login_only/report/democracy-psm



Vladimir Kazanevsky (Ucrânia) / Cartooning for Peace

Captura de mídia

A captura da mídia pelo governo é o uso indevido dos poderes do Estado para afirmar controle sobre a mídia. Tem quatro elementos principais: a tomada política dos meios de comunicação social de serviço público, o controle dos reguladores dos meios de comunicação social, a aquisição de meios de comunicação social privados por indivíduos estreitamente aliados e apoiados pelo governo, e a distribuição discriminatória de fundos estatais para financiar meios de comunicação social pró-governamentais.

A captura dos meios de comunicação social exerce o controle de forma furtiva, utilizando meios aparentemente legais para criar barreiras económicas e regulamentares aos meios de comunicação social independentes, limitando a sua capacidade de gerar rendimento, operar e informar o público. É uma ferramenta popular de governos autoritários e populistas para controlar a informação pública.

À medida que a sensibilização do público e dos decisores políticos aumentou sobre a ameaça que a captura dos meios de comunicação social representa para a democracia, também aumentaram os esforços para resolver a questão e introduzir reformas políticas para proteger a independência dos meios de comunicação social. O mais significativo foi a Lei da Liberdade dos Meios de Comunicação Social da UE (ver o capítulo sobre a União Europeia), elaborada com capítulos-chave concebidos para proteger os meios de comunicação de serviço público e a independência editorial, aumentar a transparência da propriedade, garantir o pluralismo dos meios de comunicação social, acabar com a utilização indevida de fundos estatais e reforçar a regulamentação. independência.

Em 2023, a Plataforma do Conselho da Europa emitiu 31 alertas de medidas administrativas abusivas tomadas por reguladores politicamente capturados. Estas incluem recusas de acreditação de meios de comunicação ou jornalistas,¹⁵⁷ não renovação de licenças de radiodifusão,¹⁵⁸ rotulagem de meios de comunicação como organizações "indesejáveis" ou "extremistas",¹⁵⁹ lista de jornalistas como "terroristas procurados", ¹⁶⁰ proibições de países, ¹⁶¹ processos judiciais de

157. Alerta "A Rússia coloca na lista negra 14 executivos e jornalistas da mídia britânica" <https://go.coe.int/gELy7>; Alerta "Rússia não consegue renovar vistos e credenciamento de jornalistas holandeses e finlandeses" <https://go.coe.int/hY2Rj>; Alerta "Parlamento suspende credenciamento de 6 jornalistas e trabalhadores da mídia" <https://go.coe.int/HBMnz>; Alerta "Correspondente finlandesa Arja Paananen destituída de seu credenciamento" <https://go.coe.int/xnpb8>

158. Alerta "Deutsche Welle fecha escritório em Türkiye após extensão de licença negada" <https://go.coe.int/ahPsn>; Alerta "Licenças de seis canais de TV suspensas pela Comissão Estadual por Situação Excepcional" <https://go.coe.int/X1bNP>

159. Alerta "Procurador-Geral rotula Meduza como 'organização indesejável'" <https://go.coe.int/oGulY>; Alerta "Sucursais da Dozhd TV SIA TV Rain e TVR Studios BV rotuladas como 'organizações indesejáveis'" <https://go.coe.int/jwFlq>; Alerta "Rádio Wnet e Rádio Unet.fm rotuladas como 'extremistas'" <https://go.coe.int/cEWXR>; Alerta "Associação de Jornalistas Bielorrussos e Brestskaya Gazeta declaradas 'extremistas'" <https://go.coe.int/8KeBA>; Alerta "Vários meios de comunicação adicionais designados como 'organizações indesejáveis'" <https://go.coe.int/P9WRG>; Alerta "Centro de Investigação da Bielorrússia rotulado como 'Extremista'" <https://go.coe.int/KBNL1>

160. Alerta "15 jornalistas turcos listados como 'terroristas procurados'" <https://go.coe.int/b3eS3>

161. Alerta "Vários jornalistas russos e trabalhadores da mídia negados entrada na Geórgia" <https://go.coe.int/b7zOt>; Alerta "Bielorrússia proíbe jornalista polonesa Justyna Prus" <https://go.coe.int/LqejX>

meios de comunicação estrangeiros,¹⁶² investigação regulatória e sanções sobre relatórios,¹⁶³ pressão sobre editorial e governança,¹⁶⁴ bloqueio de acesso à informação,¹⁶⁵ e outras práticas de inclusão em listas negras e impedimentos.¹⁶⁶

¶Na Turquia, a Deutsche Welle perdeu a sua licença de transmissão, 15 jornalistas curdos foram rotulados de terroristas e os organismos de radiodifusão receberam inúmeras multas e proibições pelas suas reportagens sobre a tragédia do terremoto, bem como pela sua cobertura eleitoral. As notícias sobre os filhos do Presidente Erdoğan também foram bloqueadas.

¶Na Rússia, 14 jornalistas britânicos foram banidos, enquanto um jornalista holandês e finlandês perderam a sua acreditação. Entretanto, o site de notícias russo Meduza e a Dozhd TV, que agora devem operar fora da Rússia, foram rotulados como "organizações indesejáveis".

¶Na Polónia, o regulador dos meios de comunicação social abriu um processo contra a emissora TVN e multou a Radio Zet e a TOK FM antes das eleições de Outubro . Apesar do PiS gozar de uma "clara vantagem através da sua influência indevida sobre a utilização de recursos estatais e dos meios de comunicação públicos", de acordo com os monitores da OSCE,¹⁶⁷ a eleição acabou por ser vencida pela coligação da oposição, dando esperança de uma reforma dos meios de comunicação social e do desmantelamento da captura dos meios de comunicação social.¹⁶⁸

¶Na Bielorrússia, Rádio Wnet, Unet.fm, Associação Bielorrussa de Jornalistas (BAJ) e o Centro de Investigação Bielorrusso foram todos rotulados como organizações extremistas.

162. Alerta "Kazakh Outlet Arbat.Media convocado pelo tribunal russo sobre a cobertura da guerra na Ucrânia" <https://go.coe.int/pLZPQ>

163. Alerta "Procedimentos Regulatórios contra TOK FM e Radio Zet" <https://go.coe.int/l8mJM>; Alerta "Procedimentos Regulatórios Contra Emissora Privada TVN" <https://go.coe.int/urnWw6>; Alerta "Conselho Superior da Rádio Televisão Multa Canais de TV pela Cobertura do Terremoto" <https://go.coe.int/PDejw>; Alerta "Conselho Superior da Rádio e Televisão Suspende Transmissão da TELE1 por uma Semana" <https://go.coe.int/o2Wj4>; Alerta "Jornalistas atacados, meios de comunicação críticos investigados nas consequências das eleições em Türkiye" <https://go.coe.int/r5Nw6>; Alerta "Conselho Superior da Rádio Televisão impõe multas e suspensão de transmissão em diversos meios de comunicação" <https://go.coe.int/4xAjW>

164. Alerta "Mudança na liderança da RAI e uma subsequente cascata de nomeações de liderança revelam o domínio do governo sobre a radiodifusão pública" <https://go.coe.int/JzQSi>; Alerta "Programa RAI cancelado após solicitação de partidos políticos" <https://go.coe.int/bs83r>

165. Alerta "Tribunal turco bloqueia acesso a notícias sobre Bilal e Burak Erdoğan" <https://go.coe.int/LdJub>

166. Alerta "Meios de comunicação social excluídos da visita oficial do governo ao Ruanda" <https://go.coe.int/COGrY>; Alerta "Práticas de acreditação opacas dificultam relatórios na Ucrânia" <https://go.coe.int/PTWoi>; Alerta "Comissão de Inquérito sobre a Influência Russa Ameaça a Liberdade de Imprensa na Polónia" <https://go.coe.int/Yekmb>

167. Gabinete para as Instituições Democráticas e os Direitos Humanos, " Missão Internacional de Observação Eleitoral, República da Polónia, Eleições Parlamentares, 15 de Outubro de 2023", Declaração de Resultados Preliminares e Conclusões, <https://www.osce.org/files/f/documents/2/4/555048.pdf>

168. Media Freedom Rapid Response, "Report: Media freedom at a crossroads – Journalism in Poland enfrenta futuro incerto antes das eleições", relatório da missão, 5 de outubro de 2023, <https://ipi.media/report-media-freedom-at-a-crossroads-journalism-in-poland-faces-uncertain-future-ahead-of-election/>

• Outros alertas incluem Geórgia, Ucrânia e Reino Unido.

• Numa medida importante contra a captura de meios de comunicação social, o governo checo aprovou uma alteração à lei sobre conflitos de interesses que proíbe os políticos de serem proprietários de empresas de meios de comunicação social. Isto levou o ex-primeiro-ministro Andrej Babis a vender a Mafra Media, que tinha sido um activo crítico para ajudar a projectá-lo no poder político.

• Na Eslováquia, o regresso ao governo da SMER liderada por Robert Fico é um mau presságio para a liberdade dos meios de comunicação social no país, ameaçando rapidamente excluir os meios de comunicação críticos¹⁶⁹ e depois cortar os fundos públicos para os meios de comunicação social.¹⁷⁰ O novo ministro da Cultura pertence ao extremista Partido Nacional Eslovaco, que boicota meios de comunicação social críticos e quer acabar com a independência política dos meios de comunicação públicos. Entretanto, o Grupo Penta, notoriamente ligado a escândalos de corrupção e a interesses comerciais noutros setores, expandiu os seus investimentos nos meios de comunicação social para adquirir o maior tablóide do país, Nový ťas, o que cria ainda mais pressão sobre o pluralismo dos meios de comunicação social.

• Na Sérvia, uma nova lei permite que as empresas estatais adquiram meios de comunicação social como forma indirecta de nacionalização. A lei legaliza os activos de comunicação social da Telekom Srbija que esta adquiriu em violação da legislação de 2014.¹⁷¹ A lei abre o caminho para uma maior captura directa dos meios de comunicação privados pelo Estado.

• A luta contra a captura dos meios de comunicação social necessita de esforços concertados por parte dos decisores políticos, dos líderes dos meios de comunicação social e da sociedade civil para garantir o jornalismo independente e o Estado de direito. A Lei Europeia sobre a Liberdade dos Meios de Comunicação Social fornece um modelo para a acção, mas deve ser apoiada por reformas nacionais e salvaguardas contra interferências políticas para proteger a independência e o pluralismo dos meios de comunicação social.

169. Alerta "PM denigre, analisa a acreditação de vários meios de comunicação, Eslováquia" <https://go.coe.int/OT9iR>

170. Alerta "Governo eslovaco reduz orçamento do PSM em 30%" <https://go.coe.int/ItIP6>

171. Alerta "Legislação controversa sobre mídia adotada no Parlamento Sérvio" <https://go.coe.int/a6o3R>

Kosovo* – As tensões no norte afetaram a segurança dos jornalistas

2023 foi um ano desafiante para jornalistas e profissionais da comunicação social no Kosovo*, nomeadamente devido à escalada das tensões entre o Kosovo* e a Sérvia. A onda de ataques a jornalistas foi a mais intensa da história recente do Kosovo*. Incluem agressões físicas a jornalistas e trabalhadores dos meios de comunicação social e o vandalismo de equipamentos como câmaras e veículos.

Embora o Kosovo* não seja membro do Conselho da Europa e não esteja abrangido pelos alertas da Plataforma, a Associação de Jornalistas do Kosovo* (AJK) registou 63 casos de incidentes e ataques contra jornalistas, dos quais 30 foram registados no norte .172

Pelo menos dez jornalistas ou profissionais da comunicação social ficaram feridos. Em Zvecan/ Zveçani, jornalistas que trabalham para a mídia de língua albanesa tiveram que se esconder dentro de uma cafeteria perto do prédio municipal durante uma hora para escapar dos ataques. Os jornalistas sérvios também alegam discriminação por parte dos funcionários no acesso aos locais, bem como intimidação por parte de representantes do partido político local. Uma reunião entre representantes dos meios de comunicação social e representantes do Ministério da Administração Interna não resultou numa melhor proteção dos jornalistas. Os jornalistas e as organizações de defesa da liberdade de imprensa condenaram os ataques a jornalistas e trabalhadores dos meios de comunicação social e instaram as autoridades nacionais e a KFOR a protegerem os jornalistas e a levarem os perpetradores à justiça.173

Em 14 de Junho, o Ministério da Indústria, Empreendedorismo e Comércio suspendeu o certificado comercial da principal emissora de televisão privada, Klan Kosova, e apresentou acusações criminais contra os seus representantes.174 Segundo organizações internacionais, a ordem de suspensão do certificado foi arbitrária e não foi tomada com base jurídica sólida.175 O anúncio foi feito sem aviso prévio, o procedimento utilizado para justificar a suspensão não parece ser aplicável no âmbito da legislação nacional relevante e a Agência de Registo Comercial não possuía competência para suspender unilateralmente um certificado. Klan Kosova contestou a decisão perante o Basic

172. Artigo 19/Rede de Investigação dos Balcãs/Defensores dos Direitos Civis et al., "A aplicação da lei deve proteger os jornalistas em meio a tensões no norte do Kosovo", declaração, 2 de junho de 2023, <https://www.ecpmf.eu/law-enforcement-must-protect-journalists-in-meio-a-tensões-crescentes-no-norte-do-Kosovo/>

173. Federação Europeia de Jornalistas, "Kosovo: Mais ataques a jornalistas em meio a tensões crescentes", 31 de maio de 2023, <https://europeanjournalists.org/blog/2023/05/31/kosovo-more-attacks-on-journalists-in-meio-a-tensões-crescentes/>

174. Centro Europeu para a Liberdade de Imprensa e dos Meios de Comunicação Social/Federação Europeia de Jornalistas/ International Press Institute et al., "Kosovo: Media freedom groups raise alarm over Klan Kosova business Certificate Suspension", declaração, 16 de junho de 2023, <https://www.ecpmf.eu/klan-kosova-media-liberdade-ameaca/>

175. Ibidem.

Tribunal Comercial e obtiveram uma liminar que lhes permite continuar temporariamente as suas operações.¹⁷⁶ O caso continua no tribunal.

Em 3 de agosto de 2023, a Associação de Jornalistas Independentes da Sérvia (IJAS) publicou uma declaração condenando vídeos e publicações, que circulam online, dirigidos contra o Kosovo online, a Radio Kontakt plus, a Radio Kosovska Mitrovica, a TV Most e o portal KoSSev, que publicam e transmitem em língua sérvia. No canal Zeļevi KiM do Telegram, os meios de comunicação foram descritos em postagens e vídeos anônimos como “inimigos do povo sérvio e da Sérvia que estão sob a influência da OTAN e do Ocidente”. Tatjana Lazarevic, editora-chefe do KoSSev, apresentou um relatório ao Ministério Público Especial para a Luta contra o Crime de Alta Tecnologia.¹⁷⁷

-
176. Artigo 19/Associação de Jornalistas do Kosovo/Centro Europeu para a Liberdade de Imprensa e Meios de Comunicação Social et al., “Kosovo: EFJ, AGK e grupos de liberdade dos meios de comunicação acolhem a decisão de liminar do tribunal de Klan Kosova”, declaração, 3 de agosto de 2023, <https://europeanjournalists.org/blog/2023/08/03/kosovo-efj-agk-and-media-freedom-groups-welcome-klan-kosova-court-injunction-decision/>
177. Alerta “Vários meios de comunicação de língua sérvia do Kosovo* ameaçados online”<https://go.coe.int/BOYAy>



Zach (Filipinas) / Cartooning for Peace

Vigilância e spyware

a liberdade e a segurança digital dos jornalistas em toda a Europa continuaram ameaçados pela utilização contínua de tecnologia avançada de spyware para vigiar jornalistas e intervenientes nos meios de comunicação social. Em 2023, foram documentados novos casos envolvendo jornalistas espionados, enquanto a responsabilização pela utilização anterior de tecnologia de vigilância contra os meios de comunicação social continua a revelar-se evasiva.

Embora um relatório histórico da Comissão de Inquérito do Parlamento Europeu para investigar a utilização do Pegasus e de spyware de vigilância equivalente (PEGA)¹⁷⁸ tenha destacado a utilização de tecnologia de spyware em todo o bloco e fornecido recomendações inéditas para combater. Devido ao abuso da tecnologia, as investigações em certos Estados-Membros da UE sobre a utilização de spyware contra jornalistas careceram de transparência ou clareza jurídica e/ou não forneceram soluções aos jornalistas para o abuso.

A proliferação da indústria de vigilância e a falta de regulamentação internacional sobre a utilização, comércio e venda da tecnologia têm um efeito inibidor sobre o jornalismo euro

A fragmentação do mercado e a proliferação da indústria de vigilância e de spyware de aluguel em todo o mundo, disponível para uso pelos governos, em combinação com a falta ou má implementação da regulamentação internacional do uso, comércio e venda da tecnologia, comprometem a privacidade jornalística e a confidencialidade das fontes e têm um efeito inibidor no jornalismo europeu.

Em maio de 2023, um grupo de organizações de direitos humanos publicou um relatório conjunto, revelando que o software Pegasus foi utilizado para vigiar uma série de figuras públicas na Arménia, incluindo pelo menos cinco jornalistas.¹⁷⁹ Da mesma forma, o relatório revelou como o spyware foi utilizado contra jornalistas, e outros no meio do conflito entre o Azerbaijão e a Arménia sobre a região de Karabakh.¹⁸⁰ Foi entendido como sendo o primeiro exemplo documentado da utilização de spyware como arma.

178. Parlamento Europeu, "Spyware: MEPs sound alarm on ameaça à democracia e exigem reformas", comunicado de imprensa, 8 de maio de 2023, <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20230505IPR84901/spyware-meps-soar-alarme-sobre-ameaca-a-democracia-e-exigir-reformas>

179. Alerta "Jornalistas e membros da imprensa na Arménia alvo do spyware Pegasus" <https://go.coe.int/ucWCb>

180. Acesse agora, "Hacking in a war zone: Pegasus spyware in the Azerbaijan-Armenia conflitos", 25 de maio de 2023, <https://www.accessnow.org/publication/armenia-spyware-victims-pegasus-hacking-in-guerra/>

vigiar jornalistas no contexto de um conflito internacional.¹⁸¹ Entre as vítimas visadas pelo Pegasus entre outubro de 2020 e dezembro de 2022 estavam dois jornalistas da Radio Free Europe/Radio Liberty (RFE/RL). O relatório não conseguiu concluir qual lado do conflito foi responsável; mas observou que ambos os lados poderiam estar interessados em colocar os jornalistas sob vigilância. Observou que o Azerbaijão era um “provável cliente do Pegasus” e que outros jornalistas azerbaijanos tiveram dispositivos infectados com o Pegasus; considerando que não tinha conhecimento de que a Armênia era utilizadora do Pegasus.

• Também foi confirmado que o spyware Pegasus foi usado para invadir o telefone de Galina Timchenko, chefe do meio de comunicação independente de língua russa Meduza, enquanto ela estava em Berlim em fevereiro de 2023.¹⁸² Uma investigação descobriu que a infecção ocorreu logo após o promotor russo O Gabinete do General designou a Meduza como uma “organização indesejável” – uma medida que proibiu o estabelecimento de operar na Rússia – e provavelmente durou vários dias ou semanas. De acordo com a investigação, a Apple alertou Timchenko e “outros alvos” em junho que seus dispositivos poderiam ter sido alvo de spyware patrocinado pelo Estado.

• De acordo com o Access Now, foi o primeiro caso documentado de vigilância Pegasus de um jornalista russo.¹⁸³ A investigação relatou que o ataque poderia ter vindo da Rússia, de um dos seus aliados ou de um estado da UE. Timchenko está baseado na Letônia junto com outros funcionários da Meduza. Grupos de defesa da liberdade dos meios de comunicação social apelaram às autoridades letãs e alemãs para que investigassem o hack e identificassem os autores.¹⁸⁴ Ninguém ainda foi responsabilizado.¹⁸⁵

• As investigações sobre a vigilância ilegal de jornalistas por spyware continuaram ao longo de 2023.¹⁸⁶ Na Grécia, as investigações criminais sobre o uso de spyware para infectar o telefone do jornalista financeiro e bancário Thanasis Koukakis e de outras figuras da mídia - o chamado “Predatorgate” - careceram

181. Instituto Internacional de Imprensa, “IPI condena uso de spyware Pegasus contra jornalistas em meio ao conflito Armênia-Azerbaijão”, 14 de junho de 2023, <https://ipi.media/ipi-condemns-use-of-pegasus-spyware-against-journalists- em meio ao conflito Armênia-Azerbaijão/>

182. Alerta “Investigação encontra jornalista russa Galina Timchenko alvo de spyware Pegasus” <https://go.coe.int/vHNn4>

183. Acesse agora, “Hacking Meduza: Pegasus spyware used to target Putin’s critic”, 13 de setembro de 2023, <https://www.accessnow.org/publication/hacking-meduza-pegasus-spyware-used-to-target-putins- crítico/>

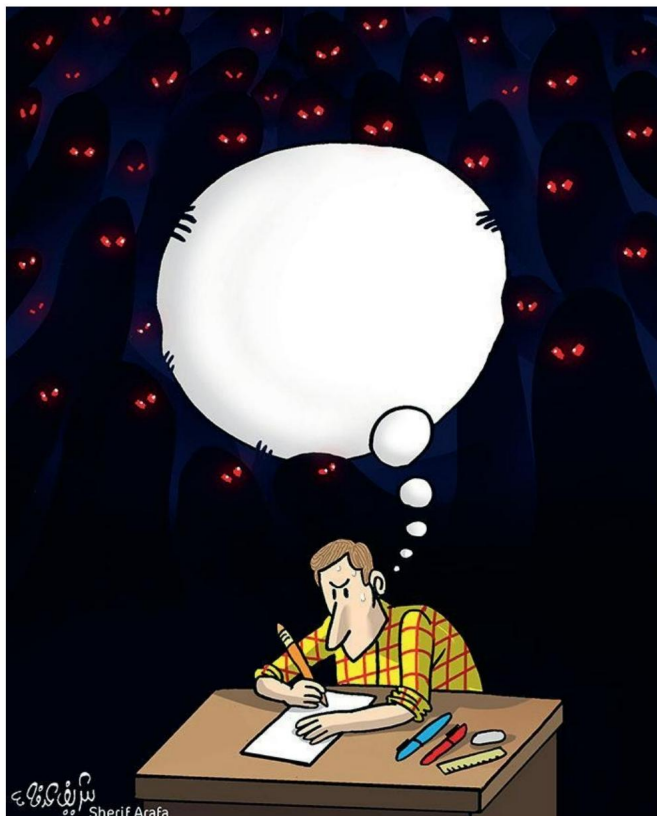
184. Comitê para a Proteção de Jornalistas, “Investigação encontra jornalista russa Galina Timchenko alvo de spyware Pegasus”, alerta, 13 de setembro de 2023, <https://cpj.org/2023/09/investigation-finds-russian-journalist-galina-timchenko-alvo-de-spyware-pegasus/>

185. Instituto Internacional de Imprensa, “IPI exige investigação sobre o uso de Pegasus contra Galina Timchenko”, declaração, 19 de setembro de 2023, <https://ipi.media/ipi-demands-investigation-into-use-of-pegasus-against-galina-timchenko/>

186. Alerta “Jornalistas do iStories Alesya Marokhovskaya e Irina Dolinina ameaçadas e vigiadas em Praga” <https://go.coe.int/pdDaT>

clareza e garantias de que tal vigilância era necessária, legal e proporcional.¹⁸⁷ Em Outubro de 2023, as autoridades foram acusadas de minar a investigação sobre a vigilância de Koukakis e outros que tinha sido lançada pela Autoridade Helénica para a Segurança e Privacidade das Comunicações (ADAE).¹⁸⁸

Um tribunal grego convocou um antigo e um actual membro do conselho de administração do órgão de vigilância independente, acusados de revelar segredos de Estado a Koukakis. Em 23 de Outubro, um procurador do Supremo Tribunal ordenou então a transferência da investigação "Predatorgate" do gabinete do procurador de primeira instância para o Supremo Tribunal.



Sherif Arafa (Egito) / Cartooning for Peace

187. Alerta "Jornalista Thanasis Koukakis é alvo do Spyware Predator" <https://go.coe.int/DiaPL>

188. Repórteres Sem Fronteiras, "Escândalo Predatorgate na Grécia: RSF denuncia a sabotagem política da investigação", declaração, 2 de novembro de 2023, <https://rsf.org/en/predatorgate-scandal-greece-rsf-denounces-Political-investigação-de-sabotagem>

•A Grécia aprovou uma lei em Dezembro de 2022 para proibir totalmente qualquer utilização de spyware, mas as questões jurídicas relacionadas com a escuta telefónica de jornalistas são confusas. Foram apresentadas queixas legais, mas nenhuma responsabilização pela violação da privacidade individual ou da confidencialidade das fontes jornalísticas foi alcançada. Koukakis está levando o caso ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

•Na Hungria, onde pelo menos quatro jornalistas, 189 trabalhadores dos meios de comunicação social e proprietários de meios de comunicação social foram monitorizados através do Pegasus em 2021, os jornalistas iniciaram vários processos judiciais e ainda procuram justiça. A Autoridade Nacional Húngara para a Protecção de Dados e a Liberdade de Informação afirma que em todos os casos que investigaram, incluindo os que envolvem jornalistas, todos os critérios legais para a aplicação do spyware foram cumpridos e o spyware foi utilizado para proteger a segurança nacional.

•Tanto a Hungria como a Grécia foram alvo de críticas no relatório da Comissão de Inquérito para investigar a utilização do Pegasus e de spyware de vigilância equivalente (PEGA), adotado pelo Parlamento Europeu em 15 de junho de 2023.¹⁹⁰ A Comissão fez recomendações específicas para a Hungria e a Polónia, Grécia, Chipre e Espanha. Os eurodeputados afirmaram que o spyware “só deve ser utilizado em Estados-Membros onde as alegações de abuso de spyware tenham sido exaustivamente investigadas, onde a legislação nacional esteja em conformidade com as recomendações da Comissão de Veneza e a jurisprudência do Tribunal de Justiça da UE, e onde a exportação regras de controle foram aplicadas”.

•Embora o inquérito PEGA tenha sido elogiado por jornalistas e grupos de defesa da liberdade dos meios de comunicação social por ter contribuído para chamar a atenção para a questão do spyware e as suas ameaças ao jornalismo e à democracia, grupos incluindo a Amnistia Internacional criticaram o relatório por não ter conseguido apelar a uma moratória imediata sobre a venda, aquisição, transferência e utilização de spyware.¹⁹¹ O relatório do PE propôs uma regulamentação mais rigorosa do spyware.

•Em 27 de janeiro de 2023, Dunja Mijatović, Comissária do Conselho da Europa para os Direitos Humanos, apelou aos Estados-Membros para que impusessem uma moratória estrita à exportação, venda, transferência e utilização de spyware de clique zero, como o Pegasus, e

189. Karine Pfenniger, “Projeto Pegasus: o que aconteceu desde as revelações?”, Forbidden Stories, 17 de julho de 2023, <https://forbiddenstories.org/pegasus-project-impacts-map/>

190. Parlamento Europeu, “Spyware: MEPs call for full investigations and salvaguardas to prevent abuse”, comunicado de imprensa, 15 de junho de 2023, <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20230609IPR96217/spyware-meps-call-for-full-investigations-and-safeguards-to-prevent-abuse>

191. Amnistia Internacional, “UE: Final vote on spyware research must lead to Stronger Regulation”, 15 de junho de 2023, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/06/eu-final-vote-on-spyware-inquiry-must-lead-to-stronger-regulation/>

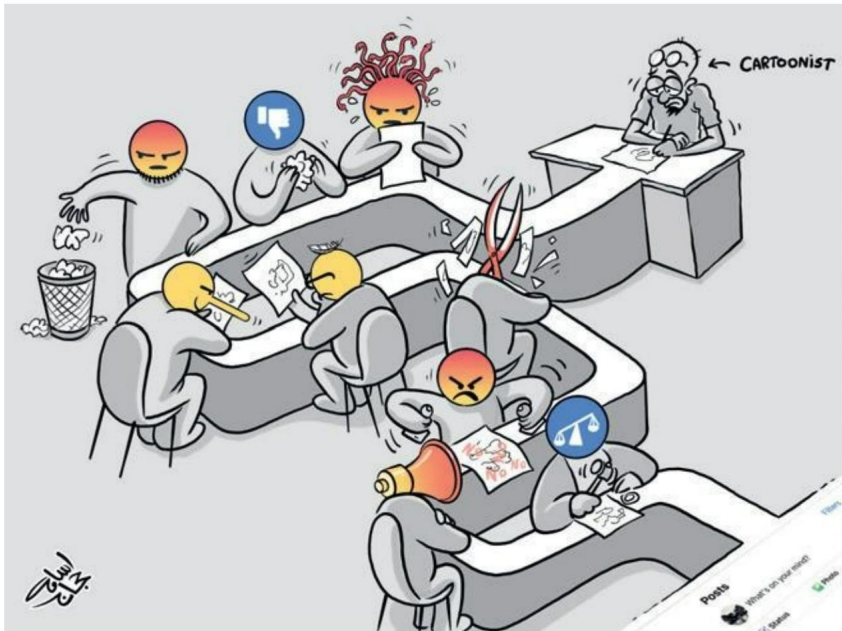
implementar um quadro legislativo preciso e compatível com os direitos humanos para a utilização de tecnologia de vigilância moderna.¹⁹²

Embora em número limitado, os casos contínuos que envolvem o abuso de spyware para atingir jornalistas na Europa e a gravidade das violações - incluindo aqueles contra jornalistas exilados, supostamente em refúgios seguros na UE ou aqueles que reportam sobre conflitos internacionais - continuam a sublinhar a necessidade de regulamentação internacional da tecnologia.¹⁹³

192. Comissário para os Direitos Humanos, "Highly intrusive spyware ameaça a essência dos direitos humanos", declaração de direitos humanos, 15 de junho de 2023, <https://www.coe.int/en/web/commissioner/-/spyware-altamente-intrusivo-ameaca-a-essencia-dos-direitos-humanos>

193. Access Now/Active Watch/Agrupación de Periodistas de UGT et al., "Urgent apelo ao Parlamento Europeu: Banir spyware contra jornalistas", carta aberta, 27 de setembro de 2023, <https://www.ecpmf.eu/urgent-apelo-ao-parlamento-europeu-ban-spyware->

Profissão e padrões jornalísticos



Osama Hajjaj (Jordânia) / Cartooning for Peace

Numa sociedade democrática, é essencial que os jornalistas atuem de forma independente, sem interesses políticos e comerciais ou corporativos. Além disso, os estados membros do Conselho da Europa têm a obrigação de “criar um ambiente favorável à participação no debate público de todas as pessoas envolvidas, permitindo-lhes expressar as suas opiniões e ideias sem medo”, afirma o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.¹⁹⁴

194. Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, *Dink v. Turquia*, pedidos Nos. 2668/07, 6102/08, 30079/08, acórdão de 14 de setembro de 2010.

As organizações representativas, que devem ser os interlocutores essenciais das autoridades públicas, são visadas.

O ambiente propício pressupõe a existência de condições de trabalho dignas para os jornalistas, protecção eficaz contra ameaças legais, independência editorial dos proprietários dos meios de comunicação social¹⁹⁵ e do poder político, e a possibilidade de os jornalistas se organizarem no quadro de sindicatos ou associações profissionais. Estas organizações representativas, que devem ser os interlocutores essenciais das autoridades públicas, são por vezes visadas, sendo os exemplos mais extremos encontrados nos dois países europeus fora do Conselho da Europa – Bielorrússia e Rússia. Na Bielorrússia, o Serviço de Segurança Bielorrusso (KGB) declarou a Associação Bielorrussa de Jornalistas (BAJ) – no exílio – uma organização extremista, que expõe todos os jornalistas afiliados a uma pena de prisão de 10 anos.¹⁹⁶ No final de 2022, as autoridades russas ordenaram a liquidação do Sindicato dos Jornalistas e dos Trabalhadores da Comunicação Social, que teve de registar-se em França para poder continuar as suas actividades.¹⁹⁷

Algumas medidas que restringem a liberdade de imprensa ou o pluralismo dos meios de comunicação social resultam num aumento da precariedade social para os jornalistas. Por exemplo, na Turquia, a recusa em renovar a licença da emissora de televisão Deutsche Welle (DW) resultaria na perda do estatuto de funcionário para jornalistas, todos os quais foram convidados a tornarem-se freelancers.¹⁹⁸

Em França, duas redações estavam em conflito com os seus proprietários de meios de comunicação: os jornalistas do diário económico Les Echos iniciaram uma greve de assinatura após o anúncio de que o seu editor-chefe, Nicolas Barré, tinha sido demitido sob pressão de Bernard Arnault, chefe do principal acionista do título, Grupo LVMH; 199 jornalistas do Le Journal du Dimanche (JDD) entraram em greve contra a nomeação como editor-chefe de Geoffroy Lejeune, anteriormente

195. Os princípios do que se entende por independência editorial são enunciados, por exemplo, em: Federação Internacional de Jornalistas, "Democracia Editorial nos Meios de Comunicação Social Europeus - Declaração Final da IFJ / EFJ", 27 de Março de 1995, <https://www.ifj.org/media-centro/noticias/detalhe/categoria/afrika/artigo/editorial-democracia-na-midia-europeia-ifj-efj-declaracao-final>

196. Alerta "Associação de Jornalistas Bielorrussos e Brestskaya Gazeta declaradas 'extremistas'" <https://go.coe.int/8KeBA>

197. Alerta "Sindicato de Jornalistas e Trabalhadores da Comunicação Social Ameaçado de Liquidação" <https://go.coe.int/fWEBC>

198. Alerta "Deutsche Welle fecha escritório em Türkiye após extensão de licença negada" <https://go.coe.int/ahPsn>

199. Alerta "Assinatura de greve em Les Echos após anúncio de expulsão do editor-chefe" <https://go.coe.int/aYWHL>

com o semanário (geralmente qualificado como de extrema direita) Valeurs Actuelles, como parte da aquisição da empresa de mídia pelo grupo Vivendi de Vincent Bolloré.²⁰⁰

Conforme especificado na Recomendação CM/Rec(2016)4 do Comité de Ministros, 201 estados membros devem prestar atenção “à importância de leis laborais e laborais adequadas para proteger jornalistas e outros intervenientes nos meios de comunicação social de despedimentos arbitrários ou represálias, e de situações precárias condições de trabalho que possam expô-los a pressões indevidas para se afastarem da ética e dos padrões jornalísticos aceites”.

De acordo com o último estudo do “Media Pluralism Monitor”,²⁰² apenas quatro países europeus, dos 32 analisados, oferecem boas condições de trabalho para jornalistas: Dinamarca, Alemanha, Irlanda e Suécia. Os resultados do estudo mostram uma situação laboral particularmente preocupante na Croácia, na Hungria, no Montenegro e na Roménia, onde os jornalistas que não gozam do estatuto de empregados, muitas vezes carecem de proteção social adequada.

200. Alerta “Suspeita de interferência do Grupo Vivendi nas redações do Paris-Match e do Le Journal du Dimanche” <https://go.coe.int/HNZG7>

201. Recomendação CM/Rec(2016)4 do Comité de Ministros aos Estados-Membros sobre a proteção do jornalismo e a segurança dos jornalistas e outros intervenientes nos meios de comunicação social, 13 de abril de 2016, https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectId=09000016806415d9#_ftn1

202. Centro para o Pluralismo e a Liberdade dos Meios de Comunicação Social, “Monitoring Media Pluralism in the Digital Era”, relatório, 2023 https://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/75753/MPM2023_General_relatório.pdf

Jornalistas no exílio



Vladimir Kazanevsky (Ucrânia) / Cartooning for Peace

Um número sem precedentes de trabalhadores da comunicação social na Europa está a ser levado ao exílio no estrangeiro.

Um número sem precedentes de trabalhadores da comunicação social na Europa está a ser levado a para o exílio no estrangeiro, uma tendência que deverá crescer nos próximos anos. Os meios de comunicação independentes e os jornalistas forçados ao exílio enfrentam numerosos desafios. As principais razões para a fuga são riscos físicos à vida e à liberdade, processos judiciais; e assédio, ameaças e intimidação - e estes riscos não param nas fronteiras dos países de onde os jornalistas fogem. Uma grande preocupação relativamente à capacidade dos jornalistas no exílio continuarem o seu trabalho é a repressão transnacional. Isto está a aumentar com relatos de ataques físicos, raptos e até execuções extrajudiciais no país de exílio de jornalistas. Além disso, ameaças como o assédio online e os ataques cibernéticos transcendem fronteiras e continuam a assombrar os jornalistas que fugiram do seu país de origem. Os familiares também se tornam alvo de ataques, para forçar jornalistas críticos a cessar as suas reportagens no estrangeiro.

•Jornalistas bielorrussos. De acordo com a Associação de Jornalistas da Bielorrússia, pelo menos 400 jornalistas independentes bielorrussos emigraram desde os protestos em massa de 2020 exigindo a demissão de Aleksandr Lukashenko. Eles se estabeleceram principalmente nos países bálticos e na Polônia.

•Em Setembro de 2023, a Bielorrússia proibiu os seus cidadãos de renovarem os seus passaportes fora do país.²⁰³ Além disso, os jornalistas bielorrussos no exílio podem agora ser privados da sua cidadania se tiverem sido anteriormente condenados por acusações "antiestatais".

•Jornalistas russos. Desde a invasão russa na Ucrânia, de acordo com uma reportagem do Moscow Times de Fevereiro de 2023, ²⁰⁴ mais de 1.000 jornalistas foram forçados a deixar a Rússia, a maioria deles para outros países europeus, incluindo Arménia, Chéquia, Geórgia, Alemanha, Letónia, Lituânia, Países Baixos, Polónia e Turquia.

•Os jornalistas exilados são alvo de processos²⁰⁵ pelo poder judicial russo devido às suas reportagens e são colocados nas listas de procurados da Rússia ou julgados e condenados à revelia. ²⁰⁶ 13 jornalistas forçados a deixar a Rússia foram perseguidos ao abrigo do artigo 207.3 do Código Penal (divulgação de informações falsas sobre as forças armadas russas) e detidos à revelia. Outros foram assediados, monitorados e vários foram supostamente envenenados.

•Em julho de 2023, foi relatado que Marfa Smirnova,²⁰⁷ uma jornalista russa radicada na Geórgia e do meio de comunicação independente The Insider, tinha recebido ameaças de indivíduos não identificados. Smirnova recebeu mensagens via Telegram alertando-a para parar de escrever e produzir matérias jornalísticas. O Insider informou que ela também recebeu uma escuta telefónica que capturou conversas no apartamento de sua família em Moscovo.

-
203. "A Bielorrússia proíbe os cidadãos de renovar passaportes no estrangeiro, espalhando o medo entre aqueles que fugiram da repressão", Associated Press, 5 de setembro de 2023, <https://apnews.com/article/bielorrussia-passaportes-polonia-lukashenko-1f458e034bdb124902c4a55ba5d46b0f>
204. "1K jornalistas fugiram da Rússia desde a invasão da Ucrânia", The Moscow Times, 3 de fevereiro de 2023, <https://www.themoscowtimes.com/2023/02/03/1k-journalists-have-fled-russia-since-Ucrania-relatório-invasão-a80135>
205. Alerta "Editora e fundadora do Ingush News Outlet Fortanga Isabella Evloeva está enfrentando três acusações criminais por espalhar "notícias falsas" sobre o exército russo" <https://go.coe.int/IVESY>
206. Alerta "Diretor do Bellingcat, Christo Grozev 'preso à revelia' por suposta passagem ilegal de fronteira" <https://go.coe.int/suE9B>; Alerta "Dois jornalistas russos exilados acusados de disseminar informações falsas sobre as forças armadas russas" <https://go.coe.int/ql7F5>; Alerta "Apresentadora de TV ucraniana Maria Efrosinina condenada a sete anos de prisão" <https://go.coe.int/JzgYD>
207. Alerta "Jornalista russa exilada Marfa Smirnova e sua família ameaçada" <https://go.coe.int/ZkoGY>

Em 19 de setembro de 2023, soube-se que as jornalistas do iStories Alesya Marokhovskaya e Irina Dolinina,²⁰⁸ exiladas em Praga, vinham recebendo ameaças de desconhecidos desde o início de março. Também há evidências de que foram vítimas de vigilância. Galina Timchenko, chefe da Meduza, que reside na Letônia, encontrou software Pegasus malicioso em seu dispositivo enquanto ela estava em Berlim em fevereiro de 2023.²⁰⁹

Em 15 de agosto de 2023, foi relatado que Elena Kostyuchenko e Irina Babloyan²¹⁰ tinham problemas de saúde inexplicáveis desde outubro de 2022, apresentando sintomas de envenenamento. Ambos experimentaram fraqueza severa, desorientação, dor abdominal e inchaço, bem como outros sintomas relacionados ao veneno. Ambos os jornalistas foram testados para toxinas no hospital Charité de Berlim. Os testemunhos de Elena Kostyuchenko sobre a guerra na Ucrânia contribuíram para documentar os crimes de guerra cometidos pelos militares russos naquele país.²¹¹ Os procuradores alemães confirmaram que estavam a investigar a tentativa de homicídio de Kostyuchenko.

Paralelamente, alguns países que se tornaram os novos lares dos meios de comunicação social no exílio têm vindo a reforçar as suas leis de imigração e residência. Estes incluem requisitos, por exemplo na Letônia, para passar num teste linguístico estatal, comprovar a disponibilidade de recursos financeiros regulares e suficientes e registar novamente os veículos russos dentro de um período específico. Também impõem proibições à importação de propriedades da Rússia e limitações à entrada de titulares de passaportes russos e bielorrussos em estados vizinhos.

Um inquérito recente²¹² entre trabalhadores da comunicação social russos e bielorrussos descobriu que 60% dos inquiridos obtiveram algum grau de assistência de organizações governamentais e não governamentais após a sua realocização, enquanto 40% não receberam nenhuma. Entre as principais necessidades citadas pelos jornalistas estão o apoio financeiro; ajuda jurídica e de vistos, assistência com educação profissional e acesso às comunidades de mídia locais; e apoio psicológico.

Jornalistas turcos. Em 30 de dezembro de 2022, o jornalista turco exilado Can Dündar revelou que havia sido adicionado ao chamado grupo terrorista “cinzento”.

208. Alerta “Jornalistas do iStories Alesya Marokhovskaya e Irina Dolinina ameaçadas e vigiadas em Praga” <https://go.coe.int/pdDaT>

209. Alerta “Investigação encontra jornalista russa Galina Timchenko alvo de spyware Pegasus” <https://go.coe.int/vHNn4>

210. Alerta “Jornalistas russos Elena Kostyuchenko e Irina Babloyan supostamente envenenadas” <https://go.coe.int/1FU3K>

211. Elena Kostyuchenko, “Eu quero viver - e é por isso que estou escrevendo”, Meduza, 15 de agosto de 2023, <https://meduza.io/en/feature/2023/08/15/i-want-to-viver-e-e-por-isso-que-estou-escrevendo>

212. Justiça para Jornalistas, “Pesquisa com trabalhadores da mídia exilados revela que metade ainda se sente ameaçada em seus novos países de origem”, declaração, 4 de outubro de 2023, <https://jfj.fund/writing-statement-by-justice-for-journalists>- Fundação/

list", uma base de dados publicada pelo Ministério do Interior turco que identifica alegados terroristas e oferece recompensas pela sua captura. Outros 14 jornalistas turcos no exílio estão na lista.²¹³

•Jornalistas exilados de todo o mundo. Devido a ameaças significativas à segurança, jornalistas de todo o mundo procuram exílio na Europa. Após a invasão talibã em 2021, um grande número de jornalistas deixou o Afeganistão em busca de segurança, inclusive nos Estados Unidos e na Europa. Em Fevereiro de 2023, a cidadania de mais de 200 opositores políticos e dissidentes nicaraguenses, incluindo trabalhadores dos meios de comunicação social, foi cancelada porque foram acusados de "divulgar informações falsas" e de "conspiração para minar a integridade nacional". O governo espanhol ofereceu cidadania aos jornalistas exilados.²¹⁴ Em diferentes países europeus, meios de comunicação social exilados e jornalistas do Sudão,²¹⁵ Irão,²¹⁶ Síria, Burundi e Paquistão retomaram o seu trabalho.²¹⁷

213. Alerta "15 jornalistas turcos listados como 'terroristas procurados'" <https://go.coe.int/b3eS3>

214. Gabriela Selser, "Nicarágua tira a cidadania de 94 oponentes políticos", Associated Press, 16 de fevereiro de 2023, <https://apnews.com/article/politics-spain-government-caribbean-daniel-ortega-4907d12691ef14a243adffb5fb34ce82>

215. Free Press Unlimited, "Dabanga – Media for a democratic Sudan", projeto, <https://www.freepressunlimited.org/en/projects/dabanga-media-democratic-sudan>

216. Zamañeh Media, página da web, 2020, <https://en.radiozamañeh.com/about/>

217. Körber-Stiftung, "Exile Journalism in Europe: Current Challenges and Support Programs", 2022, https://koerber-stiftung.de/site/assets/files/17086/exile_journalism_in_europe-1.pdf



Boligán (México) / Cartooning for Peace

Boas práticas – os resultados são importantes

O que conta como “melhores práticas”? O Comité de Ministros de 2016

A Recomendação sobre a segurança dos jornalistas apelou aos Estados-Membros para que tomassem “medidas de longo alcance” na lei e na prática para reverter o que chamou de escala inaceitável de ataques aos jornalistas e ao seu trabalho. A subsequente Estratégia de Implementação²¹⁸ e o Guia de Implementação²¹⁹ fornecem orientações, incluindo protocolos e salvaguardas detalhados, para ajudar os Estados-Membros a rever e alterar as leis nacionais e a implementar medidas de proteção eficazes.

¶A campanha Journalists Matter do Conselho da Europa apela aos estados membros para criarem comités nacionais multiatores que devem elaborar e implementar planos de ação nacionais, conduzindo às reformas recomendadas.²²⁰

Os Comités Nacionais devem ser organismos genuinamente multiatores. Devem estar abertos a todas as categorias de jornalistas, incluindo aqueles cujo trabalho critica as autoridades, e reunir representantes do Estado e de organismos públicos com uma série de intervenientes da sociedade civil. As tarefas mais urgentes consistem em estabelecer proteções eficazes contra ataques físicos e online, abusos da lei, estigma e tratamento arbitrário, falhas na proteção judicial e impunidade.

¶É necessária uma liderança política forte e visível para alcançar melhorias genuínas. A pressão dos pares para cumprir as obrigações decorrentes da Convenção Europeia dos Direitos Humanos pode ser uma forma eficaz de orientar os governos para remediar injustiças, promulgar salvaguardas contra abusos e reformar leis ruins.

No que diz respeito às partes da Europa onde a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa são sufocadas e enfraquecidas, os governos que estão comprometidos com os direitos civis e políticos universais têm a responsabilidade de se manifestar contra as violações da liberdade de imprensa.

218. Conselho da Europa, “Implementation CM/Rec(2016)4”, página web, <https://www.coe.int/en/web/expressão-liberdade/implementação-de-recomendação-cm/rec-2016-4>

219. Conselho da Europa, “Guia de Implementação: Como proteger jornalistas e outros atores da mídia?”, página web, <https://www.coe.int/en/web/freedom-expression/implementation-guide>

220. Conselho da Europa, “Campanha para a segurança dos jornalistas”, nota conceptual, 6 de março de 2023, <https://rm.coe.int/soj-campaign-concept/1680ab0d11>

•Durante 2023, vários Estados-Membros iniciaram ou atualizaram planos de ação nacionais para a segurança dos jornalistas e a liberdade dos meios de comunicação social, que variam muito na sua natureza, ambição e grau de desenvolvimento.

O projecto PersVeilig nos Países Baixos é um exemplo importante de um plano de segurança nacional que serviu de modelo para outros.

•O projecto PersVeilig nos Países Baixos é um exemplo importante de um plano de segurança nacional que serviu de modelo para outros. A sua característica distintiva é o elevado grau de empenho e seriedade demonstrado pela polícia nacional, pelo Ministério Público e pelos ministérios relevantes para proporcionar proteções eficazes através de uma estreita cooperação com o sindicato dos jornalistas, a associação dos editores-chefes e os órgãos de comunicação social. Todas as partes concordaram com um Protocolo de Segurança da Imprensa que obriga a polícia a agir imediatamente em resposta a denúncias de agressão ou violência. O Ministério Público dá alta prioridade aos ataques direcionados contra jornalistas; e penas agravadas podem ser aplicadas a tais crimes. O Plano de Segurança da PersVeilig para os Meios de Comunicação Holandeses define detalhadamente as diversas responsabilidades relacionadas com a segurança dos proprietários dos meios de comunicação e jornalistas. O programa PersVeilig tem plenamente em conta a necessidade de formas específicas de proteção para jornalistas do sexo feminino que enfrentam abusos e ameaças relacionadas com o género, e concede explicitamente os mesmos direitos de proteção e apoio aos freelancers e aos funcionários de empresas a tempo inteiro.²²¹

•O plano de acção nacional da Suécia para a Defesa da Liberdade de Expressão²²² foi adoptado em 2017 para “salvaguardar o debate democrático activo” através de medidas para proteger jornalistas, representantes eleitos e artistas contra ameaças e ódio.

A Universidade de Linnaeus foi contratada para ajudar redações e organizações de meios de comunicação a combater ameaças à segurança dos jornalistas, fortalecendo as suas próprias capacidades, apoiadas por uma base de dados dedicada e uma linha telefónica de apoio.

A polícia também foi mandatada para abrir um diálogo para melhorar os canais de comunicação com grupos de jornalistas e desenvolver novos meios de garantir a sua segurança. Em 2023, uma alteração ao Código Penal conferiu maior proteção aos jornalistas ao abrigo do direito penal.

•O Sindicato Sueco de Jornalistas pretende um apoio governamental mais prático, sob a forma de esquemas eficazes de protecção policial e do fornecimento de recursos como apoio psicológico; e esforços sustentados da polícia para desenvolver um quadro eficaz de proteções através do diálogo com a sociedade civil.

²²¹. PersVeilig, “Jornalista zorg voor jezelf! PersVeilig helpt”, página da web, <https://www.persveilig.nl/>

²²². Ministério da Cultura, “Plano de ação: “Defender a liberdade de expressão - Medidas para proteger jornalistas, representantes eleitos e artistas da exposição a ameaças e ao ódio”, 4 de maio de 2018, <https://www.government.se/information-material/2018/05/action-plan-defending-free-speech/>

O Reino Unido estabeleceu um Comité Nacional para a Segurança dos Jornalistas composto por múltiplas partes interessadas em 2020.²²³ O seu trabalho trouxe resultados, incluindo a nomeação de agentes de ligação para a segurança do jornalismo em mais de 20 forças policiais e um grupo de trabalho SLAPPs que é creditado por acelerar a adoção em 2023 da primeira legislação anti-SLAPPs da Europa. A Lei do Crime Económico e da Transparência Empresarial inclui disposições para a demissão antecipada de SLAPPs e mecanismos de protecção de custos, que jornalistas e outras partes interessadas dizem ser urgentemente necessários. (ver caixa sobre os progressos realizados relativamente aos SLAPP no Reino Unido).

O Plano de Acção 2023-2025 da Lituânia para a Protecção, Segurança e Empoderamento dos Jornalistas²²⁴ não só obriga os organismos responsáveis pela aplicação da lei a cooperarem estreitamente com as organizações de jornalistas, mas também estabelece prazos, atribui responsabilidades e detalha reformas específicas a serem alcançadas em cada um dos mais de 20 áreas. Os resultados práticos enumerados incluem mecanismos coordenados para a segurança dos jornalistas em tempos de crise e de emergência e a promoção de melhores práticas na investigação de crimes contra jornalistas com o apoio da Europol e/ou da Eurojust. O plano vincula cada acção direccionada à cláusula relevante da Recomendação da UE de 2021 sobre a segurança dos jornalistas.

A Itália respondeu aos casos de intimidação selectiva, incluindo ameaças de morte, dirigidas contra jornalistas, através do funcionamento de um sistema nacional de protecção policial para jornalistas que enfrentam tais ameaças. As informações fornecidas pelo Ministério do Interior italiano²²⁵ mostram que, num ano típico, cerca de 20 jornalistas que enfrentam as ameaças mais graves ou iminentes recebem protecção policial estreita, enquanto um número maior recebe níveis de protecção inferiores.

Na Eslováquia, após o assassinato mafioso de Ján Kuciak e da sua noiva Martina Kušnírová em 2018, a PersVeilig, os Repórteres Sem Fronteiras e a Embaixada dos Países Baixos cooperaram com organizações de jornalistas para lançar a primeira ferramenta de monitorização online do país, o Inquérito sobre a segurança dos jornalistas . Em 2022 o [Jornalismo.sk](#) projeto foi estabelecido pelo Centro Investigativo de Jan Kuciak (ICJK).²²⁶ A Plataforma documenta todas as ameaças contra jornalistas e trabalhadores dos meios de comunicação social e tem a ambição de criar um mecanismo de protecção eficaz para prevenir ataques violentos com o apoio necessário do governo.

223. Comité Nacional para a Segurança dos Jornalistas, página web, <https://www.gov.uk/government/grupos/comite-nacional-para-a-seguranca-de-jornalistas>

224. Ministro da Cultura, "Žurnalistų saugumo veiksmų planas", página web, 22 de novembro de 2023, <https://lrkm.lrv.lt/lt/veiklos-sritys/visuomenes-informavimo-politika/zurnalistu-saugumo-veiksmu-planas/>

225. Ministério do Interior, "Operativo al Viminale il Centro di coordinamento contro le intimidazioni ai giornalisti", página web, 6 de dezembro de 2017, <http://www.interno.gov.it/it/notizie/operativo-viminale-centro-coordinazione-contro-intimidazione-giornalisti>

226. Centro de investigação Jána Kuciaka, página da web, <https://icjk.sk/>

227. A Grécia criou em 2022 um grupo de trabalho com representantes do governo e da sociedade civil, encarregado de monitorizar o ambiente de trabalho dos jornalistas e de apresentar propostas para reforçar as proteções. Aguardam-se provas claras de que estão a ser introduzidas novas salvaguardas eficazes. Uma missão à Grécia em 2023 por organizações de defesa da liberdade de imprensa fez uma série de recomendações às autoridades para abordar as preocupações sobre ameaças físicas e legais e acabar com os atrasos e incertezas relacionados com as investigações de casos, incluindo o assassinato do jornalista Giorgos Karaivaz em 2021.²²⁷

228. A descriminalização das leis de difamação ganhou força desde a década de 1990, motivada por julgamentos críticos do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e por campanhas públicas sob o lema de que "O jornalismo não é um crime". Em 2023, o Conselho da Europa listou 13 Estados-Membros que tinham eliminado completamente a difamação do seu direito penal nacional, enquanto outros quatro – Bulgária, Chipre, Lituânia e Sérvia – tinham implementado a descriminalização parcial.²²⁸

227. Media Freedom Rapid Response, "Assassinado, monitorizado e processado: ação decisiva necessária para proteger jornalistas e salvar a liberdade de imprensa na Grécia", 27 de setembro de 2023, <https://www.ecpmf.eu/murdered-surveilled-and-sued-decisive-action-needed-to-protect-journalists-and-salvage-press-freedom-in-greece/>

228. Conselho da Europa, "Como proteger jornalistas e outros atores?", Guia de Implementação Alargado, DGI(2023)05, pp. 52-53, <https://rm.coe.int/prems-102223-gbr-2018-how-to-protect-journalists-part-ii-16x24-web/1680acae91>

concelho Europeu

Nos dias 16 e 17 de maio de 2023, o Conselho da Europa realizou em Reiquiavique a sua 4.^a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo. A Cimeira condenou “nos termos mais fortes possíveis” a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e confirmou a criação de um Registo de Danos Causados pela agressão. A Secretária-Geral Marija Pejčinović Burić apelou aos líderes de todos os Estados-Membros para garantirem que a Rússia seria o último país a romper com o Conselho da Europa e os seus valores.²²⁹

ŸA Cimeira proclamou os Princípios de Reykjavik para a Democracia, comprometendo-se a garantir “o direito à liberdade de expressão, incluindo a liberdade académica e a liberdade artística, de ter opiniões e de receber e transmitir informações e ideias, tanto online como offline”.

ŸDe 5 a 6 de Outubro, uma conferência internacional em Riga lançou a campanha quinquenal do Conselho da Europa Os Jornalistas Importam. O objectivo declarado da campanha é “salvaguardar o papel vital desempenhado pelos jornalistas na sociedade e prevenir, investigar e sancionar eficazmente ameaças e ataques contra a sua segurança offline ou online”. O esboço da campanha foi aprovado em 2021, numa conferência do Conselho da Europa, onde os ministros responsáveis pelos meios de comunicação reconheceram publicamente o “retrocesso democrático” que ocorreu nos últimos anos em toda a Europa e se comprometeram a travá-lo.

ŸA campanha visa estimular iniciativas a nível nacional para sensibilizar o público e gerar apoio para o papel essencial dos jornalistas nas sociedades democráticas. Os grupos-alvo incluem partes interessadas de todos os tipos – jornalistas e órgãos de comunicação social, conselhos de imprensa, grupos da sociedade civil, centros educativos e académicos e outras organizações nacionais e internacionais; também juizes, procuradores, advogados, funcionários responsáveis pela aplicação da lei e outras autoridades públicas, bem como funcionários governamentais, partidos políticos e parlamentares. Os parceiros da plataforma acolheram fortemente a campanha e procuram maior clareza e garantias de que as reformas nacionais nas leis e práticas serão transparentes, realizadas livres de influência política e trarão melhorias reais para a segurança pessoal e o ambiente de trabalho dos jornalistas.

229. Secretário-Geral, “Estado da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito 2023”, relatório anual, abril de 2023, <https://edoc.coe.int/en/annual-activity-report/11589-state-of-democracy-human-direito-e-o-estado-de-direito-2023-relatório-anual-do-secretário-geral-do-conselho-da-europa.html>

O Conselho da Europa planeia organizar quatro grandes eventos temáticos que decorrerão anualmente em torno dos quatro pilares da Recomendação CM/Rec(2016)4 do Comité de Ministros,²³⁰ começando com um encontro internacional em 2024 centrado na “Protecção” (jornalistas contra ataques e assédio). Nos três anos subsequentes até 2027, seguir-se-ão eventos temáticos sobre os outros pilares da política abrangente sobre a segurança dos jornalistas – nomeadamente “Prevenção” (de ataques), “Acusação” e “Promoção” (de informação, educação e consciencialização).

Trabalho político para proteger o jornalismo e a segurança dos jornalistas

Nos últimos dez anos, o papel vital do Conselho da Europa e do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos no estabelecimento e na defesa de normas jurídicas, políticas e orientações nos domínios da liberdade dos meios de comunicação social, do pluralismo dos meios de comunicação social e do ambiente digital, foi alargado graças a um novo enfoque na implementação, pelos Estados-membros, dos padrões e normas derivados da jurisprudência do Tribunal e dos instrumentos de “lei não vinculativa” adoptados pelo Comité de Ministros.

A máquina dessa agenda é o Comité Diretor para os Meios de Comunicação Social e a Sociedade da Informação. Em 2022, o Comité elaborou um projeto de orientação de “leis não vinculativas” sobre o combate ao discurso de ódio, a cobertura mediática das eleições, os impactos da tecnologia digital na liberdade de expressão e a promoção de um ambiente favorável ao jornalismo de qualidade na era digital. Em 2023, comités compostos por peritos nomeados pelo governo e independentes deveriam concluir o trabalho sobre mais três textos de legislação não vinculativa, incluindo um sobre a integridade da informação online;²³¹ outro sobre o aumento da resiliência dos meios de comunicação;²³² e um terceiro sobre processos judiciais estratégicos contra Participação Pública (SLAPPs).²³³ O Comité de Inteligência Artificial²³⁴ foi mandatado para desenvolver, até o final de 2024, uma convenção-quadro sobre o desenvolvimento, design e aplicação

230. Recomendação CM/Rec(2016)4 do Comité de Ministros aos Estados-Membros sobre a proteção do jornalismo e a segurança dos jornalistas e outros intervenientes nos meios de comunicação social, 13 de abril de 2016, https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectID=09000016806415d9#_ftn1

231. Comité de Especialistas em Integridade de Informações Online (MSI-INF), página da web, www.coe.int/en/web/freedom-expression/msi-inf

232. Comité de Peritos sobre o Aumento da Resiliência dos Meios de Comunicação Social (MSI-RES), página web, <https://www.coe.int/en/web/freedom-expression/msi-res>

233. Comité de Peritos em Ações Estratégicas contra a Participação Pública (MSI-SLP), página da web, <https://www.coe.int/en/web/freedom-expression/msi-slp>

234. Comité de Inteligência Artificial (CAI), página web, <https://www.coe.int/en/web/inteligencia-artificial/cai>

da inteligência artificial, com base nas normas do Conselho da Europa em matéria de direitos humanos, democracia e Estado de

direito. O Conselho da Europa também deu prioridade ao trabalho para alinhar a eficiência, independência e integridade dos sistemas judiciais nos Estados-Membros com as normas europeias e reparar falhas generalizadas reveladas pelos seus próprios inquéritos de apuramento de factos.²³⁵ Uma análise da repartição dos alertas publicados na Plataforma em 2023 mostra que o “retrocesso” nesta área crucial ainda se verifica em muitos estados. Os projetos de cooperação bilateral e regional em 2023, que consistiram em grande parte em programas de formação para jornalistas, funcionários públicos e advogados, abrangeram desde a liberdade de expressão e a liberdade dos meios de comunicação social no Sudeste da Europa até iniciativas específicas de apoio aos meios de comunicação social livres e independentes no Azerbaijão, na Bósnia e Herzegovina, Geórgia, Moldávia e Ucrânia.

Atividades dos parceiros da plataforma em 2023

O relatório anual dos parceiros da plataforma de 2023 foi amplamente divulgado numa reunião híbrida no Clube de Imprensa de Bruxelas, em 7 de março. Os parceiros realizaram reuniões intensivas com figuras importantes da Comissão Europeia e do Parlamento. Eles foram a Haia para trocar opiniões com autoridades holandesas preocupadas com o fortalecimento da proteção para jornalistas ameaçados e ouviram em primeira mão figuras importantes que gerenciam o impressionante trabalho do PersVeilig organização.

Em outubro de 2023, representantes das 15 organizações parceiras reuniram-se com funcionários do Conselho da Europa, bem como com jornalistas exilados na Letónia e na Letónia e com organizações de apoio aos meios de comunicação social. A categoria de organizações parceiras preparou os primeiros grupos de novos alertas “sistêmicos” para a Plataforma – definidos como alertas que documentam e abordam questões persistentes ou estruturais que têm um impacto sistêmico negativo na liberdade da mídia e na segurança dos jornalistas. Destinam -se a conduzir a melhorias concretas nas leis e práticas dos Estados-Membros que dão cumprimento às normas e obrigações estatais existentes. Até ao final de 2023, os parceiros propuseram a apresentação de alertas sistêmicos sobre questões de difamação e sobre a independência e o bom funcionamento dos órgãos reguladores dos meios de comunicação social, que deverão ser emitidos no primeiro trimestre de 2024.

Em junho de 2023, representantes das organizações parceiras participaram num intercâmbio com o Comité de Ministros, onde apresentaram provas

235. Conferência de Alto Nível de Ministros da Justiça e representantes do Poder Judiciário, Plano de Acção do Conselho da Europa sobre “Fortalecer a Independência e Imparcialidade Judicial”, CM(2016)36 final, 13 de Abril de 2016, https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?Objectid=090000168064174a

do efeito inibidor generalizado das ameaças legais abusivas ou SLAPPs sobre o trabalho legítimo dos jornalistas e o direito do público de saber e apresentar recomendações sobre como conter esses abusos. E em preparação para o início da campanha Journalists Matter do Conselho da Europa, os parceiros da Plataforma realizaram uma troca substancial de pontos de vista com os delegados estaduais na reunião plenária de Junho do Comité Directivo sobre os meios de comunicação social e a sociedade da informação.²³⁶

Os parceiros mantiveram o diálogo com representantes dos Estados-Membros no Grupo de Amigos da Segurança dos Jornalistas e da Liberdade dos Meios de Comunicação Social, com sede em Estrasburgo. Estes fóruns de diálogo e debate são valorizados como canais que podem promover reformas há muito esperadas para reverter o "retrocesso" dos últimos anos em termos de liberdade dos meios de comunicação social e de outros padrões democráticos básicos.

236. Conselho da Europa, CDMSI e comités de peritos, página web, <https://www.coe.int/en/web/expressão-de-liberdade/comitês-de-cdmsi-e-especialistas>

Recomendações ao Conselho da Europa

TEM adoptar sem demora a Recomendação sobre Acções Estratégicas Contra a Participação Pública (SLAPP); promover e monitorizar vigorosamente a sua implementação nos Estados-Membros.

Ÿ Utilizar os alertas da plataforma como uma ferramenta prática para identificar áreas de preocupação, preparar e executar ações corretivas ou reformas e adotar políticas e mecanismos de supervisão que fortaleçam as proteções aos jornalistas e à liberdade dos meios de comunicação social.

Ÿ Promover a implementação eficaz da Recomendação CM/Rec(2016) com a participação plena e aberta dos meios de comunicação independentes, das organizações de jornalistas e das partes interessadas da sociedade civil.

Ÿ Agir de forma decisiva para garantir o cumprimento dos acordos do Tribunal Europeu por parte dos Estados-Membros, quando um Estado desafia uma liminar do Tribunal num caso de vida ou integridade física ou ordena a libertação imediata de um indivíduo que foi falsamente preso por exercendo os seus direitos ao abrigo da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Ÿ Os estados membros do Conselho da Europa são instados a:

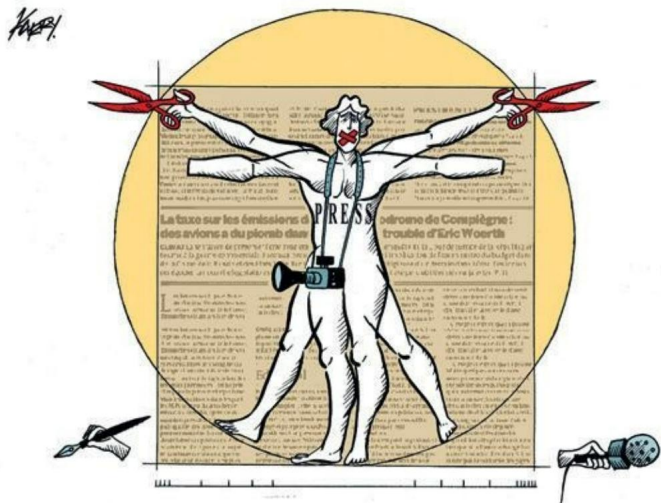
1. Responder imediata e substancialmente aos alertas na Plataforma, incluindo as seguintes ações:

Ÿ Criação de mecanismos internos para gerir alertas, com autoridade para estabelecer ligação com todas as instituições ou órgãos governamentais, judiciais e de segurança relevantes. Esses mecanismos devem ter um mandato adequado para alcançar uma coordenação eficaz dos alertas, conduzindo a uma melhoria acentuada na taxa e na qualidade das respostas aos alertas, bem como na sua resolução. Ÿ Designar pontos de contacto para facilitar o diálogo entre as autoridades do Estado-Membro e os parceiros da Plataforma.

Ÿ Investigue a ameaça relatada no alerta e torne públicas as informações mais completas possíveis sobre o andamento da investigação na Plataforma. Implementar medidas eficazes de proteção quando os jornalistas estão sujeitos a ameaças iminentes de danos físicos e estabelecer canais para jornalistas e intervenientes nos meios de comunicação social denunciarem e procurarem reparação por abusos cometidos por funcionários públicos ou estatais.

✚ O Azerbaijão e a Turquia são instados a regressar ao diálogo com os parceiros da Plataforma e a responder aos alertas, de acordo com o Memorando de Entendimento assinado pelas organizações parceiras e pelo Secretário-Geral do Conselho da Europa em nome de todos os estados membros.

2. Adoptar Planos de Acção Nacionais para a Segurança dos Jornalistas e mobilizar os recursos necessários para os implementar, incluindo a criação de plataformas ou mecanismos de segurança dos jornalistas.
3. Garantir a independência editorial e a autonomia institucional dos meios de comunicação social de serviço público, fornecer financiamento estável e adequado e permitir um sistema de governação com órgãos de supervisão independentes.
4. Incentivar as organizações de comunicação social, sem interferência indevida na sua autonomia editorial, a proporcionarem condições de trabalho plenas, abrangentes e equitativas aos seus jornalistas, quer sejam assalariados, independentes ou de outra forma empregados, o que incluiria, entre outros, um pacote de seguro de vida, saúde e viagem, bem como treinamento eficaz em segurança e segurança digital.
5. Rever as leis, políticas e práticas, com especial atenção aos SLAPPS, e adoptar legislação anti-SLAPP abrangente que preveja a rejeição antecipada de processos judiciais abusivos, imponha o ónus da prova ao requerente, proteja os jornalistas e outros intervenientes dos meios de comunicação contra ações excessivas ou desproporcionais. - penas parceladas, minimiza os danos causados às vítimas de SLAPP e aplica sanções dissuasivas contra aqueles que utilizam SLAPPS.



Karry (Peru) / Cartooning for Peace

União Europeia

2 023 foi crucial para concretizar as iniciativas da UE, uma vez que se aproximava o fim do mandato da atual Comissão Europeia (que se tinha comprometido, após as eleições de 2019, com um ambicioso programa de reforma da liberdade dos meios de comunicação social). No final do ano, os defensores da liberdade de imprensa começaram a voltar a sua atenção para as eleições europeias, marcadas para Junho de 2024, e para a forma como o mandato da próxima Comissão Europeia poderia basear-se neste legado e acelerar o impulso político em toda a Europa para reforçar as reformas.

Em 15 de dezembro, as instituições da UE chegaram a um acordo político sobre a Lei Europeia da Liberdade dos Meios de Comunicação Social (EMFA), uma lei da UE cujo objetivo era reforçar o pluralismo e a independência dos meios de comunicação social nos Estados-Membros da UE. Embora o texto final não estivesse disponível no momento da elaboração deste relatório, as declarações indicam que ele cumprirá, em grande parte, muitos compromissos. Estas incluem medidas destinadas a proteger os jornalistas contra a vigilância, quadros para garantir a pluralidade dos meios de comunicação social, salvaguardas para os meios de comunicação social de serviço público, maior transparência sobre a propriedade dos meios de comunicação social, bem como sobre a publicidade estatal, avaliações nacionais das concentrações do mercado dos meios de comunicação social e a criação de um Conselho Europeu para os Serviços de Comunicação Social, cujo papel será fiscalizar a aplicação da lei. No momento da redação deste artigo, o texto estava sujeito à aprovação formal do Parlamento Europeu e do Conselho. Uma vez aprovada, será necessário o apoio político dos Estados-Membros para garantir que a Lei Europeia sobre a Liberdade dos Meios de Comunicação Social seja aplicada da forma mais robusta possível.

Em 30 de Novembro, as instituições da UE também chegaram a um acordo político sobre a directiva da UE para abordar processos judiciais estratégicos contra a participação pública. A directiva, que se aplica apenas a processos cíveis com implicações transfronteiriças (que representam uma pequena proporção do total de casos SLAPP), previa originalmente medidas sobre despedimento antecipado, custas processuais, compensação de danos, sanções dissuasivas e proteção contra decisões de países terceiros. Embora não estivesse disponível um texto no momento da redação deste artigo, foi relatado pela Coligação Contra SLAPPs na Europa que o texto final inclui algumas medidas positivas, tais como permitir que os tribunais nacionais indefiram SLAPPs num procedimento acelerado no início do processo, e uma ampla definição do que constitui SLAPPs com implicações transfronteiriças. No entanto, pode incluir alguma linguagem pouco clara sobre outras salvaguardas, incluindo a decisão de conceder compensação ou definir o teste de limiar utilizado para descartar SLAPPs. Os estados membros da UE devem agora considerar a Directiva como um requisito mínimo que deve ser implementado

em conjunto com medidas ambiciosas para fazer face à prevalência de tais processos judiciais a nível nacional. A aprovação formal ainda estava pendente no final do ano.

¶A Comissão Europeia tomou medidas internas para avaliar a Recomendação sobre a garantia da proteção, segurança e capacitação dos jornalistas e outros profissionais da comunicação social na UE, emitida em setembro de 2021. A Recomendação, um ato legislativo não vinculativo da UE, apresentou ações para os Estados-Membros, incluindo a garantia de investigação e ação penal eficazes contra atos criminosos contra jornalistas; melhorar a proteção dos jornalistas em protestos ou manifestações; formação para jornalistas e órgãos responsáveis pela aplicação da lei; bem como reforçar a segurança online dos jornalistas e capacitar jornalistas do sexo feminino, de minorias e aqueles que trabalham em questões de igualdade. Depois de realizar um estudo interno, através de uma empresa de consultoria externa, para determinar os níveis de implementação pelos Estados-Membros, a Comissão preparava-se para publicar as conclusões até 2024. As indicações iniciais sugerem que alguns Estados-Membros adotaram medidas de proteção, mas o progresso foi lento, e as responsabilidades de proteção foram muitas vezes prejudicadas pela complexidade e fragmentação dos sistemas de governação a nível dos Estados-Membros.

¶Um projecto de Regulamento sobre o Abuso Sexual de Crianças continuou a dividir opiniões entre os Estados-Membros, uma vez que, se aprovado, obrigaria as plataformas online a analisar o conteúdo e os metadados dos utilizadores em busca de imagens prejudiciais, abrindo caminho para backdoors para conteúdos encriptados. A proposta poderia forçar as empresas a digitalizar as comunicações digitais privadas de todos, em nome dos governos, o tempo todo. As empresas tecnológicas seriam capazes de quebrar a encriptação de ponta a ponta, comprometendo a capacidade dos jornalistas de protegerem as suas fontes e violando o direito às comunicações confidenciais. No momento da redação do relatório, não estava claro se o Regulamento avançaria ainda mais antes das eleições, dado o debate tão polarizado entre a eficácia potencial, ou mesmo a legalidade.

¶O quarto Relatório Anual sobre o Estado de Direito foi publicado pela Comissão Europeia em julho e abordava o pluralismo e a liberdade dos meios de comunicação social, como um dos quatro critérios de avaliação. Os grupos da sociedade civil continuaram a fazer apelos ao reforço do relatório, incluindo a coordenação e comunicação da Comissão com organizações de defesa da liberdade de imprensa e jornalistas; a sua visibilidade e sensibilização junto dos jornalistas e a questão da construção de confiança; a falta de recomendações mensuráveis e precisas; e a eficácia das visitas oficiais aos países da UE.

¶A Comissão Europeia e o Conselho da União Europeia carecem de poderes, e muitas vezes de vontade política, para desafiar a utilização abusiva de spyware contra jornalistas nos Estados-Membros da UE. A Comissão de Inquérito PEGA do Parlamento Europeu, criada em abril de 2022 para investigar a utilização de spyware em países membros da UE

Estados-Membros e países não pertencentes à UE, publicou o seu relatório final em junho. Constatando que a utilização ilícita de spyware colocou "a própria democracia em jogo", as suas amplas recomendações aos Estados-Membros da UE incluíam o apelo a investigações credíveis, alterações legislativas e uma melhor aplicação das regras existentes para combater os abusos. A vontade política das instituições da UE e dos Estados-Membros para dar seguimento às recomendações foi inadequada. Outras críticas foram feitas no final do ano de que a Comissão Europeia e o Conselho não conseguiram fazer cumprir o Regulamento de tecnologia de dupla utilização de 2021 - que procura regular a exportação de spyware para países que correm o risco de utilizar esse software para abusar dos direitos humanos, incluindo colocar jornalistas sob vigilância.

• A UE iniciou o processo de implementação da Lei dos Serviços Digitais (DSA), a ser aplicada integralmente pelos estados membros até 2024. Durante o segundo semestre do ano, surgiram dúvidas sobre a velocidade, transparência e eficácia das plataformas sociais ' resposta às queixas dos jornalistas, e até que ponto as avaliações de risco e as medidas de mitigação das plataformas lidam de forma eficaz com as preocupações com a liberdade dos meios de comunicação social.

• Com as eleições europeias marcadas para 2024, os defensores da liberdade de imprensa começaram a considerar possíveis prerrogativas para uma nova Comissão Europeia, incluindo se o novo presidente da Comissão Europeia restabelecesse um vice-presidente com um mandato claro em matéria de liberdade de imprensa, com as necessárias compromisso político de recursos, pessoal e orçamento para supervisionar a implementação do legado da Comissão existente.

Recomendações às instituições da União Europeia

ŸUma vez formalmente aprovado, os Estados-Membros da UE devem procurar transpor e implementar de forma ambiciosa a Lei Europeia da Liberdade dos Meios de Comunicação Social, a fim de melhor salvaguardar o pluralismo e a independência dos meios de comunicação social a nível nacional.

ŸUma vez formalmente aprovado, os estados membros da UE devem procurar transpor e tomar todas as medidas para implementar eficazmente a Diretiva Anti-SLAPP para melhor proteger os jornalistas a nível nacional de ações judiciais vexatórias e abusivas destinadas a silenciar as suas reportagens.

ŸO Relatório da Comissão Europeia sobre o Estado de Direito deve ser reforçado , através do desenvolvimento da sua coordenação e comunicação com grupos da sociedade civil, e da inclusão de recomendações mensuráveis que possam servir de referência para melhorias nos Estados-Membros.

ŸA Comissão Europeia deve procurar promover e proporcionar visibilidade e reconhecimento de medidas positivas dos estados membros da UE, tomadas em linha com a Recomendação sobre como garantir a proteção, segurança e capacitação dos jornalistas, e procurar chamar a atenção dos estados membros cujas medidas foram ineficazes .

ŸO Regulamento sobre Abuso Sexual Infantil deve garantir a proteção e garantia da criptografia como um direito fundamental de todos os jornalistas.

ŸA Comissão Europeia deveria investigar a utilização injustificada de spyware contra jornalistas nos Estados-Membros e procurar apresentar propostas legislativas para responder a ela.

Acesse o site da Plataforma

<https://fom.coe.int>

Esta publicação apresenta a avaliação anual das ameaças à liberdade dos meios de comunicação social e à segurança dos jornalistas na Europa em 2023, realizada pelas organizações parceiras da Plataforma para a Segurança dos Jornalistas. A Plataforma foi criada em 2015 pelo Conselho da Europa em cooperação com associações de jornalistas e principais ONG internacionais ativas no domínio da liberdade de expressão, com o objetivo de melhorar a proteção dos jornalistas e enfrentar melhor as ameaças e a violência contra profissionais da comunicação social na Europa. A Plataforma facilita a divulgação de informações sobre ameaças graves à liberdade dos meios de comunicação social, reforça a resposta do Conselho da Europa às ameaças e a responsabilização dos seus estados membros. Permite ao Conselho da Europa ser alertado de forma atempada e sistemática para estas ameaças e tomar medidas e respostas políticas coordenadas e rápidas quando necessário.

015084

POR

www.coe.int

O Conselho da Europa é a principal organização de direitos humanos do continente. É composto por 46 estados membros, incluindo todos os membros da União Europeia. Todos os estados membros do Conselho da Europa assinaram a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, um tratado concebido para proteger os direitos humanos, a democracia e o Estado de direito. O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos supervisiona a implementação da Convenção nos estados membros.

